CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

# CURSOS PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS E JOVENS DA ZONA OESTE: O CASO DO IFHEP E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O COMBATE DO RACISMO

Jorge Augusto Correa Ribeiro

Texto Dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como requisito para a obtenção do título de mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof.º Dr. Álvaro Senra

Rio de Janeiro
Outubro/2018

CURSOS PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS E JOVENS DA ZONA OESTE: O CASO DO IFHEP E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O COMBATE DO RACISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Relações Étnico-Raciais.

Jorge Augusto Correa Ribeira

Banca Examinadora:

_____

Presidente Professor Dr. Álvaro Senra (CEFET/RJ) (orientador)

_____

Professor Dr. Ricardo Augusto dos Santos (PPRER – CEFET/RJ)

_____

Professor Dr. Flávio Anício Andrade (UFRRJ)

Rio de Janeiro
Outubro/2018

CEFET/RJ – Sistema de Bibliotecas / Biblioteca Central

R484 Ribeiro, Jorge Augusto Correa
Cursos pré-vestibulares comunitários e jovens da Zona Oeste : o caso do IFHEP e sua contribuição para o combate do racismo / Jorge Augusto Correa Ribeiro.—2018.
101f. + anexos : il. (algumas color.) ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2018.
Bibliografia : f. 99-101
Orientador : Alvaro Senra

1. Discriminação na educação - Brasil. 2. Relações étnico-raciais. 3. Antirracismo. 4. Jovens negros - Educação. 5. Universidades e faculdades - Vestibular. I. Senra, Alvaro (Orient.). II. Título.

CDD 370.1930981

Elaborada pela bibliotecária Mariana Oliveira CRB-7/5929

# Dedicatória

Aos meus pais, pela coragem que tiveram de, no auge da maturidade, me pegar para criar. Com certeza, foi a diferença que influenciou toda minha vida, à memória de vocês eu dedico esse trabalho.

# Agradecimentos

Pensar naqueles e naquelas que foram importantes para o caminhar desse trabalho, é lembrar de todo um processo de construção, desconstrução e de ganho de conhecimento, em um espaço que ser negro já é um ponto de inflexão que faz o campo da pesquisa passar por dentro de mim. Não é um simples ganho de conhecimento, é se conhecer, reconhecer, é um entender o mundo de dentro para fora, é dar sentido e ressignificar o mundo cingindo com um outro mundo que já fazia sentido.

Queria começar agradecendo à minha companheira, Priscilla Correa, pela paciência e a parceria nos momentos de estudo e na compreensão pela minha ausência nas tarefas que eram subtraídas pelas leituras e trabalhos.

Gostaria também de agradecer ao meu filho, Raone Augusto, sua presença em minha vida me traz vários ensinamentos; um deles é que a gente aprende a ser pai todo dia. Obrigado, meu filho, você me inspira sempre a acertar.

Agradeço também aos companheiros de militância da CST- Psol, por entender a importância da formação na minha vida; é junto com ela que a militância faz sentido para mim.

Agradeço ao meu orientador, Álvaro Senra, pela ajuda, apontamentos e críticas.

Um agradecimento a todos os professores do PPRER, por terem contribuído para meu caminhar no programa e um especial agradecimento à Fátima Lima, porque ninguém fica igual depois de cursar alguma de suas disciplinas.

Agradeço aos colegas do programa; a convivência com vocês foi enriquecedora.

Agradeço aos vários amigos, Arnaldo, Cinara, Paulão, Paulo Henrique, Pedro e outros que, de uma forma ou de outra, contribuem para minha formação, seja no bar, seja nos espaços de militância.

Um agradecimento em especial ao IFHEP, pelo privilégio de ter podido fazer essa pesquisa. Agradeço à Marina, Rose, Larissa, Guilherme e Fernanda; muito obrigado por terem participado comigo deste trabalho. Agradeço a Tobias, pela generosidade de me ter recebido e participado na pesquisa.

Termino agradecendo novamente aos meus pais, Erandi e Alda; levo vocês para sempre no meu coração

Quando eu falo alto

Você diz que eu sou louco

Quando estou me sentindo orgulhosa

Você diz que eu sou preguiçoso

Eu olho em volta e vejo a verdadeira realidade

Você gosta do nosso cabelo

Você ama nossa música

Nossa cultura é grande, então você abusar dela

Tire um tempo para entender, eu sou um homem igual

A história é uma mentira que eles te ensinam na escola

Uma visão fraudulenta chamada regra de ouro

Uma terra pacífica que nasceu civilizada

Foi roubado de suas riquezas, sua liberdade, seu orgulho

Quando estou no trabalho, você diz que eu sou ótimo

Você assiste e pondera, mas consegue se relacionar?

Mãos convidativas de olhos caem, quando a música pára

Não me pergunte porque eu toco essa música

É a minha cultura, então naturalmente eu uso

Eu afirmo minha afirmação para dizer, está aqui para todos jogarem

(Living Colours)

# RESUMO

**Cursos pré-vestibulares comunitários e jovens da zona oeste: o caso do IFHEP e sua contribuição para o combate do racismo**

A presente dissertação procurou estabelecer como os Pré-Vestibulares Sociais (PVSs) podem contribuir para a formação política e tomada de consciência de jovens negros acerca do racismo. Para isso, procurou-se resgatar um breve histórico desses pré-vestibulares e foi utilizado o IFHEP- Instituto de Formação Humana e Educação Popular, localizado em Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro, como o campo para a pesquisa, por entender esse espaço como um local privilegiado e que carrega na sua essência de criação um caráter progressista que objetiva a mudança social. Também foram ouvidos ex-alunos da instituição, para se entender qual foi a importância desse espaço na sua formação, estabelecendo, a priori, o racismo como elemento estrutural e estruturante das relações históricas e sociais brasileiras, o qual teve imbricações na organização espacial da cidade, na conformação de ideologias sobre a democracia racial, trazendo dores e sofrimentos, além de exercer influência direta na vida da juventude negra, bem como agindo nos seus processos de subjetivação.



**Palavras-chave: Pré-vestibular social, juventude negra, racismo.**

# ABSTRACT

**Community pre-college courses and youth from the west: the case of the IFHEP and its contribution to the fight against racism**

The present dissertation sought to establish how the Social Pre-Vestibular (PVSs) can contribute to the political formation and awareness of young blacks about racism. In order to do so, we sought to retrieve a brief history of these pre-university entrance exams and the IFHEP - Instituto de Formação Humana e Educação Popular, located in Campo Grande, western area of Rio de Janeiro, was used as the field for research, since it space as a privileged place and that carries in its essence of creation a progressive character that aims at social change. Also, alumni of the institution were heard to understand the importance of this space in their formation, establishing, a priori, racism as a structural and structuring element of Brazilian historical and social relations, which had imbrications in the spatial organization of the city, in the conformation of ideologies on racial democracy, bringing pain and suffering, as well as exerting direct influence on the life of black youth, as well as acting in their processes of subjectivation.



**Keywords: Social pre-college, black youth, racism.**

# Sumário

**Introdução** ..... **10**

**1 - Campo Grande, um bairro do município do Rio de Janeiro, na periferia de uma cidade partida pela exclusão e pelo racismo** ..... **19**

1.1– Campo Grande, do “Sertão Carioca” às fazendas de laranjas ..... 22

1.2 – A ocupação urbana do Rio de Janeiro e a consolidação do bairro de Campo grande como subúrbio carioca ..... 28

1.3- Campo grande em meio à nova onda de remoções ..... 37

**2- O Racismo como pressuposto epistemológico para o estudo dos Pré-vestibulares sociais** ..... **43**

2.1 - O racismo como instrumento ideológico e necropolitico ..... 44

2.2 - A ideologia da democracia racial e as ações afirmativas ..... 52

**3- Pré-vestibular Social, IFHEP e juventude negra** ..... **60**

3.1 - Pré-vestibular social, uma ferramenta de combate ao racismo ..... 62

3.2- IFHEP- Instituto de Formação Humana e Educação Popular ..... 74

3.3- Juventude Negra e IFHEP ..... 85

**Conclusão** ..... **95**

**Referências Bibliográficas:** ..... **99**

**ANEXO I** ..... **102**

**ANEXO II** ..... **110**

Entrevistada: Marina dos Santos Ribeiro ..... 110

Entrevistado: Tobias Faria ..... 116

Entrevistada: Rosineide Freitas ..... 120

Entrevistado: Guilherme da Silva Santos ..... 125

Entrevistadas: Larissa de Souza Rufino e Fernanda Barbosa dos Santos ..... 127

# Introdução

A presente dissertação procura investigar e problematizar os pré-vestibulares sociais, tendo em vista a juventude negra moradora de Campo Grande e como esses espaços possam ter contribuído para a construção de uma consciência antirracista. Para isso, encontrei no Instituto de Formação Humana e Educação Popular – IFHEP - um espaço privilegiado para o desenvolvimento de tal busca, por atender em seu pré-vestibular social, em maioria alunos negros moradores da referida região.

A justificativa para a realização desta pesquisa parte das inquietações individuais que, ao longo do tempo, descobri serem questões também coletivas. Isso aconteceu ao entender a raça como uma categoria política, ao me entender como negro, me aproximar do IFHEP e encontrar ali um local de militância, um local de resistência.

Cresci em uma família branca, como filho adotivo. Pela condição do destino, cruzei a vida de uma mulher que, no auge da sua maturidade, no caminhar da velhice, me pegou para criar. Ela tinha seus 54 anos e ele, meu pai adotivo, 45 anos; eu com apenas dois dias de nascido e negro. Isso já foi um ponto de diferenciação na minha vida, muito da dor narrada por Franz Fanon ou mesmo Abdias Nascimento, dor essa causada pelo racismo e que me atingia psicologicamente, eu sentia quando criança, mas com uma diferença, eu era um negro cercado por brancos.

Quando alguém se dispõe a pegar uma criança para criar, sem sombra de dúvida, o amor envolvido naquele momento atravessa a questão de raça. Entretanto, isso não impediu que a influência de uma ideologia poderosa como a da democracia racial criasse feridas em mim, até porque eu sentia a minha racialização a todo o momento, fosse no olhar curioso de uma visita, de um estranho na rua ou mesmo em uma brincadeira sem “maldade” de um parente que adorava fazer piadas racistas na minha frente, a raça estava posta para mim.

O racismo, que é extremamente cruel, quando visto sob o olhar confuso de uma criança pode trazer feridas psicológicas invisíveis. Uma delas (no meu caso) foi a constante sensação de ser diferente. Isso fez com que me sentisse feio, fora daquele mundo e gerou um sentimento de submissão, por muito tempo confundido com gratidão, mas não a gratidão positiva a qual mantenho até hoje, mas uma gratidão que me inferiorizava através da sensação de estar ocupando um espaço que na verdade não era meu.

Quando adolescente, tive a possibilidade, através das aulas de História ministradas por um professor negro, de entendimento que a sociedade foi construída sob a subjugação de povos e que dois dos maiores inimigos eram o imperialismo e o capitalismo.

Minha consciência de que existia uma explicação na História para as mazelas sociais despertou a partir dessas aulas junto com todo um clima fértil que foram as décadas de 1980 e 1990. Uma época de despertar político, depois de uma longa ditadura, que teve uma trilha sonora cantada por uma juventude conhecida pela geração do *rock* nacional.

Na Universidade, mais precisamente no curso de Educação Física, descobri a importância de desconstruir verdades criadas pela ideologia e vi na prática pedagógica uma forma de atuação e militância. Entretanto, foi como professor de escola pública que me entendi como classe trabalhadora; foi como militante do SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – que descobri a importância de ser militante e me afirmar como sujeito político.

Em 2007, após ter feito uma pós-graduação latu sensu na UFF – Universidade Fluminense – senti a necessidade de estar em um partido de esquerda e de construir um programa para a sociedade. Nesse período me filio ao PSOL – Partido Socialista e Liberdade e, com isso, começo a entender a sociedade sob a perspectiva de vários agentes políticos, começo a ter convívio com outras narrativas e conheço outros sujeitos sociais de vários segmentos.

Sob efeitos das jornadas de junho e a histórica greve da educação de 2013, amplio meu convívio com pessoas que dialogam com várias perspectivas, conheço o IFHEP e, nesse mesmo período, conheço pessoas das mais variadas atuações políticas, Maoístas, Anarquistas, Trotskistas Morenistas, Trotskistas Mandelistas, Autonomistas, Anti- capitalistas etc.

Ouço variadas narrativas que passam pelo movimento negro, LGBTs, mulheres negras, estreito amizades com uma gama de atores políticos das mais variadas ações. Me encontro e desencontro várias vezes, desconstruo e reconstruo conceitos, escrevo e reescrevo. Diante dessas várias possibilidades, me entendo como um militante classista que reivindica a categoria raça (negra) como um conceito político de atuação e de entendimento da realidade social.

O autorreconhecimento do negro pela reinvindicação da raça como uma categoria política, em meio a uma sociedade construída com um modelo identitário branco, foi um dos caminhos para o surgimento de uma inquietação que sempre

esteve presente em minha vida. Como negro, trabalhador, militante e morador de uma região periférica da cidade, percebi que a formação da identidade não é necessariamente uma busca individual, mas se constitui também em um processo coletivo que, no caso da raça, tem imbricações históricas.

Nesse sentido, procurei em minha vida entender a formação da sociedade pela perspectiva de classes. Entretanto, as questões ligadas à minha negritude ecoavam em mim como lacunas a serem preenchidas, mas que nem sempre obtinham respostas nas explicações tradicionais da teoria marxista.

Diante dessa perspectiva, entender as particularidades de experiências vividas sobre a marcação histórica da diáspora é a tentativa de contribuir para um debate que se apresenta de forma transversal cingindo, desse modo, as questões de classe e raça em busca da qualidade necessária para a análise do racismo como dispositivo usado pelo Estado e pelo Capitalismo como ideologia e controle de pessoas.

Paul Gilroy (2001), sobre a modernidade, discorre acerca da importância e a responsabilidade necessária para se traçar teorias críticas que deem conta das multiplicidades que formam o sujeito social, coloca a raça e a cultura no centralismo do debate. Sobre isso, ele afirma que:

> Essa relação complexa aponta uma vez mais para a necessidade de desenvolver uma critica ao modo pelo qual a modernidade tem sido teorizada e periodizada por seus defensores e críticos mais entusiasta. Lamentavelmente ambos os grupos têm sido igualmente lentos em perceber como as ideias de raça e de cultura são centrais as suas permanentes investigações (GILROY, 2001, p.114).

Ao caminhar com esse pensamento, essa dissertação propõe estabelecer costuras entre as questões de classe e raça como caminho para estudar os pré-vestibulares sociais e a juventude negra da zona oeste, entendendo o racismo como uma ideologia que submete as pessoas a juízos de valor e também como dispositivo de controle de corpos. Assim, procuro estabelecer uma ligação entre a juventude negra da zona oeste do Rio de Janeiro, particularmente Campo Grande, e os pré-vestibulares sociais e sua contribuição para o combate ao racismo.

Minha relação com o IFHEP tem início no ano de 2014, quando começo a participar ativamente como militante. Ele é um instrumento de construção coletiva onde funciona um pré-vestibular comunitário com calendário de ações políticas, organizado por militantes ligados ao instituto que constroem ativamente um diálogo local. A instituição já se transformou uma referência de resistência e de

posicionamento político de esquerda na região de Campo Grande (RJ) e seus educadores entendem a educação como ação de tomada de consciência, ou seja, uma ação política.

Esse contato com o IFHEP me despertou o olhar para o acompanhamento da juventude que participava ativamente da agenda proposta pelo instituto. Juventude essa composta também por negras e negros vindos das periferias do Rio de Janeiro, como já mencionado, e, dessa forma, fazem parte dos grupos considerados à margem da cidade.

Nesse sentido, me questiono o que seria estudar os pré-vestibulares sociais como instrumento de combate ao racismo, uma vez que posso entender tais iniciativas como os PVNCs – Pré-vestibulares para Negros e Carentes - como uma das várias ferramentas de inclusão do negro em uma sociedade que se baseou e se construiu na exclusão e no apagamento desse povo. Além disso, entendo-os também como potentes instrumentos de tomada de consciência.

A raça, uma ficção criada e desenvolvida como ideologia e controle de corpos, ainda se mantém como tecnologia para diversas políticas operadas pelo Estado. O racismo reduziu corpos de homens e mulheres a um estatuto de inferior valor, criou sofrimentos, dores, mexeu com a psique, desumanizou, justificou o controle da vida para o trabalho forçado, legitimou a remoção e a tentativa de embranquecimento, encarceramento, a mutilação, o apagamento e a morte.

> Funcionando simultaneamente como categoria originaria material e fantasmagórica, a raça tem estado, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, e terá sido a causa de devastações físicas e inauditas e de incalculáveis crimes e carnificinas (MBEMBE, 2014, p.11).

O racismo trouxe uma herança de exclusão e sofrimento para aqueles que trazem a marcação racializada na sua pele. A relação de raça e classe se estabelece na história da formação da classe trabalhadora brasileira, com a particularidade e o signo da exclusão do negro, e o apagamento deste se estabeleceu em todos os mecanismos de ascensão social, incluindo a própria universidade.

Heringer (2010) aponta que o acesso à universidade pelas populações historicamente excluídas cresceu nos últimos anos. As políticas de ação afirmativa e, especificamente, a de cotas, implementadas em algumas universidades, conseguiram

fazer com que a população negra tivesse a oportunidade de ingresso no ensino superior.

Desde 2004, quando as primeiras universidades públicas como a UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul) , UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), UNEB (Universidade do estado da Bahia) implantaram políticas de inserção em seus quadros discentes de negros, pardos e índios, a sociedade, de uma forma mais geral, discute o sistema de cotas para negros, tanto em movimentos sociais, partidos políticos e comunidade acadêmica (que prezam por um debate mais aprofundado) quanto para aqueles que embasam suas ideias no senso comum.

A cota para negros ficou no centro deste debate e, mesmo sendo apenas uma das políticas da ação afirmativa adotada nos últimos anos, ela acaba sendo identificada por muitos como a única (como política de ação afirmativa além das cotas temos, também, o acréscimo de vagas e acréscimo de notas). Machado (2010) evidencia que, na própria universidade, alguns alunos desconhecem as políticas de ação afirmativa, mas tem uma opinião a respeito das cotas.

É importante frisar que esse processo não aconteceu, e não acontece, sem questionamentos dentro da sociedade civil, até por não ter sido criado diretamente por uma política de estado, mas por ser fruto de um debate interno e ser implantado de forma complexa e dinâmica. Em algumas universidades (para apontar como exemplo), 73,46% das cotas foram instituídas por decisões de conselhos universitários.

Cada universidade adotou uma política de ação afirmativa, dentre as várias possíveis, estabelecendo critérios que as diferenciam umas das outras, ou não, mas todas buscam uma forma de responder com ações o processo desigual de acesso ao ensino superior.

Heringer (2010) chama de “Ação Afirmativa à brasileira” quando procura elucidar as características da política de ação afirmativa nas suas particularidades e tensionamentos e sua expansão desde sua implantação nas primeiras universidades. A cota, assim, se transformou em uma realidade fruto de debates que aconteciam no seio da sociedade, mas sua implementação acontece diretamente por ações das universidades.

No entanto, o debate sobre ações afirmativas passa pelos pré-vestibulares sociais, uma vez que essas iniciativas são o marco de ações que afirmam a necessidade da inclusão de negros nas Universidades, ou seja, uma possibilidade de

democratização da universidade pública, que antes era tomada por uma hegemonia de acesso da população branca, cuja formação no ensino médio advinha de escolas particulares ou das públicas federais e de uma elite cultural do país, e hoje (mesmo que ainda de forma insuficiente) convive com alunos negros em seus *campus*. Os pré-vestibulares sociais transformaram-se em um instrumento de combate ao racismo no Brasil que, na busca de solidificar sua democracia, procura através desse debate reconhecê-lo como fato. Neste sentido, Heringer afirma que:

> A fim de dar resposta a esse quadro de democracia incompleta, a ações afirmativas no ensino superior trazem uma contribuição relevante, ao atuarem em um universo que tradicionalmente foi reservado a elite política, econômica e cultural do país. Sabemos que essas medidas não vão alterar o grande quadro de desigualdade racial existente no Brasil, particularmente no campo da educação. Entretanto, a reserva de vagas no acesso ao ensino superior deve ser vista como parte de uma estratégia mais ampla de melhoria da educação e como uma maneira concreta de incorporar um número significativo de estudantes que, apesar de todas as dificuldades do caminho, conseguiram concluir o ensino médio e hoje "forçam as portas" das universidades (HERINGER, 2010, p. 141).

As cotas raciais se posicionam no campo das ações de combate ao racismo e, se o espaço das universidades, no passado, era negado ao negro, "Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros [...]" (NASCIMENTO, 2016, p.114), hoje é uma realidade.

Estudar os pré-vestibulares sociais, para mim, se transformou em um caminho para procurar entender os processos de subjetivação que o racismo produz e transformar a pesquisa em uma ferramenta para intervenção política que, através da leitura e do entendimento a cerca da realidade racializada e vivida por jovens da zona oeste do Rio de Janeiro, me dará elementos para intervenção na realidade.

Nesse contexto, o problema que norteou esta pesquisa pode ser definido pela seguinte questão: Qual influência exerceu o IFHEP para os ex-alunos negros, no que tange à mudança de suas consciências no combate ao racismo?

Algumas outras questões emergem e iluminaram o caminho percorrido: i) O IFHEP ajudou no processo de tomada de consciência de seus alunos sobre a existência do racismo no Brasil?; ii) Como é o entendimento do ex-aluno negro do IFHEP sobre a relação entre racismo, militância e intervenção na universidade?; iii)

Para o ex-aluno do IFHEP existe relação estabelecida entre racismo e as questões de classe?

Definidos o problema e as questões principais desta dissertação, estabeleci como objetivo geral problematizar os pré-vestibulares sociais e sua relação com a construção de uma consciência antirracista e sua importância como um possível local de construção de uma juventude militante negra.

Como objetivos específicos tivemos: (1) Verificar se houve uma tomada de consciência significativa de alunos negros do IFHEP sobre a existência do racismo no Brasil; (2) Discutir, no âmbito da universidade, se esses alunos nesses espaços se entendem como militantes do combate ao racismo; (3) Investigar se a experiência de ter feito um pré-vestibular social fez, de alguma forma, esses alunos estabelecerem uma relação sobre racismo e as questões de classe.

Assim, ao buscar por caminhos para melhor entender e contribuir de algum modo com questões inerentes ao combate ao racismo, a juventude negra e ao pré-vestibular comunitário IFHEP, e por entender a pesquisa acadêmica como um importante meio para esta busca, atentei-me para a possibilidade de realizar esse estudo no mestrado.

Como ponto de partida para buscar responder tais questões, formulei algumas hipóteses, ais quais acredito poderem auxiliar na investigação, sendo elas:

I) Acredito na possibilidade de que o IFHEP contribua para que jovens negros e moradores da zona oeste do Rio tenham uma maior percepção sobre a existência do racismo desmistificando o mito da democracia racial e construindo uma possibilidade contra ideológica sobre isso.

II) Vejo a possibilidade do IFHEP ter contribuído como um forte organismo de agenciamento para a formação de jovens negros que militem pelo combate ao racismo nos vários espaços de atuação, em especial nas Universidades.

III) Como hipótese para a terceira questão, vejo a possibilidade de que esses alunos, por terem passado por um espaço potente e de debate sobre exclusão social e opressões como o IFHEP, possam estabelecer a conexão entre o racismo e as questões de classe no Brasil.

Considerando tema e campo de estudo, compreendo que nossa abordagem teórica necessita aprofundar-se em alguns pontos fundamentais, sendo eles: zona oeste, com foco em Campo grande; racismo; pré-vestibulares sociais e juventude negra.

Visando aprofundar teoricamente as categorias de análise que fundamentam este estudo, contaremos leituras de autores que discutem e que contribuem com a sua compreensão e com o debate proposto por essa dissertação.

Para as questões pertinentes à Zona Oeste e Campo Grande, conto com autores que descrevem a organização da região e busco compreendê-la a partir da racialização espacial; nesse sentido, contaremos com os autores Oliveira (2011), Campos (2014), Santos (2012), Abreu (2013), Fernandes (2011), Santos (2012), Corrêa (1930), Mansur (2008) e Harvey (2013).

No que diz respeito ao racismo, busquei autores que alicerçassem a perspectiva do racismo como pressuposto epistemológico para o estudo dos pré-vestibulares sociais. Para isso, parti do estudo do racismo como ideologia e como instrumento biopolítico, fundamentado em autores que entendem o racismo na perspectiva Gramsciana, como Hall (2006), Semeraro (2006), Souza (2014) e Moura (1994), outros, tais como Mbembe (2014), que amplia os estudos de Foucault (1988) sobre biopolitica, e forja o conceito de necropolitica, a partir do qual o racismo é visto como mecanismo de controle e confinamento de pessoas, utilizado pelo capitalismo na sua expansão colonizadora.

Já no que tange o estudo dos pré-vestibulares comunitários ou sociais, usei Nascimento (1999) e, em particular do IFHEP, Vieira (2015). As questões inerentes à juventude negra, faremos uso do estudo de Paes (2003).

A relevância da pesquisa encontra-se na existência de poucos estudos que se debruçam sobre a vida de jovens negros moradores da zona oeste e que tenham feito um pré-vestibular social. Essa limitação pode contribuir para uma fragilidade do avanço da luta contra o racismo e a desigualdade. Também podemos dizer que, hoje, diante de ataques a direitos conquistados e o risco de retrocessos nas políticas públicas educacionais, é de fundamental importância discutir-se o que se vem fazendo e como é possível consolidar nossos direitos.

Em relação aos aspectos metodológicos, destacamos, inicialmente, neste trabalho a pesquisa bibliográfica e a entrevista gravada, por ser de extrema importância o conhecimento da produção já realizada sobre a temática proposta, no sentido de verificar nosso objeto em diferentes perspectivas. Entretanto, no que tange aos *lócus* da pesquisa, não possuímos produção bibliográfica especifica sobre os ex-alunos negros que cursaram o pré-vestibular do IFHEP. Diante desse fato, tornou-se necessária a realização de uma pesquisa de campo com entrevista de áudio com transcrição.

A partir dessas considerações, elaborei a estrutura deste estudo, no sentido de orientar as etapas de desenvolvimento do tema, assim como aprofundar os conteúdos, com a finalidade de alcançar os objetivos aqui estabelecidos.

Nesse contexto, organizei essa investigação em três capítulos: No capítulo 1, descrevo e analiso as questões relacionadas à Zona Oeste, mais especificamente a região administrativa de Campo Grande, no sentido de localizar geograficamente e compreender a organização racializada dessa região. No capítulo 2, discorro sobre o racismo como instrumento ideológico e necropolítico e a falácia da democracia racial como pressupostos epistemológicos para o estudo dos pré-vestibulares sociais. No Capítulo 3, Será feita uma discrição e análise sobre a história dos pré-vestibulares sociais no Brasil e, através de entrevistas, estabeleci a relação entre o IFHEP e a ideia de tomada de consciência e combate ao racismo e, depois, ainda por meio de entrevistas, procurei estabelecer a lógica de construção de consciência antirracista, militância na juventude negra e questões de classe e como esses temas dialogam com essa juventude.

# 1 - Campo Grande, um bairro do município do Rio de Janeiro, na periferia de uma cidade partida pela exclusão e pelo racismo

Para falar da formação de um bairro e de suas particularidades, posso pensar a história da região e seu papel na relação econômica e geográfica da cidade. Sendo esse bairro periférico[1] da cidade do Rio de Janeiro, esse exercício de pensá-lo é somado a diferentes fatores e tensionamentos vinculados à produção do espaço urbano. Na verdade, são vários os fatores e possibilidades para essa análise, mas parti, entre outras, de uma que vinculasse a produção capitalista do espaço ao racismo praticado nas políticas implementadas, ou seja: as relações econômicas no projeto de cidade e as relações sociais étnico-raciais na ocupação e no arranjamento urbano. Para isso, propus o diálogo entre autores como Oliveira (2014), Campos (2014) e Santos (2012), no que tange a ocupação do espaço urbano e o racismo.

Ainda nesta direção, o uso por Oliveira (2014) do termo biopolítica, em Foucault (1988), se transforma em uma das ferramentas para essa análise, passando por autores como Abreu (2013) e Fernandes (2011), que ajudam a dar contornos à história da ocupação geográfica da região, sem deslocá-la das imposições feitas pelas diversas politicas que ocorreram no município do Rio de Janeiro, como programas constantes da agenda capitalista de se pensar as cidades. É importante, nesse estudo, frisar as relações raciais na ocupação do espaço urbano, entendendo que tais relações, muitas vezes, como aponta Santos (2012), foram desconsideradas dos estudos das ciências sociais pela ideologia da democracia racial[2], uma forma brasileira de escamotear o racismo.

Nesse sentido, Santos (2001) frisa que:

> Chamamos aqui a atenção para a dimensão espacial das relações raciais, em toda a sua complexidade. Sendo a "raça", constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a geografia, visto que esta busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. É neste sentido que defendemos aqui que as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço (SANTOS, 2012, p.38).

[1] Campo Grande, apesar de periférico em relação ao Centro da cidade do Rio, para a região, é um bairro com uma espécie de centro desenvolvido da Zona Oeste.
[2] Falo sobre democracia racial como ideologia no segundo capítulo.

Para permitir uma melhor compreensão deste estudo, é necessário, então, estabelecer um parâmetro geográfico quanto ao bairro de Campo Grande, a forma com a qual dialoga com o entorno, a fim de delinear os lugares de fala[3] que instrumentalizam esta pesquisa. Neste sentido, parto do principio de que existe um projeto de cidade e que este, por sua vez, favorece um grupo social, o qual consolidou privilégios ao longo da história, na construção da cidade. Esses privilégios se firmaram durante a ocupação dos espaços urbanos do Rio de Janeiro, como uma cidade que segregou uma população negra[4] e, desde a abolição, tem no Estado um agente que implementou políticas higienistas, ou seja, racistas, de remoção e de controle da população negra.

Esse controle da população negra (biopolítica), somado à ocupação do solo pela lógica da cidade mercadoria influenciou, e influencia, na configuração da ocupação dos territórios e na urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Oliveira (2014) chama esses agentes de transformação da cidade de “Capitalistas Raciais”. Assim ele os define:

> Entendemos por capitalistas raciais os agentes modeladores do espaço urbano que instituem uma organização e distribuição de um espaço que concede privilégios a determinados grupos raciais de status social, posto ideologicamente como superior. O papel deste não é novo na estruturação das cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, os capitalistas raciais criaram a cidade moderna no final do século XIX e início do século XX, a partir do embranquecimento da paisagem da área central e da definição de privilégios e vantagens econômicas no acesso e uso de determinados espaços da cidade para pessoas consideradas brancas. Esse padrão de produção do espaço, nos anos 30 do século XX, passou a ser acrescido com o discurso paisagístico da democracia racial e do povo cordial (OLIVEIRA, 2014, p.96-97).

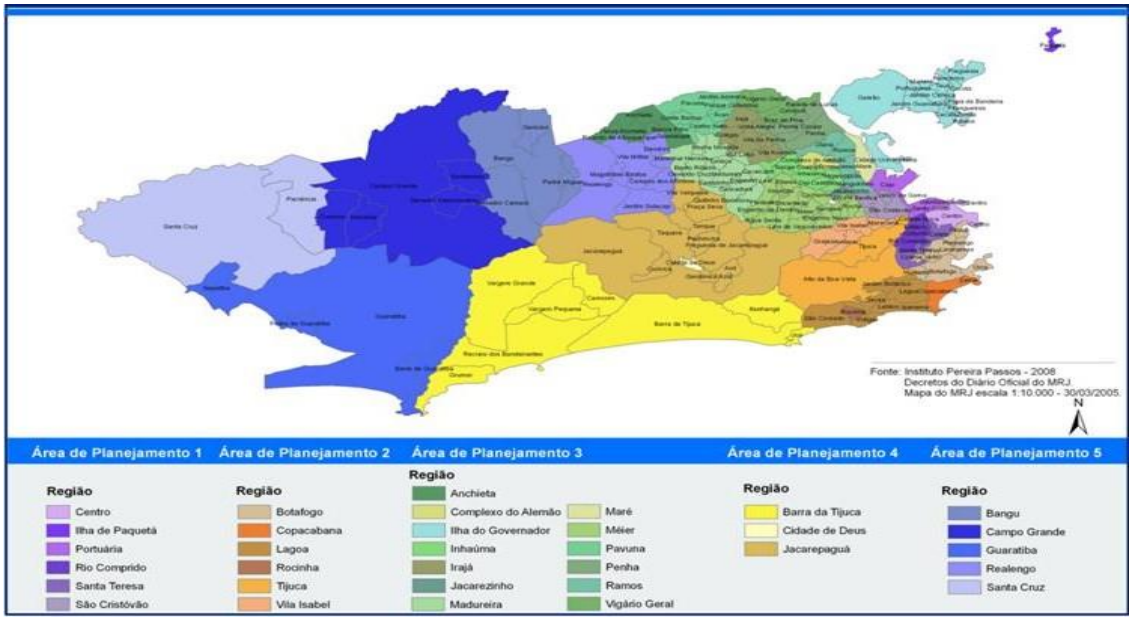
Para falar especificamente de Campo Grande, utilizei como referência Vieira (2014). Seguindo o autor, quando eu me referir ao bairro, estarei falando da região administrativa de Campo Grande[5], composta também por Vasconcelos, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos, como podemos observar na figura 1.

[3] Quando coloco sobre os “lugares de fala”, procuro pontuar o lugar socioespacial da população jovem e negra da região de Campo Grande, mas entendendo que ser negro e pobre são recortes característicos de toda uma massa de pessoas brasileiras.

[4] Não só negra, mas também a nordestina (grande parte das favelas é também composta de população nordestina); o operariado que habitou e habita as favelas da Zona Norte e Baixada Fluminense tem uma parte de migrantes nordestinos.

[5] A prefeitura do Rio de Janeiro, para melhor gerir a cidade, criou regiões administrativas, que são subprefeituras para agrupamento de bairros. O território no qual está localizado o bairro de Campo

Figura 1- Regiões Administrativas




Fonte: http://trincheiramultipolar.blogspot.com

Dessa forma, iremos ampliar o alcance desse estudo, tanto no que diz respeito à caracterização do bairro, quanto à descrição do público, objeto desta pesquisa, como podemos observar na figura 1. Verifiquei também, no diálogo aqui proposto, como as novas e recentes remoções, a partir dos grandes jogos, receberam justificava de urgência por conta do espetáculo olímpico e da Copa do Mundo, dando à cidade uma configuração de "cidade-negócio", de acordo com Harvey (2013). Essa reconfiguração da cidade serviu para atualizar a velha política racista e higienista, contribuindo, assim, para o maior crescimento populacional da região da Zona Oeste do Rio de Janeiro (consequentemente Campo Grande) e, além disso, apartando uma parte da população do resto da cidade.

Essa configuração de cidade passa também pelo processo chamado de gentrificação[6], que hoje ganha contornos e alinhamentos com o neoliberalismo. Nesse sentido, o particular se faz geral, o que é zonal se faz nacional; o que é nacional se

Grande foi definido como 18ª Região Administrativa do Rio de Janeiro, englobando os bairros do entorno, são eles: Vasconcelos, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos.

[6] Entendo por gentrificação o processo de valorização de espaços populares da área urbana que sofreram um processo de melhoramento espacial, como implementação de iluminação e incentivo ao comercio, esse processo faz com que os serviços em seu entorno se tornem caros, impossibilitando que moradores antigos consigam condições de continuarem morando em suas casas.

transforma em mundial, tornando os centros mais caros e a fuga para as periferias uma condição de sobrevivência. A cidade se fragmenta, como aponta Harvey (2013), se aparta e se segrega. O direito à cidade é uma relação regulada pelo mundo dos negócios que, através de sua lógica desreguladora, diminui o Estado para todos e o aumenta como agente do mercado. Isso constrói, assim, uma cidade socialmente dividida, como aponta Harvey:

> As chamadas cidades "globais" do capitalismo avançado são divididas socialmente entre elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados (HARVEY, 2013, p.29).

O Brasil se encaixa nessa discrição de David Harvey (2013), filiando-se às minúcias que caracterizam as cidades que se constroem sob a receita criada pelo modo de produção e a gestão da vida pela perspectiva do capital.

### 1.1– Campo Grande, do "Sertão Carioca" às fazendas de laranjas

Campo Grande está localizado em uma região chamada Zona Oeste do Rio de Janeiro que, no passado, foi chamada de "sertão carioca" ou "velho oeste carioca", de acordo com Corrêa (1930) e Mansur (2008). Essa região, que tinha grande predomínio rural e que via na agricultura sua principal produção econômica, com o passar dos anos, passou a ser chamada de zona rural e, por fim, Zona Oeste.

Todo o seu processo de mudança passa pelo crescimento populacional do município do Rio de Janeiro, bem como pelo projeto de cidade, pelo crescimento econômico e pela decadência também econômica e agrícola da região. Naquele período, era uma área rural, com uma população pequena e características próprias, condizentes com esse perfil (rural). Em contrapartida, chegamos aos dias de hoje como uma das áreas mais populosas do município, totalizando 328.370 moradores (IBGE, 2010) e extensão territorial de 11.912,53 hectares (119.125,3 Km²).

Segundo Fonseca (2009), essa região caminha pela contradição da convivência da falta de estrutura básica para uma parcela da população e com uma crescente classe média que foi conduzida à região pelo chamado "boom" imobiliário que aconteceu nos últimos anos. Condomínios da política habitacional para a baixa

renda, feitas pelo ultimo governo (através do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”), convivem tanto com outros de médio padrão, somando-se à favelização que já existia, fruto das politicas históricas de remoção e higienização que afligiram os mais pobres e, em consequência, à população negra.

> O atual estado de Campo Grande corresponde à mesma lógica que o categoriza como local periférico da cidade, os novos empreendimentos contribuem para a divisão econômica e social do espaço. Ratifica-se a valorização da terra em algumas localidades e a exclusão dos menos abastados, que têm sido “empurrados” em direção a bairros carentes. Além disso, a própria extensão do bairro favorece divisões internas de sua população, propiciando simultaneamente a possibilidade de diferentes níveis de valorização imobiliária, favelas e loteamentos irregulares, muito carentes em estrutura urbana (FONSECA, 2011, p.9).

O chamado “sertão carioca” era uma região que, no passado, não compreendia somente o que conhecemos hoje como Campo Grande, mas uma imensa parte do território do município do Rio de Janeiro e mantinha a característica de isolamento e, ao mesmo tempo, de proximidade geográfica com a cidade, como podemos observar na figura 2.

Figura 2: Mapa do Sertão Carioca




Fonte: Corrêa, 1932.

Vale aqui destacar que o nome dado a essa região foi forjado por Magalhães Corrêa em seu livro: “O Sertão Carioca”, publicado em 1932, livro usado como

referência por Souza 2010), Mansur (2008) e Vieira (2010) para descrever geograficamente e sociologicamente o passado desse espaço.

Em um primeiro momento, podemos nos perguntar por que chamar essa região de sertão carioca. A dificuldade para se chegar à região, a pouca informação e o "vazio" populacional foram possibilidades para que autor usasse desse termo para se referir ao lugar considerado "tão longínquo". Devemos, também, nos transportar a um tempo onde essa pesquisa ganha ares de expedição. Souza (2010), sobre o livro de Magalhães e seu valor como pesquisa para época, coloca que:

> As formas de trabalho e as técnicas narradas detalhadamente por Magalhães Corrêa confirmam a preocupação com a curácia descritiva que existe em relação ao habitat e também se estende aos aspectos humanos (sociais e físicos). As pessoas com quem ele conversou que lhe relataram suas atividades e suas condições de vida, têm seu nome informado. Muitos homens são referidos por nome, idade, nome e origem dos pais, estado civil, cor e altura. O propósito desse expediente parece ser a confirmação de que o autor fala de um lugar "bem brasileiro" (SOUZA,2010, p.103).

Percebe-se, na afirmação da autora, a preocupação narrativa de Magalhães em detalhar todos os aspectos da região. Com isso, ele faz um relato que parece envolvido em um entusiasmo com o espaço, com sua agricultura, bacias, lagoas e com seus trabalhadores, típicos de zona agrária.

Nesse sentido, chamar essa região de sertão poderia ser uma forma de mostrar o quão seria desconhecido esse grande território. Já o termo "carioca" pode remeter à receptividade. Pontua, de certo modo, como seria, ao mesmo tempo que desconhecida e isolada, receptiva, com seus personagens específicos (com seu modo de viver e seus ofícios) e com sua beleza natural, uma vez que o termo carioca traz uma referencia à proximidade com o "Rio" metropolitano.

> Percorrer os caminhos, observar a natureza e conversar com os moradores foram os recursos empregados pelo autor para encontrar o sertão próximo e desconhecido da gente leitora e refinada da cidade (SOUZA, 2010, p.104).

Vieira (2014) expõe que a análise desse período e dessa região é importante para demonstrar como ela tinha posição estratégica no abastecimento da cidade. Com uma agricultura baseada em hortaliças, legumes e fruticultura, boa parte do alimento da cidade saía dessa área:

> Ainda no que diz respeito a essa atividade, podemos destacar o papel da região como abastecedora do Centro da Cidade, o que garantia às freguesias rurais uma relevante participação na economia do município (VIEIRA, 2014, p.25).

Com uma pequena população, vasto território e uma função estratégica na economia do Rio de Janeiro daquela época, Vieira (2014) define, então, o chamado Sertão Carioca como:

> [...] uma vasta região da Cidade marcada pela atividade agrícola e por uma pequena ocupação populacional, território distante do centro urbano e responsável pelo abastecimento agrícola deste. (VIEIRA, 2014, p.26).

No passado, portanto, a região que compreende hoje o bairro que chamamos de Campo Grande, estava inserida em um território que era privilegiado pela vegetação e terras férteis, com uma vocação agrária e com pequena densidade demográfica. Também era distante do centro urbano e, por isso, a comunicação entre a população rural do Rio e a do centro urbano era pequena ou quase inexistente, mas tinha uma função importante no abastecimento da cidade, lhe valendo um papel na economia da época.

É bom aqui frisar que, na afirmação de Vieira (2014), podemos notar a grandiosidade do território que fazia parte o sertão carioca e que, por sua distância do centro da cidade, fazia com que o valor do solo fosse menor que outros locais. Isso acaba sendo o principal fator para e expansão demográfica dessa região nas décadas subsequentes a esse período, ou melhor situando, nas ultimas décadas do século XX[7].

Também é importante endossar aqui que, apesar dessa região ser narrada por Magalhães Corrêa de uma forma que nos remete a um lugar totalmente inóspito e sem recursos, já existiam alguns pontos onde o crescimento urbano e a diversificação econômica se faziam presentes. A fábrica Bangu, segundo Vieira (2014), por exemplo, estava em pleno funcionamento nesse mesmo período. Esse é um elemento importante para análise, pois cria um indicativo de uma população que rompia com a perspectiva de economia puramente agrária. Mesmo sendo um fato pequeno para análise, vale aqui ressaltar esse momento pra história dessa região.

[7]O processo de ocupação da Baixada Fluminense foi o mesmo: terrenos baratos à margem de vias férreas.

Ao encontro disso, segundo Vieira:

> É necessário lembrar que, em 1919, já existia luz elétrica em Campo Grande, o meio de transporte predominante era o bonde; Bangu já possuía a importante fábrica de tecidos e os primeiros cinemas chegaram à região neste mesmo período, o que desconstrói a ideia de um lugar "atrasado" em sua totalidade, comparando-se ao Centro da Cidade. A ideia formada nem sempre é compatível com a realidade, o desconhecimento da região e/ou da vida nela gerou e gera uma série de equívocos sobre esse lugar e as pessoas que ali vivem. Mesmo com todos esses elementos, desconhecidos por quem não vivia na região, ela era identificada apenas pela ruralidade manifesta nas atividades agrícolas e pelas precárias condições de suas moradias" (VIEIRA 2014, p.28).

Prosseguindo, então, com a afirmação acima, podemos entender a zona compreendida hoje como Campo Grande, nessa época, como um local com certa urbanização, com um comércio local em crescimento.

Em um passado mais distante, já havia uma grande atividade econômica, pois existiam várias fazendas e engenhos, o que nos remete a um passado também escravocrata da região. Toda localidade que hoje se chama de "Campo Grande", se chamava Freguesia da Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, e seus limites iam de Realengo a Santa Cruz Mansur (2008).

Nas décadas de 1930 e 1940, a região de Campo Grande, classificada por Mansur (2008) como "O Velho Oeste Carioca", era uma região produtora de laranja, onde várias fazendas se dedicavam ao cultivo da fruta. A produção era grande, com um mercado em expansão e exportação consolidada; "a produção se voltava, principalmente, para a exportação aos países europeus, Estados Unidos e Argentina" (MANSUR, 2008).

Naquele período, a região gozava de prestígio e de riqueza, produtores com grandes extensões de terra estavam instalados nesse espaço e a citricultura o transformou em um grande polo produtivo importante para a cidade, tornando-se, "nas primeiras décadas do século XX, a maior região produtora de laranja da cidade do Rio de Janeiro" (VIEIRA 2012).

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorre um impacto na sua economia, já que os países que importavam o produto direcionam sua indústria para os armamentos, assim, a produção e a exportação do produto caem drasticamente:

> Os laranjais ficaram carregados, as frutas estragavam no pé e logo surgiram as pragas. Os proprietários, então, venderam as terras, que

> seriam loteadas, e os prospero ciclo da laranja chegava ao fim (MANSUR, 2008, p.48).

Com a decadência do cultivo da laranja e o loteamento das terras, inicia-se seu ciclo de crescimento populacional. Dispondo de grandes extensões de terra, a região de Campo Grande começa a ceder espaço para loteamentos e, o que eram antes fazendas de cultivo de laranja, se transformam lentamente em espaços para construções de casas. Nesse momento, começa a se consolidar um comércio local e, por conta do preço baixo das terras, uma pequena classe média começa se deslocar para ali. Tem início, então, uma urbanização, em consonância com a economia da época. Esse fenômeno, de alguma maneira, não se desloca da implementação das politicas públicas sobre a égide do capitalismo:

> A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou poeta guerreiro com ambições imperiais) (HARVEY, 2014.p.30)

No tocante à ocupação de terras, por meio da compra de terras baratas, como aponta Mansur (2008), é importante frisar que a população negra, por conta de vários fatores[8] que decorrem das muitas políticas, entre elas a inserção tardia no mundo do trabalho e a ocupação e organização urbana, sempre teve dificuldade de acesso à terra, mesmo aquelas baratas, espalhadas pela cidade e longe dos centros urbanos.

A importação de mão de obra estrangeira com a vinda dos imigrantes e o impedimento a ter diretamente a posse da terra, ou seja, a moradia legalizada, de acordo com Campos (2012), contribuiu e contribui para organização racista do espaço urbano. O Estado toma para si a responsabilidade de organização espacial, sempre defendendo os interesses da classe dominante e média. Era preciso organizar formas de controle dos espaços urbanos evitando a presença de negros e evitando, também, que tivessem condições materiais para ascensão social. A descrição desses fatores, que favoreceram uma ocupação racista do espaço em consonância com a formação da pobreza da população negra, é feita por Campos (2012) em seu diálogo com outros autores:

[8] Vou falar sobre os fatores que contribuíram para o controle da população negra e sobre o racismo das ações estatais ao longo desse trabalho.

> Em se tratando de afrodescendentes, a pobreza tem dois discursos estruturantes: a) o impedimento à propriedade de terras, cerceando o surgimento de uma classe média, tendo em vista que esta era uma das principais fontes de acesso à acumulação de bens (RIBEIRO, 1996; SODRÉ, 2002; SILVA, 1990; CAMPOS, 2006); b) a inserção tardia no mundo urbano-industrial, provocado em grande parte pela ideologia vigente da superioridade dos trabalhadores brancos importados da Europa (RAMOS, 1998; CHALHOUB, 1996; HASENBALG, 1992). As duas vertentes têm como resultado a pobreza estrutural dos afrodescendentes frente a condições conquistadas pelos demais segmentos sociais (CAMPOS, 2012, p. 86).

A razão para a miséria e a pobreza da população negra e a entrada tardia (de alguns) na classe média pode ser, assim, explicada por fatores históricos e, segundo o autor, foi construída uma espécie de barreira social e racista, com o objetivo de apagamento e exclusão do negro da vida moderna.

## 1.2 – A ocupação urbana do Rio de Janeiro e a consolidação do bairro de Campo grande como subúrbio carioca

Antes de abordar Campo Grande, enfatizando a história da sua transformação em subúrbio e a ocupação por loteamentos de terras antes dedicadas à atividade agrícola, é importante resgatar alguns apontamentos e definições na ocupação do espaço urbano e o que pode significar a categoria "subúrbio", em relação ao crescimento da cidade do Rio de Janeiro, sem deixar de atrelar os acontecimentos e reformas do meio urbano e a gestão racista desses espaços ao crescimento específico do bairro.

A importância aqui de racializar o crescimento urbano ao projeto de cidade visa ao entendimento de como as políticas de remoções, higienização e embelezamento do Rio de Janeiro sempre tiveram atreladas a uma concepção de sociedade racista e elitista. O Negro[9], como uma categoria a ser estudada no processo de expansão urbana, tem particularidades e relevância para o desenvolvimento desta dissertação. Vinculá-lo somente ao processo de criação do proletariado fabril e não se ater às diferenças que foram determinantes para miséria e a favelização dessa massa negra

[9] No segundo capítulo, formularei a partir do racismo como base epistemológica, pensamentos sobre o negro como uma categoria ou um gênero criado pelo racismo em diálogos com Fanon, Mbembe), atravessados pelo conceito de biopolítica de Foucault (1988) o conceito de ideologia em Gramsci.

da população é não se aproximar dos condicionantes que forjam a realidade de exclusão que, no presente, assola grande parte dessa população[10]. Por isso, optei em dialogar com a pobreza, a classe social e as relações étnico-raciais na formação de Campo Grande como subúrbio carioca.

O sistema fabril brasileiro, quando nasce, é ocupado por trabalhadores europeus e asiáticos, de acordo com o apresentado por Campos (2012), o que se configura como um dos determinantes, somado ao fluxo migratório pós-regime escravocrata, que influenciaram na organização espacial das cidades:

> É desta forma que comunidades negras rurais, urbanas, ou comunidades que no passado estavam no espaço rural, mas que foram transformadas em urbanas no processo de expansão da urbanização impulsionado pela industrialização, são incorporadas como força de trabalho no presente – e, esta incorporação é, via de regra, desqualificante da mão-de-obra dessas populações. A sobreposição de princípios de hierarquização que discutimos acima se revela plena, e conhecimentos sobre a natureza, técnicas de construção seculares, práticas culturais, costumes, entre outros patrimônios, são desqualificados, e comunidades negras são absorvidas no movimento de urbanização e transformadas em (ou, significadas como) favelas. Assim, refuncionalizam-se através do tempo formas e padrões de segregação socioespacial que tem na dimensão racial (entrecruzada com uma série de outros princípios de hierarquização) um elemento crucial para a reprodução de uma sociedade marcada pelas desigualdades (SANTOS, 2012, p.62).

Essas populações, no que diz respeito ao Rio de Janeiro, se capilarizaram para regiões periféricas ou para favelas no Centro e Zona Sul; isso depois de sucessivos projetos que as removiam de suas moradias.

A partir disso, busco meios que possibilitem o diálogo entre a categoria "subúrbio" e a história da urbanização do Rio de Janeiro, junto à gestão capitalista e racista do espaço urbano, por entender que a associação desses debates se comunica diretamente com o cerne dessa pesquisa.

Fernandes (2001) diferencia em seu estudo o significado da palavra subúrbio[11], em relação ao núcleo central da cidade e o sentido que tem sua localização no status social. Ele indica que no caso particular do Rio de Janeiro, ou melhor, como ele mesmo destaca, do carioca, acontece um rapto ideológico da categoria "subúrbio" e

[10] A diferença de classes existe e é elemento fundamental na disposição espacial da cidade. Mas, para além da distinção de classe, existe um agravante racial que penaliza ainda mais as populações negras. Isso é uma abordagem clássica e relevante do racismo e da penalização do negro sob um prisma marxista.

[11] Uma ótima leitura do subúrbio, negro, periférico e discriminado está nos literatura de Lima Barreto.

afirma que: “o sentido da essência, original da palavra é representar um espaço geográfico à margem, nas bordas, na periferia, localizado extramuros da cidade” (FERNANDES, 2011, p.34).

Acostumamo-nos a representar o subúrbio[12] como um local onde existe certa urbanização e moradia de trabalhadores, com pouco status no contexto geral da cidade. Em algumas cidades do mundo isso não necessariamente tem o significado de região de moradia de grupos sociais ligados à baixa classe média ou ao proletariado.

Sobre isso, nos aponta Fernandes:

> Ao longo do século XX a industrialização e o crescimento das cidades generalizaram a ideologia do habitat, em toda parte o subúrbio foi invadido pela indústria e pelos bairros das classes trabalhadoras. Entretanto, esta foi uma invasão rara quando se pensou a ocupação dos subúrbios nos países centrais do capitalismo, sobretudo, os Estados Unidos. O que predominou foi a imagem de que os subúrbios foram reservados para as classes médias e altas, enquanto o núcleo urbano poluído, degradado e inseguro foi deixado para os imigrantes, trabalhadores braçais, a criminalidade, a prostituição e a indústria (FERNANDES, 2011, p.31).

No Rio de Janeiro, no que diz respeito ao projeto de cidade organizada historicamente, o subúrbio foi pensado ou não pensado (já que não houve, de fato, políticas públicas de impacto pra isso) com uma lógica espacial que reservasse esse espaço urbano para as classes trabalhadoras (lembrando aqui que dizer “classe trabalhadora” não necessariamente significa incluir a população negra[13]).

No tocante à construção da palavra subúrbio, que deveria referir-se ao local afastado da urb[14] ou do centro urbano, na expressão carioca isso não necessariamente é fato. Desse modo, “[...]é a classe social que determina o que é subúrbio, a geografia não importa [...]” (FERNANDES, 2011 p. 36). Podemos buscar as razões para isso na própria história da construção do que hoje denominamos como Centro e Zona Sul: os bairros que compõem essas regiões sofreram sucessivas reformas ao longo da história, sendo a eles reservados lugares de moradia das classes sociais mais abastadas, uma prova que a geografia realmente não é a

[12]Nos países do capitalismo central, o subúrbio é onde geralmente mora a classe média, combinando qualidade de vida e tranquilidade.
[13]Os subúrbios e bairros organizados em torno de fábricas (Del Castilho e Bangu, por exemplo) foram pensados sim para a classe trabalhadora, inclusive como forma de controle social. A questão é que boa parte dos negros não pertenceu à classe trabalhadora incorporada ao processo capitalista, mas ficou às suas margens (camelôs, malandros, biscateiros, lavadeiras, empregadas domésticas, etc.).
[14]Urb aqui se refere ao que é urbano, seria o que está no centro das grandes cidades e se relaciona em contraposição ao que se caracteriza como subúrbio.

condição usada aqui pra determinar se o lugar é considerado ou não como subúrbio. Outro exemplo é “a posição excêntrica e francamente suburbana da Barra da Tijuca ser vista como um acidente, algo fora dos nossos padrões e difícil de ser admitido” (FERNANDES, 2011 p. 36).

Podemos pensar que o significado da palavra subúrbio ganha características particulares e uma conotação ideológica, já que não condiz com o sentido original da palavra. Desse modo, “sem dúvida o conceito carioca de subúrbio é constituído por uma reinterpretação da palavra subúrbio, que lhe atribui um significado estranho a sua extração mais original e geral” (FERNANDES, 2011, p. 48).

A região metropolitana do Rio deveria se estender ao que chamamos hoje de subúrbio. Entretanto, o termo adquire uma função específica na configuração dos espaços urbanos em uma perspectiva capitalista. Assim, o significado do conceito carioca de subúrbio coincide “com as grandes transformações da sociedade e do espaço do Rio de Janeiro no início do século XX” (FERNANDES, 2011, p.48).

Em sua natureza, são muitas as transformações que influenciaram diretamente na configuração do espaço urbano, entre elas, pontuo aqui, o crescimento da população da região denominada subúrbio carioca. Como fator que contribuiu para isso destaco: as várias politicas de remoções, a descentralização das fábricas e a extensa malha ferroviária que crescia por boa parte da região suburbana e da Baixada Fluminense. Tais fatores são evidenciados por Abreu (2013) e por Fernandes (2011).

De acordo com Abreu (2013), as reformas urbanas implementadas desde o começo do século XX na paisagem carioca, constroem um Rio de Janeiro em consonância com o modo de produção capitalista e promovem em sua história uma série de remoções forçadas de populações inteiras de trabalhadores que por muitos anos viviam em moradias improvisadas, tais como vilas operárias ou cortiços no Centro e na Zona Sul da cidade. Podemos apontar uma série de reformas tendo como início a formulada por Pereira Passos, considerada um marco histórico para a cidade. Entre outros, segundo Abreu (2013), essa reforma teve como objetivos modernizar as relações de importação e exportação de mercadorias, já que os portos ainda apresentavam características coloniais.

Com o rápido crescimento da Zona Sul e também do Centro, a modernização ganha importância, com obras de saneamento e embelezamento urbano da então capital nos moldes das grandes cidades e, com isso, ocorre uma série de remoções para alargamentos de ruas e construções de vias.

> Grande parte da população foi, então, forçada a morar com outras famílias, a pagar alugueis altos (devido à diminuição de ofertas de habitações) ou a mudar-se para os subúrbios, já que pouquíssimas foram as habitações populares construídas pelo Estado em substituição às que foram destruídas" (ABREU, 2013, p.66).

Na citação acima, o autor deixa de enfatizar que essas reformas e remoções também tiveram um caráter racista em suas ações; ele procura homogeneizar somente a partir da perspectiva de classe social, mas é importante aqui grafar, novamente, que a história da organização espacial do Rio de Janeiro tem elementos de classe[15], mas também racistas. "As reformas urbanísticas naquele período visavam embranquecer a paisagem do Centro transpondo paisagens derivadas do mundo civilizado – isto é, a Europa [...]" (OLIVEIRA, 2014, p.91). Tirar o pobre da paisagem do centro era importante, mas, para a burguesia carioca da época, tão importante quanto aquilo, era embranquecer os espaços da cidade[16].

A remoção e a gestão capitalista do espaço se somam, então, a uma politica de escolha de corpos e sujeitos que devem ser retirados do espaço e de seus territórios, o que Foucault (1988) denominou como biopolítica, ou seja, o controle da vida pelo Estado. Assim, as remoções e o apartamento de certo tipo de população junto com o discurso higienista ganham e se firmam como fundamento de justificação.

> Escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas politicas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde publica, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações" (FOUCAULT, 1988, p. 152).

A vida como elemento de proteção do Estado não se aplica a essas populações, o direito ao viver se restringe àqueles socialmente aceitos pela norma capitalista. Esses corpos, nessa lógica, são submetidos ao controle da "maquinaria" do Estado, tanto onde na organização espacial lhes é permitida a moradia, quanto no ajustamento ao mundo do trabalho.

> Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido a custa

[15] Abreu (2013) evidencia que os primeiros anos da Revolução de 30 se caracterizaram por uma tentativa de coalizão de diferentes grupos, o que, não logrando êxito, levou ao regime ditatorial.
[16] Um exemplo fantástico dessa conotação racista foi a organização das linhas de bonde e de ônibus, que evitavam ligar diretamente os subúrbios às zonas nobres. Quando Brizola inaugurou a linha 474, ligando Copacabana a Olaria, foi uma gritaria geral, inclusive na imprensa. O Globo falava que isso traria desordem às praias cariocas.

> da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAUT, 1988, p.153).

O crescimento populacional nesse período era muito grande; a industrialização rápida e a construção civil a pleno vapor, fomentada pelas reformas que aconteciam, favoreciam uma migração em massa para a cidade de pessoas das zonas rurais para as áreas urbanas e de imigrantes vindos para o Brasil à procura de trabalho nas fábricas. Isso, somado a um momento pós-escravagista, aumentou as contradições em relação à ocupação do espaço.

A retirada dos moradores de suas casas, junto a esse aumento populacional e a não construção de moradias populares que dessem conta dessa demanda, fez com que acontecesse um grande crescimento das favelas. A política racista opera restringindo os espaços de moradia, pois "o racismo separa os grupos que devem ter uma vida e uma espacialidade ampliada, dos que merecem ser tratados como indivíduos descartáveis e uma espacialidade restrita" (SANTOS, 2015, p.4). Ademais, Abreu afirma que:

> A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego. E essa população paradoxalmente, não cessava de crescer, atraída que era à cidade pelo desenvolvimento industrial e pelos empregos na construção civil (ABREU, 2013, p.66).

No entanto, de acordo com Campos (2012), entre esses trabalhadores não existiam simetrias ou mesmo nivelamento dos que eram afrodescendentes em relação aos trabalhadores brancos pela perspectiva de classe social, em seu sentido clássico[17]. Então, para traçar as experiências ou trajetórias de grupos sociais, é importante pontuar as diferenças que existiram na construção do que seria classe trabalhadora e o impacto das remoções naquela época. Do mesmo modo, Santos (2012) enfatiza que existem "hierarquias que estruturam as experiências de dominação e exploração que organizam as trajetórias desiguais de indivíduos e grupos nos diferentes contextos do capitalismo" (SANTOS, 2012, p.42). Com isso, não dá para dizermos que a trajetória do trabalhador branco nesse período foi a mesma do negro.

[17] Segundo CAMPOS (s2012), a questão étnico-racial na literatura brasileira desaparece, como se as classes sociais pudessem elucidar todas as possibilidades de existência do urbano.

Vale frisar aqui que acontece um incentivo para a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil nesse período e, junto a uma tentativa de embranquecimento da população, veio a propagação de discursos que justificavam a não utilização dos negros como mão de obra nas fábricas, como, por exemplo, a de que eles teriam dificuldades de se especializar no trabalho fabril. Portanto, para os negros, sobravam somente aquelas funções que não eram feitas pela mão de obra imigrante, ou seja, os serviços mais pesados, sempre mal pagos e sem nenhuma segurança. No caso da mulher negra era ainda pior, pois para ela sobrava o serviço de doméstica. Campos (2012), recorrendo a Florestan Fernandes, [18]argumenta que:

> No caso dos afrodescendentes e a questão da hierarquia como fator de subjugação social, é necessário recorrer aos ensinamentos de Florestan Fernandes, quando trata justamente sobre a inserção do negro brasileiro na sociedade de classe, do ponto de vista tradicional desta categoria. Diz Fernandes que nas fábricas, as oportunidades de trabalho raramente caíam em suas mãos, a menos que fossem "serviços de negros" descritos pelo informante, com esse nome, como os que os italianos não faziam; os serviços pesados, arriscados para a saúde (CAMPOS, 2012, p.84).

Essas assimetrias colaboraram para uma organização espacial diferenciada, já que a dificuldade de inserção do negro ao mundo trabalho assalariado nos faz pensar que ele também teria dificuldade de ter acesso a qualquer política de vinculação do operariado a vilas ou residências. O discurso sanitarista e higienista que justificava as remoções, também visava que acontecessem iniciativas para construção de casas, mas, tendo sido poucas as construídas, não davam conta da demanda:

> As alternativas de intervenção predominantes eram a construção de vilas operárias pelas indústrias, que buscavam áreas distantes do centro, e a construção de habitações higiênicas por empreendedores privados sob um regime de concessão do poder público, iniciativas bastante limitadas em termos quantitativos. A par dessas iniciativas, as únicas experiências desenvolvidas pelo poder público, no período, referem-se à construção de 120 unidades de moradias para operários, em 1906, e à construção de um conjunto de habitações operárias no subúrbio de Marechal Hermes, em 1916 (CARDOSO, 2007 p.51).

[18] Para melhor aprofundamento sobre o tema, em Florestan Fernandes, ler: FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. 1989, ed. Cortez.

Além de não dar conta da classe trabalhadora da época, que crescia com as migrações e emigrações, podemos presumir, também, que o Estado não dava conta das demandas da população negra, de um modo geral, já que esta não estava inserida ao modelo laboral fabril (condição necessária até então para se ter acesso às casas populares). Segundo Abreu (2013), as crises mundiais no período pós-segunda guerra estimularam o crescimento de uma industrialização nacional, ou mesmo incentivaram as multinacionais já existentes aqui a investirem.

As políticas de revitalização do centro e zona sul e a falta de estruturas físicas das fábricas pré-existentes resultaram em "um processo de ocupação progressiva dos subúrbios, tanto pela indústria que se transferia das áreas centrais, como por aquela que se instalava na cidade pela primeira vez" (ABREU, 2013, p.96). Começa, então, uma ocupação maior de outras áreas da cidade e, o chamado subúrbio, se transforma no espaço a ser ocupado pela crescente massa de trabalhadores.

Nesse contexto, na década de 1960, começa, em Campo Grande, o aparecimento de conjuntos habitacionais de grande porte e com isso o povoamento da região como política do Estado. A CEHAB (Companhia Estadual de Habitação), que era um órgão estadual, foi responsável pelos primeiros empreendimentos. A iniciativa privada também se utiliza da possibilidade de expansão imobiliária da região, a ECIA, Empresa Irmãos Araújo, como aponta Vieira (2012), foi pioneira na região, construindo casas populares para classe média, e responsável pela criação de vários sub-bairros, "estes, em sua maioria, com boa estrutura de moradia" (VIEIRA, 2012).

Todas as duas iniciativas descritas acima foram formas de criar empreendimentos na região que forçaram um deslocamento populacional. O primeiro, com um público popular, e o segundo, uma classe média em ascensão que estava querendo sair do aluguel de regiões mais caras da cidade.

Nesse período, a região cresce de forma acelerada. A Revista Brasileira de Geografia desse período aponta que Campo Grande cresceu mais de 85%, ultrapassando Copacabana, Anchieta e Pavuna, essas duas últimas também em ascensão populacional. Umas das possibilidades para esse crescimento, apontado como maior entre os bairros, é a rápida passagem de zona rural para zona suburbana e a criação da Avenida Brasil, também destacada por Abreu (2013) como uma importante rodovia que corta todo o município do Rio, melhorando o acesso da região ao centro da cidade.

Fonseca (2012) delimita que, no período de 1940 a 1960, "o loteamento periférico clandestino dominou a forma de se obter a casa própria pela classe

trabalhadora" (FONSECA, 2112 p.4) e afirma também, com isso, que as condições de moradia eram muito ruins, baseadas na auto-construção, com saneamento básico e tratamento de esgoto precários ou quase inexistentes. Essas moradias se localizavam perto dos centros urbanos, até para facilitar o deslocamento para o trabalho, como apontamos anteriormente. Ou seja, boa parte da classe trabalhadora formal não tinha acesso a casas regularizadas. Para tentar dar conta do quadro social que se apresentava, o regime Militar (1964-1985), que em 1964 toma o poder, lança um programa habitacional que, segundo Fonseca:

> O início da gestão do regime militar no Brasil, em agosto de 1964, foi criado o Programa Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro da Habitação – SFH –, sendo o Banco Nacional da Habitação – BNH – o gestor deste aparelho. Alguns dos objetivos eram difundir a casa própria para as classes populares com a redução do preço da habitação, melhorar o padrão habitacional, eliminar as favelas, além de financiar obras de saneamento (FONSECA, 2012 p.4).

Sucessivas políticas de remoções se somam com a finalidade de tirar algumas favelas das áreas nobres da Zona Sul e dos bairros centrais da região do Rio de Janeiro, com o intuito de "embranquecer" a paisagem, como aponta Oliveira (2014). Essas se juntam à demanda apresentada pela classe trabalhadora por moradias e, com isso, existe uma procura de terras com baixo valor pelo Estado, a fim de diminuição do custo da construção de casas populares. Ou seja, é a reedição de políticas que, como pano de fundo, sempre tiveram a manutenção de bairros burgueses e a expansão periférica de bairros proletários e pobres, mas agora com a novidade da entrada do Estado com politicas de financiamento de moradias populares. De acordo com Fonseca (2012), as obtenções dos recursos vinham de várias fontes, inclusive de fundos de pensão.

O incomodo à burguesia, causado ainda pelas favelas e pela massa negra que viviam nessas nas zonas mais valorizadas da cidade, fez com que as remoções nesse período fossem facilitadas pelo regime de exclusão. A ação discriminatória sobre o espaço, como descrito por Abreu (2013), se intensifica e grandes obras[19] financiadas com dinheiro público acontecem na paisagem do Rio. "Os governos que se seguiram

[19] A ditadura tinha como características grandes investimentos em obras, nesse período. ABREU (2013) destaca o alargamento da praia de Copacabana, a construção do elevado sobre a Av. Paulo de Frontin, a construção da Ponte Rio-Niterói, continuação da Avenida Perimetral, a construção do interceptor oceânico da zona sul e, a obra máxima: a construção do metrô.

ao de Carlos Lacerda só vieram intensificar a ação preferencial do Estado nas zonas mais ricas da cidade" (ABREU, 2013, p.134).

Começa uma maior ocupação da chamada zona oeste do Rio nesse período (de 1960 a 1970), já que grande parte da população removida da zona sul foi "erradicada dessa área da cidade, na década de 1960, e transferida para conjuntos habitacionais distantes do mercado de trabalho, como a Vila Kennedy"[20] (ABREU, 2013, p.135).

Vieira (2014) aponta que Campo Grande e seu entorno, a partir da década de 1970, ficam sempre entre os bairros que mais crescem no Município do Rio de Janeiro, tanto em habitações regulares, como em clandestinas, fruto das várias políticas de casas populares, ou para classes médias, ou resultante do próprio processo de remoções. Com esse grande crescimento evidenciado, a região vai aos poucos perdendo a característica rural, dando lugar a uma paisagem mais urbana e assumindo, também, as contradições que nascem do crescimento urbano.

> A projeção atual aponta dados de crescimento assustadores, toda a região da zona oeste cresce muita rapidamente, Vieira afirma que: nota-se que, em 2010, a população de Campo Grande ultrapassa quinhentos mil habitantes e a de Santa Cruz é superior a trezentos e cinquenta mil. Se somadas, as duas Regiões Administrativas acumulam novecentos mil habitantes e, sendo a projeção para 2020 concretizada, elas terão mais de um milhão de habitantes; isso sem acrescentarmos Jacarepaguá, Bangu e Barra da Tijuca, que elevariam a população da Zona Oeste a números que superam dois milhões de habitantes – dado bastante relevante quando se trata de crescimento populacional (VIEIRA, 2014 p.42).

### 1.3- Campo grande em meio à nova onda de remoções

A partir da década de 1970, segundo Vieira (2014), Campo Grande recebe um polo industrial. Em um primeiro momento, isso se dá com poucas fábricas, sendo a vinda da indústria francesa Michelin o marco inicial desse processo e que hoje se

[20] FERNADES (2011) aponta que a CEHAB, nesse período, inaugura mais quatro empreendimentos populares: um na Estrada da Boa Esperança em Inhoaíba, outro na Estrada Guandu do Sena, em Campo Grande; o terceiro situado na Estrada do Engenho, em Bangu, e outro na Avenida João XXIII, em Santa Cruz.

consolida com cerca de vinte e três fabricas. Seu crescimento continuou seguindo uma lógica espacial balizada pelos conjuntos residenciais para uma pequena classe média à procura de terras baratas, uma classe operária e grupos sociais vindos das sequências de remoções operadas pelo estado, sobretudo negros, ainda seguindo a lógica racista de embranquecimento do espaço urbano.

A década de 1980 é marcada por uma nova etapa[21]: de ocupação da região (Fernandes, 2011). A organização espacial é seguida das características econômicas singulares da época como "o achatamento salarial, junto à diminuição das alternativas habitacionais com o fim do BNH em 1986" (FERNANDES, 2011, p.5), criando, assim, outras condições de ocupação do solo urbano. Intensifica-se um adensamento da população do bairro por uma classe média baixa. "Esta década promulga, portanto, a contração do acesso à casa própria por meio dos loteamentos e dos programas de habitação para a população pobre, que passará a dividir espaço com outras classes sociais." (FERNANDES, 2011, p.5).

Entre os fatores que favorecem isso, há o "esgotamento ou o fechamento da fronteira urbana do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana" (BARREIRA & BOTELHO, 2013, p.2), que contribuem para esse adensamento da classe média baixa[22], obrigando o poder público a investir em melhores condições de moradia para esses setores que vieram para região. Por outro lado, por falta de programas populares de habitação, a procura por ocupações por pobres também crescia e, com isso, a ocorria a difusão de favelas. Barreira e Botelho (2008) assim refletem sobre esse período:

> Aliado a isso, a crise da dívida na década de 1980, o acirramento da dependência financeira e as elevadas taxas de juros praticadas na década seguinte, se não provocaram o fim dos programas nacionais de habitação que atingiam a classe média e parte dos assalariados praticamente inviabilizaram o acesso à moradia para grande parte das camadas sociais de baixa renda. A combinação de um mercado exíguo e seu consequente efeito de encarecimento das terras e a crise das (tímidas) políticas governamentais até então existentes para o acesso à casa própria forçaram a população em condições econômicas precárias a procurar alternativas nas favelas (BARREIRA e BOTELHO, 2008, p.2).

[21] Fernandes (2011) afirma que a diversidade de classes agora produz novas formas de segregação das camadas médias em contraposição ao movimento de estruturação núcleo-periferia prevalecente nas décadas anteriores.

[22] Como vimos anteriormente a ECIA, empresa dos irmãos Araújo, foi a precursora de moradias para classe média no bairro e, nesse período, ela continua inaugurando conjuntos residenciais para esse publico.

Não posso aqui deixar de frisar que as remoções, a ocupação de terras irregulares, a violência social ou mesmo a favelização, que nesse período já era vista como solução para a habitação popular[23], tem, sobretudo, cor (por inúmeros motivos frisados aqui ao longo desse trabalho) e que, os processos de dominação do capitalismo aliados ao Estado e com seus mecanismos para controle da vida (FOUCAULT, 1988) estão sempre operando nesses processos. Nesse sentido, Vieira (2014), Fernandes (2011) e Barreira & Botelho (2013) não abordam a relação com a favelização ou crescimento urbano da região pela perspectiva étnico-racial. Dessa forma, concordando com Campos (2012), quando ele afirma que:

> Pensamos que as questões étnico-raciais/segregação socioespacial e a produção do urbano são temas que precisam ser correlacionados a outros, como o processo de metropolização e planejamento. A tradição acadêmica, quando trata a segregação, o faz de forma isolada, como se fosse possível a autonomia teórica do tema (CAMPOS, 2012, p.98).

Na década de 1990 e no começo dos anos 2000, a região continua crescendo; os números mostrados por Fernandes (2011) são:

> Em 1992, Campo Grande concentrou 71,4% das unidades residenciais lançadas na Zona Oeste, representando 33% do município (ADEMI, 2000). Já o Censo de 2000 apontou que, de 1996 a 2000, a taxa de crescimento foi de 10,6%, enquanto a do município foi de 5,2% (FERNANDES, 2011, p.6).

Campo Grande adentra os anos 2000 em contínuo crescimento e, graças à sua farta disponibilidade de terras - um atrativo para o mercado imobiliário - e suas contradições sócio espaciais, também cresciam os sub-bairros e favelas em seu entorno. É neste contexto que se estabelece um novo poder policial na região, um poder que se legitima pelo medo: as milícias.

A violência nas favelas do Rio de Janeiro, de uma forma geral, obedece à logica estabelecida na exclusão histórica e na apropriação do território pelo narcotráfico. Logo, o processo não seria diferente nas favelas da Zona Oeste. A ocupação territorial da região de Campo Grande fez com que o bairro se

[23] Barreira & Botelho (2013) são diretos em afirmar que: “Ou seja, na falta de uma capacidade de reformulação urbana radical, a alternativa mais fácil para resolver o problema da habitação popular é conduzi-lo oficialmente nos moldes do que já vinha sendo feito “espontaneamente” - a não-solução do problema é a sua solução” (BARREIRA & BOTELHO, 2013, p.7). Junto a isso, uma série de políticas sucederam urbanizando as favelas.

transformasse em uma espécie de “centro urbano” e em seu entorno se criassem bairros mais pobres, que na sua maioria foram crescendo tendo a ocupação irregular como umas das formas de acesso a moradia.

Com isso, a desordem e o crime em seu entorno foram construindo a sensação de insegurança, o que foi umas das justificativas de aceitação das forças paramilitares que atuam na região que, mesmo famosas pela violência em suas ações, consegue se legitimar pela sensação de estar operando em prol do bem comum:

> De que modo, um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é garantir, sustentar, reforçar multiplicar a vida e pô-la em ordem? (FOUCAULT, 1988, p.150).

A milícia se torna um grupo paraestatal, que se transforma no mecanismo para estabelecer a “paz” local. Sua operacionalidade é garantida, em sua maioria, por agentes públicos, que em sua folga, vendem a segurança necessária para se viver.

É comum que nos bairros mais populares, existam, como moradores, boa parte dos policiais militares que atuam na cidade. Os baixos salários, junto a precárias condições de trabalho, fazem com que esses policiais encontrem morada exatamente onde os conflitos de fundo social e racial aconteçam. Magalhães (2007), expondo sobre esse cotidiano em seu conjunto residencial evidencia que:

> Desde a fundação do Nosso Conjunto, no inicio da década de 1980, há entre os moradores policiais militares. E desde o início há casos de “imposição de respeito”, que devem ser entendidos como demonstração de força e autoridade para com aqueles que se utilizam de sua condição de policial (MAGALHÃES, 2007, p. 26).

Alguns policiais acabam, de uma maneira ou de outra, encarnando em seus bairros o poder paralelo da lei. A falta do Estado nessas localidades, como agente de construção de condições para humanização da vida, favorece o aumento da violência e sensação de insegurança. “É a representação social de um mundo caótico que passa a ser ordenado pela força” (MAGALHÃES, 2007, p.28). Ou seja, o medo acaba sendo o fio condutor do aparecimento de uma “polícia mineira”.[24]

[24] O termo “policia mineira” veio de ações de policiais de Minas Gerais, nas décadas de 1970 e 1980, que entravam nos municípios vizinhos do Rio de Janeiro, atrás de bandidos e tinham a fama de serem violentos. Segundo Magalhães (2007), o termo foi apropriado e atribuído aos policiais que começaram a atuar como seguranças nas comunidades que moravam, cobrando pelos seus serviços.

A organização militar das milícias se transforma, em uma complexa relação econômica e politica que se ramifica e se solidifica, não só pela cobrança de segurança, como no mercado e venda de produtos, se estabelecendo como uma força de poder paralelo, que movimenta grandes somas de dinheiro. Se afastando, assim, do que era a antiga policia mineira, que tinha uma caracterização (no passado) como grupo de extermínio. Magalhães (2007) estabelece as diferenças quando afirma que:

> O que se assiste hoje no Rio de Janeiro é uma reorganização de grupos policiais que transitam da antiga policia mineira para a forma de milícias. O grande diferencial entre os dois é a visão empreendedora do segundo grupo, que visa a lucrar com várias formas de exploração de "serviços", em geral ilegais. Embora eventualmente as antigas mineiras também cobrassem por seus serviços, tratava-se de um fenômeno mais localizado e específico de algumas localidades do Rio de Janeiro, em especial comunidades pobres de porte pequeno e médio, cuja principal motivação era, provavelmente, de ordem pessoal garantia de segurança de seus membros e familiares em geral e em que a ojeriza pelo tráfico era determinante (MAGALHÃES, 2007, p.32).

Podemos comparar a motivação, além de comercial, ao que Foucault (1988) chama de poder soberano, que emerge dentro de cada um, e que aparece na figura do policial, como morador daquele local: ele se torna o moderador das condutas de dentro da comunidade; a ele é dada a legitimidade de "zelar" pelo bem estar local, "a velha potência de morte em que se simboliza o poder do soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida" (FOUCAULT, 1988, p. 152).

A milícia se torna a própria figura da lei da região; se, antes, a comunidade sofria com a violência e a crueldade dos narcotraficantes, agora se submete à figura daquele que se estabelece enquanto "agente da justiça na região". Aqueles que "agiram" contra as regras estabelecidas e socialmente aceitas pelo poder paramilitar são julgados e condenados. Magalhães (2007), analisando o relato de um policial, conclui que:

> Nesse caso fica nítido que só é possível conquistar espaço e autoridade mediante demonstração de força e poder. São estas intervenções que classificamos como arbítrio na medida em que estes policiais se tornam os "legisladores" e "juízes", aplicando, julgando e criando a "lei" local, classificando conforme sua vontade que infração deve ser resolvida pelos órgãos competentes, ou ao contrário, resolvida entre os próprios policiais da localidade que integram o grupo local (MAGALHÃES, 2007, p.35).

A criação de grupos paramilitares na região é mais um elemento de opressão e controle que o Estado, indiretamente, lança mão para dar conta de suas sucessivas políticas históricas de remoções, higienistas e racistas, que operaram e desembocaram na Zona Oeste.

Os grandes eventos esportivos foram, também, usados como justificativa para o “embelezamento” e o branqueamento espacial e geográfico. Segundo o relatório do comitê popular da copa, aconteceu a remoção de 4.772 famílias de suas casas para o projeto dos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas). A grande maioria foi transferida para conjuntos residenciais do programa MCMV (Minha Casa, Minha Vida) na Zona Oeste, sendo muitas localizadas na região administrativa de Campo Grande. Entretanto, essas pessoas não tinham nenhuma relação de pertencimento com a região.

A cidade se transforma em mercadoria; a ideologia da democracia racial é usada para venda ao exterior de uma imagem de cordialidade nata do carioca; as contradições socioespaciais e o racismo são encobertos. A “limpeza” étnica operada pelo Estado tem o intuito de manter espaços privilegiados para a burguesia branca e venda da cidade para o capital externo.

> O mito da democracia racial revigora-se como elemento que nos singulariza de todo o mundo. As intervenções apaziguadoras que mascaram os processos de segregação racial do espaço buscam criar esses consensos sociais via estratégias midiáticas, a fim de reforçar um patriotismo urbano, a cordialidade do povo brasileiro, a harmonia das nossas relações raciais frente ao caos, à desordem, à insegurança, ao racismo e à crise das grandes cidades em outras partes do mundo (OLIVEIRA, 2014, p.86).

A região então cumpriu um papel na configuração socioespacial para os grandes eventos esportivos: a de comportar uma massa de pessoas retiradas de suas localidades, com as quais tinham laços identitários e de pertencimento, para garantir o embranquecimento e a higienização da paisagem para a exploração do capital.

A população da Zona Oeste do Rio de Janeiro continua crescendo no ritmo em que as políticas racistas e de classe se intensificam junto às contradições construídas historicamente. Essas mesmas políticas fizeram com que Campo Grande fosse um pequeno “centro” em meio a sub-bairros carentes, forçando a convivência de elementos que, em momentos convergem, e, em outros, divergem, tais como: tráfico, milícias, desordem urbana, pequena burguesia, classe média, pobreza e miséria

extrema. Essa fundição social faz da região um dos polos para se entender como se operam as políticas do Estado de exclusão social e racista na ocupação dos espaços.

Nesse sentido, surge a urgência de se entender como o racismo exerce influência sobre tudo na vida da juventude negra, criada em uma região periférica do Rio de Janeiro, e que tem na história da criação de seu bairro nuances de exclusão e manutenção de privilégios de uma pequena classe média e de uma antiga burguesia branca.

## 2- O Racismo como pressuposto epistemológico para o estudo dos Pré-vestibulares sociais

Começo esse capítulo assumindo a tarefa de dialogar com autores que evidenciam como o racismo nasce como um dos elementos centrais na expansão do modelo capitalista.

A racialização e o confinamento de pessoas humanas, serviu (e serve) como ferramenta ideológica e de controle de corpos, coloca o racismo como um espectro que atormenta, até hoje, àqueles e àquelas que não se conformam com um modelo eurocentrado, estabelecido por uma lógica racializada de epistemologia. “A raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo” (MBEMBE, 2014, p.71).

O conceito de necropolitica, forjado por Mbembe (2016) como ampliação da tese de Foulcault, faz muito sentido e me faz pensar a utilização do racismo na contemporaneidade. Da mesma forma, a ideia de conformação ideológica do racismo como uma fabulação construída e assimilada como verdade, me parece correta.

Nesse sentido, entender as possibilidades de diálogo entre autores que transitam pelo debate do conceito de raça como um conceito ideológico, biopolitico e necropolitico foi necessário, até para se entender e reafirmar a urgência do combate ao racismo como tarefa colocada na realidade brasileira.

## 2.1 - O racismo como instrumento ideológico e necropolitico

Para se entender as formas de dominação impostas historicamente pela sociedade capitalista e a expansão colonizadora, temos que colocar o racismo no centro do debate. A criação da raça, que é uma ficção, foi um mecanismo de dominação poderoso usado pela expansão europeia em sua sanha colonizadora. Com ela se justificou o controle, aprisionamento e o trabalho forçado de um grande número de pessoas.

A sociedade pré-capitalista, o estado, ou melhor, as metrópoles, fizeram seus investimentos no controle do corpo do indivíduo racializado. Biologizado, o corpo é elemento biopolítico; desse modo, onde sua utilidade é de servir a lógica da acumulação e produção de riquezas, o negro, nessa sociedade, perde o pleno direito à vida, deixa de ser sujeito de sua história e passa a ser objeto, uma máquina a serviço de outrem. Sua vida se transforma em mera existência biológica “Vida nua” (AGAMBEM, 2007).

A importância da vida como algo a ser preservado e mantido pela perspectiva da dignidade da vida humana não lhe é permitida, sua existência é mantida como um organismo vivo que irá produzir, através do seu trabalho, riqueza. Sua vida, como objeto ou mercadoria, pertence a um senhor ou soberano.

> De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda de um "lar", perda de direitos sobre seu corpo e perda de status politico. Essa tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade em geral). Para nos certificarmos como estrutura politica jurídico, a fazenda é o espaço em que o escravo pertence a um mestre. Não é uma comunidade porque, por definição, implicava o exercício do poder de expressão e pensamento (MBEMBE, 2016, p.131).

Entretanto, para que de fato o intento da colonização desse resultado, conceitos e ideias foram forjados. O racismo aparece como um conjunto de ideias como justificativa para subjugação e controle de corpos, se mostra um poderoso mecanismo de controle, pois foi e é usado como marcação para dominação, desde o processo violento da colonização até a atualidade.

A perenidade nos mecanismos do pensar o faz se estruturar nas relações sociais e criar processos de subjetivação. Com isso, ele se inscreve como um agrupamento de ideias que criam verdades que operam nas mais diversas práticas sociais, políticas e econômicas.

A raça se tornou, então, um conceito fabricado com a proposta de controle para o trabalho escravo e, junto com ela, o conjunto de ideias a despeito da suposta superioridade de uma raça sobre a outra foram criadas. A ciência, por exemplo, se prevalece de um discurso construído junto com fabulação de "verdades" para justificar o racismo. Semeraro (2006), recorrendo a Marx afirma que:

> Marx indicava que a fabricação de conceitos e de teorias não acontece no vazio da mente, mas dentro de determinados processos histórico econômicos e em sintonia com seus protagonistas políticos (SEMERARO, 2006, p.375).

Ele se espreita (o racismo) no campo minado da superestrutura (conceito Marxista que Gramsci desenvolveu). Em suas elaborações, Hall (2003), em diálogo com Gramsci (através de sua análise sobre o processo da diáspora africana) procura estabelecer essa relação entre a estrutura - local onde opera as condições de dominação econômica e de opressão - com a superestrutura – local onde operam as

“verdades” que criam as condições sociais para a fabricação ideológica para essa dominação e o racismo. Nesse sentido, se situa no agir e no pensar dos sujeitos em suas relações sociais. Talvez, um dos desafios para as formulações sobre o racismo seja fazer essas conexões e entender os condicionantes para sua existência.

O projeto de dominação que chega com a colonização submeteu uma massa de pessoas ao domínio e à crueldade da escravidão. Para isso, além da força e da arma, era necessário convencer a opinião pública. Era necessário criar verdades, submeter as pessoas ao discurso, criar processos de subjetivação de valores. Nesse sentido, o racismo, assim criado pelo colonizador, se inscreve também como ideologia.

A análise dos mecanismos de dominação social deve levar em conta não só as relações econômicas, mas também as relações estabelecidas como práticas sociais, os sujeitos envolvidos na sociedade e as “verdades” que são criadas e condicionadas e como elas se tornam hegemônicas e influenciam no comportamento e na manutenção do status quo. Hall (2003), ainda em seu diálogo com Gramsci, a despeito da hegemonia, nos alerta que:

> Este último e o conceito a que o próprio Gramsci se referia. E isso que ele quis dizer ao afirmar que o relacionamento entre "estrutura" e "superestruturas", ou a "passagem" de qualquer movimento histórico orgânico por toda a formação social, desde a "base" econômica ate a esfera das relações ético-políticas, situava-se no amago de qualquer analise não reducionista ou economicista. Propor e resolver essa questão eram conduzir uma análise propriamente fundada sobre a compreensão dos relacionamentos complexos de sobre determinação entre as distintas pratica sociais de qualquer formação social. (HALL, 2003, p.308).

A ideia de raça se posiciona como instrumento de poder e, por se inserir como ideologia, ela se fixa no modo como se pensa e se constrói os processos de subjetivação. Ela se sedimenta nas relações sociais. O racismo se estabelece nos mecanismos que regulam nossa forma de pensar e isso teve um objetivo claro de expansão de um modelo econômico. O negro, com seu trabalho escravo, criou a commodities necessárias para a implementação do modelo que surge com a revolução industrial. O capitalismo cria seus alicerces estruturais na exploração do trabalho escravo[25] e o regime de produção baseado na plantação foi, por sua vez, a base para o capitalismo moderno.

[25] Para um aprofundamento sobre a relação entre a escravidão e a construção do modelo capitalista, ler Williams, Eric. Capitalismo e escravidão.

A escravidão também foi o grande instrumento para o confinamento forçado no mundo do trabalho. Foi através de sua lógica que se operou, depois, a forma de organização para o trabalho nas fábricas. Nesse sentido, Mbembe (2014) nos mostra que a escravidão é o grande laboratório para a implementação do capitalismo, a regulação e o controle do corpo em grandes jornadas de trabalho do operário e teve na invenção do "negro" e da plantação, a porta para a subjugação de corpos para o trabalho do capital.

> Produzir o negro é produzir um vinculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é, um corpo inteiramente exposto a vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento (MBEMBE, 2014, p.40).

Uma série de conceitos criados (ou inventados) para justiçar a escravidão foram se entranhando no senso comum; o negro, após a abolição, se torna um entrave para a burguesia brasileira. Todo o processo de subjugação do negro após o processo escravagista teve nesses conceitos inventados respaldo para ações com o objetivo de neutralizar a sua presença nos espaços. Souza (2013) confirma isso quando escreve que:

> O período de escravidão, as condições de vida após o processo de abolição e as visões predominantes sobre o período da primeira republica, ensejaram um conjunto de estereótipos que atribuíram ao negro toda uma serie de estigmas que o perfilaram como um perigo e um estorvo para a sociedade, no começo do nosso período republicano. Logo após o fim da escravidão, o negro, passou a ser uma pessoa livre, mas vista como inferior em termos intelectuais e morais, sendo pontuado como um fardo para efetivação da nação e do processo civilizatório brasileiro (SOUZA, 2013, p.11).

Em contrapartida, anos após a abolição, uma poderosa ideologia se entranha no pensamento nacional, com o intuito de construir o sentido de nação brasileira: a chamada democracia racial foi, e ainda é, uma ideologia que traz ao negro a falsa ideia de uma nação sem preconceitos. Mas, como a violência do racismo continua se fazendo presente, o estranhamento e a confusão se fundem na psique do negro.

A ideologia da "democracia racial[26]" normatiza o "ser branco" como a referência a ser seguida como sujeito, trazendo sofrimento ao negro. O embranquecimento ou

[26] Durante o capítulo, debato com mais profundidade o conceito de democracia racial em diálogo com Abdias do Nascimento.

branqueamento, como indica Souza (2013, p.15), “[...]mostrou-se uma ação social que ampliou o processo de alienação do negro e reforçou os estigmas da ideologia racista, porque requisitou ao negro a rejeição do ser negro em termos fenotípico, cultural e coletivo”.

Assim, o negro é culpado, mesmo que seja inocente. Ele convive com a condenação diária, a sociedade assim o coloca. A escravidão, ou o processo da diáspora africana, nos submete a uma condenação perpétua, silenciosa ou escandalosa, que grita a todo o momento e com a qual, sem culpa, somos forçados a conviver.

Sobre o sentimento que aflora no negro quando vítima do racismo, Fanon (2008, p.125) diz que: “Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto como a virtude é branca. Todos estes brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou miserável”. A violência do racismo desvelada por Fanon (2008) se constrói também no plano da subjetivação, mexe diretamente com os esquemas corporais, com formação da psique, que nos transforma em algo no olhar do outro; esse algo carrega o signo da marginalização, do perigo eminente, o perigo de ser preto, de ter a marcação escrita em sua epiderme.

Uma marcação que inferioriza e, ao mesmo tempo, potencializa a diferença em risco para a sobrevivência do outro; outro esse (o branco) que se acostumou a ser superior, a ter reunidas em sua epiderme todas as características e virtudes do ser humano, “De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de negro – ou pelo menos uma conduta de preto”. (FANON, 2008, p.107).

Mesmo camuflado, o racismo sempre teve presente, silencioso em alguns momentos e violento em outros. Fanon (2008) nos traz em sua obra uma lente, digo, que em meu olhar ele acerta o foco sobre o racismo encrustado na estrutura das camadas sociais. Ao olhar do branco, o negro, aparece em diferença, em estranhamento, onde a raça, essa categoria ficcional, criada sobre esse “gênero[27]” que é ser negro, passa também, em um certo sentido pelo processo de culpabilização do ser.

O racismo, como violência e ideologia, tem o poder de criar no negro, mesmo sendo ele próprio a vítima cotidiana do racismo, o entendimento e a crença de sua inferioridade e submete o negro ao julgamento moral. A virtude, o bom, a beleza, são

[27] Fanon evidencia que o negro sob a ótica, racista do estranhamento do branco ,se torna um gênero, nem homem e nem mulher e sim um negro.

exemplos balizados pela branquidade. O negro se descobre dentro de um mundo construído para os brancos.

Nesse sentido, Souza (2013), afirma que:

> No caso do branco e do negro, por exemplo, a ideologia racista engendra uma dicotomia no qual o primeiro detém boa índole, cultura superior, apresso ao trabalho e valores éticos e civilizatórios, enquanto o segundo detém má índole, cultura inferior (ou não cultura) e desprezo ao trabalho e aos valores éticos e civilizatórios. Nesse caso, forma-se uma representação social na qual os brancos seriam dotados dos predicados para governar e ter acesso as melhores profissões e postos de trabalho, com os negros reduzidos as condições mais subalternas e inferiores da sociedade (SOUZA, 2013, p.9).

Essa estrutura social racista se entranha na sociedade e contribui para a divisão social do trabalho. A história da construção da pobreza, da miséria no Brasil, tem ligação com uma série de modos de agir e políticas que se apararam nas fabulações racistas e forjaram os mecanismos de exclusão e dominação social. Mantiveram e mantém privilégios de uma pequena e grande burguesia, que tiveram e têm na ideologia, uma ferramenta para sua perpetuação. A despeito disso, Moura (1994), pontua que:

> O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica. Pelo contrário superpõe-se a essas conclusões com todo um arsenal ideológico justificatório de dominação (MOURA, 1994 p.2).

Analisar o racismo também como instrumento político é importante para construir entendimento acerca dos instrumentos utilizados pelo estado para perpetuação do capitalismo como modelo hegemônico que se estrutura nas condições concretas da população brasileira.

Mas também é importante entender como ele se estabeleceu e se estabelece no mundo, de modo a pontuar e entender suas particularidades na realidade brasileira e como ele aparece em outros lugares e em outros agires sociais. O caso do racismo no mundo, seu entendimento ainda passa pela expansão colonial, que estabeleceu relações de dominação estabelecidas até os dias de hoje.

A Europa[28] conseguiu criar o consenso para o projeto colonizador. Se, antes, a disputa era dentro dos domínios europeus, depois se juntaram em prol da dominação de outros países, estabelecendo o consenso. Moura (1994), em suas deduções sobre o capitalismo e o racismo, a colonização e a produção de conhecimento, afirma que:

> Como se vê, essa antropo-sociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos (MOURA, 1994, p.4).

A ideia de um saber eurocentrado, que mantem uma noção de conhecimento como ponto de partida do lugar do colonizador, perpetua a colonização, só que como mecanismo do pensar. A colonização que produziu tanto sofrimento, ganha vários contornos de dominação e também tem na face do imperialismo estadunidense um aliado, porque continua usando da diferença e do racismo como tecnologia para a expansão de suas ideias. Através disso, produz mais exploração e miséria social, fazendo daqueles que estão fora de suas fronteiras um inimigo em potencial.

Talvez seja esse o ponto onde podemos encontrar o elo entre a perspectiva do racismo como ideologia, se introduzindo no campo da superestrutura, e a raça como elemento biopolítico ou necropolítico.

A construção de um inimigo, o racializado, é a retomada de antigas formas de controle da vida através da clausura e a perda de qualquer direito sobre seu corpo. O inimigo a ser combatido é aquele que pode ser um perigo imediato; sendo assim, o estado tem o “direito” de proteger a sociedade daqueles que não se adequam ao modo de vida “cidadão”.

Com isso, todos aqueles que se situam fora de suas fronteiras são perigosos, o imigrante, sobre tudo o “não branco”, é um possível suspeito. Com isso, o racismo se torna mecanismo de controle de corpos, não só no campo da superestrutura, mas

[28] Esse consenso não se estabelece sem tensionamentos. A história da colonização se passa por tratados, guerras e saques. A geopolítica da colonização e a repartição da África (mais à frente) não impediram duas grandes guerras.

também como instrumento biopolítico. Mbembe (2014), sobre o ponto da raça como elemento biopolitico, pontua que:

> A raça, deste ponto de vista, funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar, o principio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia de governo (MBEMBE, 2014, p.71).

O confinamento de pessoas e seu controle como possíveis ameaças se mostram atuais. Vemos a Europa, em meio à onda de imigração, editar velhas lógicas racistas; a prisão de Guantánamo, em Cuba, e a Palestina são o paradoxo exposto ao mundo da liberdade individual, tão propagado pela ideologia liberal. O mundo ainda é visto pelo ocidente como uma grande colônia, colocando a raça como balizador das relações sociais. Mbembe (2014) chama isso de ocupação colonial tardia.

> A ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação disciplinar, biopolítica e necropolítica. A forma bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina (MBEMBE, 2016, p.134)

Para Achille Mbembe (2016) e a análise atual sobre o Terror moderno, e as formas de controle de corpos, tanto na formação racializada do inimigo, quanto para inserção de corpos no modelo fabril, passa necessariamente pela análise do período de escravidão. Para ele, foi a primeira experiência biopolítica da sociedade moderna.

> Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instancias da experimentação da biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal de estado de exceção (MBEMBE, 2016, p.130).

O racismo como ideologia e como mecanismo de regulação e controle de corpos tem no Brasil, hoje, na figura de Rafael Braga[29] um dos grandes exemplos da combinação ideológica e biopolítica do racismo. Em seu encarceramento está toda a

[29] Rafael Braga, negro e morador de rua, foi preso e condenado por portar uma garrafa de Pinho Sol, um desinfetante. A única pessoa presa nas jornadas de protesto que se iniciaram em 2013.

carga opressora do Estado moderno capitalista, que continua produzindo miséria e escolhendo qual corpo ele pode controlar, prender ou matar.

### 2.2 - A ideologia da democracia racial e as ações afirmativas

No Brasil, para ser mais preciso, todo o complexo operado pelo racismo, vindo da experiência de dominação e opressão criados pela diáspora africana e a escravidão, sofreram um escamoteamento. O racismo por muito tempo foi dissimulado por uma poderosa ideologia chamada de democracia racial[30], cujo "objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de auto definição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial" (NASCIMENTO, 2014, p.94).

O perigo dessa ideologia ainda está presente. Todo aparato de propaganda, que tenta nos convencer de uma brasilidade baseada na democracia estabelecida, na harmonia existente no Brasil, ainda opera e tem como objetivo o apagamento da história de opressão e exclusão que existem e se estabelecem nas relações sociais no país. Ela se alia a toda forma de pensar imposta pelo neoliberalismo, para que a heterogeneidade seja uma mera casualidade para adequação ao consumo, Mbembe (2016), sobre isso, discorre que:

> As velhas questões de heterogeneidade, de diferença e liberdade são ressuscitadas, enquanto as novas elites se apropriam da ideologia da mestiçagem para negar e desvalorizar a questão racial. A contribuição dos Afro latinos e dos escravos negros para o desenvolvimento histórico da América do Sul será apagada ou pelo menos severamente ocultada (MBEMBE, 2016, p.35).

A tentativa de camuflar o racismo estrutural com a ideologia da democracia racial teve na figura do Mulato o seu símbolo maior. Figura que nasce da ação violenta, "do crime de violação e subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco" (NASCIMENTO, 2014, p.83), é o símbolo da tentativa da politica de branqueamento. Veio junto com o medo da mancha negra[31] e se transformou na

[30] Todo uma intelectualidade brasileira se debruçou a fim de construir a tese que: o Brasil era uma nação que reinava uma democracia entre raças, Gilberto Freire é visto como um dos expoentes desses pensadores.

[31] Abdias Nascimento faz referência ao medo que a elite branca da época da abolição, tinha da massa de mulheres e homens negros recém libertos e o medo de perderem seus privilégios: "Nutrido no ventre do

forma mais corriqueira de esconder a negritude brasileira, negritude que, para elite branca, seria um grande problema para nação. Seria ele: “O marco que assinala o inicio da liquidação da raça negra no Brasil” (NASCIMENTO, 2014, p.83). Mas isso não impediu que ele, o “mulato”, sofresse toda a mesma violência operada pelo racismo. Assim, Abdias Nascimento pontua que:

> A despeito de qualquer vantagem de status social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca (NASCIMENTO, 2014, p.84).

Seguiram-se, no Brasil, várias políticas de imigração que tinham como objetivo desempenhar uma dupla função. Seriam úteis tanto como forma de construção de um proletariado de origem branca europeia, como na tentativa de embranquecimento paulatino da população.

Acreditava-se que a eliminação do negro do Brasil seria uma questão de tempo, o “sangue ariano” iria apagar o negro. Teorias racistas davam o suporte cientifico para operação das políticas de erradicação do negro. Era a ciência atuando de forma a normatizar uma aparência, apagar e marginalizar um tipo de homem. Se aproxima do que Foucault (2008) chamou de “normalização disciplinar”. O modelo “Ótimo” era ser branco, a norma era o branco, o ser negro era o “anormal”, era algo a ser combatido e erradicado:

> O conluio dos intelectuais e dos acadêmicos “cientistas” na formulação dessa politica foi decisivo para a sua aceitação. Na década de 1920, quando o Brasil estimulava através de leis a imigração de brancos europeus (celtas, raças nórdicas, iberos, eslavos, germânicos, portugueses, austríacos, russos e italianos), “científicos” endossos a esta política e seus objetivos se encontravam amplamente disponíveis (NASCIMENTO, 2014, p.87).

Por não conseguir exterminar imediatamente o negro da paisagem da sociedade brasileira e não implementar leis diretas de segregação racial, como o apartheid da África do Sul, o Brasil massificou uma cultura de apagamento do negro.

---

racismo o “problema” só podia ser, como de fato era, cruamente racial: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado de forma explicita ou implícita como “inferior”. (Nascimento 2016, p.81).

Toda uma maquinaria do fazer pensar procurou aproximar o negro do que tinha de mais grosseiro, perturbador e marginal na sociedade. Dessa forma, se auto afirmar como negro era se colocar ao lado de tudo que foi construído ideologicamente como algo a ser combatido.

A assimilação da cultura europeia e o afastamento proposital de qualquer possibilidade de aproximação de laços afros fez com que a assimilação do conceito de "pureza" branca fosse poderosa. Ser "moreno", "mulato", "marrom" eram afirmações melhores do que ser identificado como negro ou negra:

> Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da "mancha negra"; da operatividade do "sincretismo" religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada "democracia racial" que só concede aos negros um único "privilégio": aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora (NASCIMENTO, 2014, p.111).

Por conta dessa diversidade, de tons de pele, ser negro passou a ser um posicionamento político. Surgiu no seio de toda essa ferramenta de dominação, exclusão social e de desumanidade que é o racismo. Iniciativas de enfrentamento nasceram. Ser negro passou a ser, além de alguém marcado por sua ancestralidade, um posicionamento perante o mundo, um lugar cortado por toda uma história de tentativas de abafamento e genocídio de sua vida. É lutar para viver onde foi construído que seu apagamento era necessário.

Se é verdade que a violência do racismo operado pelo estado, com remoções, com branqueamento, com a falta de políticas de inserção social, coma marginalização, a animalização, imposição de miséria social e humana ao negro, é verdade também que o posicionamento de combate ao racismo que requer a radicalização política, teve, em ações politicas indenitárias como a FNB (Frente Negra brasileira) e o TEN (Teatro Experimental do Negro), como aponta Guimarães (2012), um dos exemplos da história de combate organizado e de denuncia ao racismo.

Especificamente sobre TEN, a sua importância foi vital para o surgimento de uma perspectiva de protagonismo nas artes pelo negro, sua contribuição para o teatro teve capilarização em campos como o da literatura, a dramaturgia de um modo geral,

sendo reconhecida como um instrumento poderoso na construção da negritude brasileira. O seu chamamento de atores negros para suas fileiras artísticas foi a possibilidade do uso do saber negro, como a base para o fazer artístico. Sobre isso, podemos observar que:

> O Teatro Experimental do Negro – TEN iniciou sua tarefa histórica e revolucionaria convocando para seus quadros pessoas originárias das classes mais sofridas pela discriminação: os favelados, as empregadas domesticas, os operários desqualificados, os frequentadores de terreiro. Com essa riqueza humana, o TEM educou, formou e apresentou os primeiros interpretes dramáticos da raça negra - atores e atrizes – do teatro brasileiro (NASCIMENTO, 2016, p.162).

O abafamento operado pela ideologia fez com que vozes de denúncia se soltassem e a aproximação com os laços indenitários fossem a esteira de unificação e de combate ao racismo. Todos os excluídos pelo racismo histórico puderam, então, reivindicar a identidade negra. Desse modo, essa foi a forma de combater o racismo e identificar as ações que construíram a negação social e de sua humanidade, a qual o negro brasileiro foi submetido.

A preservação da cultura estava na agenda de luta. Lélia Gonzáles, no seu papel de mulher e negra, nos faz lembrar que a tomada de consciência passa pela preservação da memoria do povo negro entendendo que a ideologia é uma das ferramentas perversas usadas para a dominação. Ela e várias vozes se juntam ratificando a urgência de trazer a consciência e a memória negra para o debate sobre o racismo:

> A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência (GONZALES,1984, p. 226-227).

Na década de 80 o movimento negro como um todo, e com suas variedades de vertentes, ganham em amplitude e discussão institucional, o movimento negro unificado (MNU), que desde o começo de 1980 figura no cenário brasileiro com referencias na organização negra internacional, trás para o debate central o empoderamento negro, a luta contra o racismo, o fortalecimento do conceito de raça como uma posição política e a negação da "democracia racial", ou seja, a emancipação do negro da opressão historicamente sofrida.

O momento efervescente que foi a década de 80, com a redemocratização, depois de 20 anos da ditadura militar, foi o terreno fértil para iniciativas que avançaram no campo do direito do povo Negro.

Surgem lideranças políticas como Caó, autor da lei n° 7.716 de 05/01/1989, um parlamentar negro, que teve em sua história a participação na UNE e perseguição pela ditadura, além da união a Brizola e ao PDT – Partido Democrático Trabalhista - que (naquele momento) junto com o PT – Partido dos Trabalhadores - ganham grande expressão no cenário político.

A chamada lei Caó, foi um grande passo na sociedade por criminalizar o racismo e constranger toda uma sociedade que ainda se pautava pelo mito da "democracia racial". Ao expor e criminalizar um ato, até então colocado como contravenção e que na verdade nunca tinha sido usada para processar um estabelecimento ou alguém, avançou na possibilidade de defesa judicial e na luta contra o racismo.

Nesse cenário de luta, contestação e avançando mais em uma pauta histórica construída por vários setores do movimento negro, é criada através da lei n° 7688 de 22/08/1988, a Fundação Cultural Palmares – vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro no Distrito Federal, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influencia negra na formação da sociedade brasileira.

Passamos para um momento onde o cerne do combate ao racismo se desloca e passa a ter não só a denúncia e a criminalização como instrumentos de combate ao racismo, mas também a educação e a afirmação de ações políticas, que reconheçam a necessidade histórica de valorização cultural dos povos que sofreram com a diáspora africana, como mecanismos que atuem na correção da discrepância social e econômica vivida pela maioria dos negros no Brasil.

A discussão das ações afirmativas como forma de inserção social do negro ganha força e com a abertura política da época se torna o momento ideal para

avançar. Abdias Nascimento (2016) evidenciava em sua obra a importância de uma ocupação negra em todos os setores, afirma que a Universidade ainda é um local de hegemonia branca, como podemos observar na citação a seguir:

> Tampouco à universidade da universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo ocidental europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros (NASCIMENTO, 2016, p.114).

Começa, então, a difusão de conceitos e valores que colocavam o negro no cerne do debate sobre acesso ao conhecimento e a universidade. A introdução do negro na sociedade brasileira passava, necessariamente, pela afirmação de ações compensatórias que possibilitassem a ele ocupar todos os espaços do agir social. E a universidade pública era um espaço de privilégios brancos.

A complexidade da implementação das ações afirmativas nas universidades passa pelo entendimento dos tensionamentos existentes na sociedade brasileira, desde a aceitação da exclusão social operada pelo racismo, como uma política gestada e operacionalizada historicamente pelo Estado, como pela negação dessa realidade pela perspectiva da democracia racial e liberal.

O caminho aberto com a redemocratização brasileira, na década de 1980, e sobretudo com o fortalecimento de organizações, tanto política partidárias de esquerda quanto de movimentos sociais, setores progressistas da igreja católica e movimentos negros em geral que se debruçaram na formulação de iniciativas de combate ao racismo, fez com que surgissem várias iniciativas, como os pré-vestibulares sociais e, mais à frente, a implementação de uma política de cotas raciais.

É no governo do então presidente Fernando Henrique Cardozo (1994-1998) “que se dá a publicação do Programa Nacional de Direitos Humanos (1996), que reconhece a existência de desigualdades raciais e do racismo no país” (REZENDE, 2005, p. 157). Com isso, o debate ganha mais fôlego e passa a ser promovido tanto dentro dos campi universitários como nas ruas. Sobre essa realidade, Machado e Silva (2010) discorrem que:

> Os processos de implantação de ação afirmativa de acesso nas universidades publicas federais e estaduais são complexos e dinâmicos e têm sido engendrados por múltiplos atores sociais, pois

> tanto há agentes internos às universidades, tais como professores, alunos e funcionários, quanto agentes externos, como ativistas de cursos pré-vestibulares comunitários ou ONGs, movimento negro ou estudantil, além de parlamentares estaduais e federais (MACHADO E SILVA, 2010, p.24).

Junto com esses processos expostos, pontuo aqui, de acordo com Rezende (2005), dois marcos importantes para a implementação da política de cotas no Brasil, sendo eles: o Seminário Internacional *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados modernos e democráticos contemporâneos*, organizado pelo Ministério da Justiça (1996) e a *II Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, na África do Sul* organizada pela ONU.

Segundo Rezende (2005), na conferência da ONU, foi exposto um relatório minucioso que apontou com clareza o racismo brasileiro e como ele se perpetuou historicamente no Brasil. Isso forçou o país a se posicionar perante a ONU e indicar ações que conseguissem reparar o débito histórico com a população negra.

> O relatório preparado por Henriques (2001) – "Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90" – do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresenta de forma contundente os dados, produzidos por acadêmicos e pelo movimento negro, que comprovam a manutenção das desigualdades raciais ao longo dos anos pós-abolição. Este talvez tenha sido o documento mais citado para justificar a implantação de políticas públicas orientadas para a inclusão dos negros (REZENDE, 2005, p.158).

O debate sobre as cotas raciais nas universidades ganhou profundidade, sobretudo com a iniciativa das primeiras instituições a introduzir o sistema de cotas para seus processos de ingresso[32]. A discussão em torno da igualdade de acesso ao conhecimento acadêmico e ao ensino superior ainda estava sendo gestada.

Essas iniciativas, ocorridas em 2001, emergem por debates internos das próprias universidades e motivam para que os seguimentos da sociedade civil se posicionem e que outras instituições aprofundem o assunto. O impacto positivo das cotas raciais para redistribuição e para a formação profissional de jovens negros é evidenciada em dados, por alguns estudos como o de Hering (2010).

[32] Segundo Hering (2010), as primeiras universidades a usar os sistemas de cotas raciais para seu processo de vestibular foram, UEMS, UERJ, UENF e UNEB.

Mas o fato é que a forma que elas foram implementadas, mesmo com o parecer favorável do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski em 2012, por ação de inconstitucionalidade impenetrada pelo DEM[33], faze delas frágeis do ponto de vista das políticas públicas e, desse modo, sua continuidade pode sofrer ação direta das correlações de forças políticas e sociais que se tencionam nas diferentes conjunturas.

> Reconhecemos que, na forma como os programas vêm sendo implementados, observa-se o risco de que não tenham sustentabilidade ao longo do tempo, em função de terem sido criados na sua maioria de forma descentralizada e por meio de normas internas às universidades, ou então por meio de legislações estaduais nem sempre acompanhadas de debates e a partir de consensos no âmbito das universidades (HERING, 2010, p.118).

Com isso, entender as ações afirmativas pelo ponto de vista das ações de combate ao racismo é entender que essas conexões entre políticas públicas sofrem influencia das forças que se estabeleceram, tanto no campo discursivo quanto no palco da militância ativa. Sendo espaços de disputas que são niveladas pelas várias praticas, como o uso do discurso ideológico (como a falácia da democracia racial).

Os pré-vestibulares sociais, nessa pesquisa, têm uma conexão estabelecida por seguimentos que se associam, por força da própria constituição histórica dos movimentos que resultaram nas ações afirmativas, sendo eles elementos constitutivos da mesma linha geradora, o racismo.

A atuação do IFHEP, enquanto pré-vestibular social localizado em Campo Grande, possibilita a aproximação do nosso objeto de estudo, o Jovem, negro, e morador de Campo Grande, em seu processo de auto reconhecimento enquanto negro, como um conceito político e como isso influenciou em sua vida.

Procuro, então, nesse próximo capítulo fazer as mediações entre pré-vestibulares sociais, o IFHEP e juventude negra, tudo isso para se entender como esses elementos dialogam e contribuem para o avanço da consciência antirracista dessa juventude.

[33] O DEN Entra com uma ação contra as cotas raciais na UNB e o caso é julgado p7elo STF.

## 3- Pré-vestibular Social, IFHEP e juventude negra

Até aqui procurei traçar uma linha que desse conta de posicionar o local em que se encontra o IFHEP, tendo como o pressuposto para esse estudo a organização espacial do Rio de Janeiro como via que grafa o racismo. Para isso, pontuei o racismo como a base epistemológica que corrobora todo o percurso dessa pesquisa. Nesse

capítulo, a juventude negra e o pré-vestibular social são os contornos necessários para o debate que cerca esse trabalho.

Uma juventude que trás consigo marcações que grafam diferenças, sensibilidades, afetos, particularidades, singularidades, e atravessam as várias possibilidades de ser jovem negro em uma cidade partida, com um projeto de cidade historicamente higienista, que mescla ações de controle social e genocídio, que perpassam a raça e a classe social.

Esses jovens trazem com eles diferentes narrativas que mostram diferentes olhares sobre a importância do pré- vestibular social como ferramenta politica para o combate ao racismo e todas as relações interseccionais e subjetivas que acompanham a vida dessa juventude.

O debate da importância dos pré-vestibulares sociais como agentes de construção de sujeitos políticos, atravessam também, as cotas para negros nas universidades. Um dialoga com o outro no percurso histórico dos diferentes movimentos negros que surgem sob a bandeira do combate ao racismo.

A denúncia das condições de vida do povo negro e da histórica opressão e desumanização vivida pelos descendentes da diáspora africana se amplificam, sobre tudo, a partir de 1970 até os dias de hoje, sendo o esteio de iniciativas passadas, como a Frente negra e o teatro experimental do negro, tidos como exemplos antecessores.

Na década de 1970 surgem vários movimentos negros em diversos estados brasileiros que denunciam a farsa da chamada democracia raciais, esse movimentos foram chamados de "movimento negro contemporâneo" ABERTI e PEREIRA (2006). A pauta que unificava esse movimento foi de suma importância para o avanço e a criação do MNU (movimento negro unificado) que cumpriu e cumpri um papel político e histórico no combate ao racismo. PEREIRA (2007)

A década de 1970[34] foi marco para a construção de pautas e de ações que passam pelos movimentos de denuncia, pelo ativismo político e por ações institucionais. Uma sinergia negra se materializou em movimentos que ganharam pujança e se desdobraram na concretude de iniciativas de movimentos sociais.

O pré-vestibular social é uma dessas iniciativas, tendo em vista o objetivo desses pré-vestibulares e o contexto histórico em que surgiram (em pleno ao processo de abertura politica de 1985). Podemos construir uma linha que estabelece uma lógica

[34] Guimarães (2002) afirma que, um pouco antes a esse período, a sociologia brasileira está sob grande influência das teorias marxistas, deixando gradativamente uma tradição cientifica que tinha a ideia de "transição" como o paradigma de explicação social.

de combate que combina a relação estabelecida pela desigualdade social posta na sociedade brasileira, em uma simbiose das pautas que se entrelaçam entre classe e raça, mas que surge no “grito” dos vários movimentos sociais, sobretudo do movimento negro.

Nesse sentido o IFHEP surge na década de 2010 como uma inciativa advinda de militantes de movimentos sociais. O embrião dessa inciativa vem de uma agenda construída pelo NSCG (Núcleo Socialista de Campo Grande). E sua historia e sua participação como instrumento de combate ao racismo, se confunde com os múltiplos objetivos traçados pelo conjunto de militantes e educadores que constroem esse espaço.

### 3.1 - Pré-vestibular social, uma ferramenta de combate ao racismo

Beatriz Nascimento, uma intelectual negra que trouxe várias contribuições para os estudos sobre a questão negra e para própria militância dos vários movimentos negros que aparecem nos anos de 1970, é firme em seus trabalhos pela defesa dos estudos sobre negritude, pelo ponto de vista do quilombo, local de libertação, sobretudo de vida e não de morte e aprisionamento, como muitos historiadores da época se atinham a descrever.

O sentido dado ao quilombo por ela ultrapassava o de lugar de refúgio de negros, do terror do aprisionamento e do trabalho forçado. Ela ampliava e procurava dar uma conotação de lugar de vivências, de procura de liberdades, de possibilidades criativas e de diálogo com a matriz da terra, com uma África, não conhecida, mas trazida na pele e na ancestralidade de um povo que, lenta e historicamente, teve suas raízes mortas, apagadas, ou mesmo negadas, como cultura ou como saberes.

O termo quilombo para ela significava um local de luta, de visibilidade, de procura e resgate de uma humanidade retirada por uma normatividade branca, europeia e colonizadora. Com isso, todo lugar que se colocasse em contraposição a essa lógica e buscasse a construção de uma consciência negra se colocava no campo da resistência. Sendo assim, o termo quilombo, passa ter um sentido político, de ferramenta de combate ao racismo e de perpetuação e criação de liberdade. Para ela:

> Então, nesse momento, a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta

> como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade [1989] (Apud RATSS, 2006, p.54).

O conceito de quilombo, na lógica de Beatriz Nascimento, se amplia e se transmuta, não só para um local de um passado histórico, mas de um local de resistência a toda uma construção cultural de aprisionamento e negação. Ratss (2006) coloca que a lógica do quilombo se transportou para as casas de culto afro-brasileiro, escolas de samba, favelas e para os movimentos sociais, pelos simbolismos que esses lugares carregam na luta pela sobrevivência e pela liberdade. Esses espaços são quilombos, lugares de essência de uma negritude que quer seu direito à vida.

Outros autores, como o próprio Abdias Nascimento e Clovis Moura, apontavam para os estudos do quilombo como um campo de leitura dos vários espaços de vivência de liberdade e construção de resistência negra. Em Beatriz Nascimento existe a relação de território, de terra, de segurança e humanidade, como ela mesma coloca:

> Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (NASCIMENTO, in RATSS, 1989, p. 59).

Nessa afirmação, ela grafa o direito ao território, sendo bem clara ao se referir ao quilombo como lugar de vivência de uma humanidade. Como ela afirma: “Eu tenho direito ao espaço que ocupo dentro do sistema, dentro dessa nação”, ou seja, o quilombo é também o espaço de conquista do direito negado, é aonde o invisível na sociedade se faz visível; é o lugar do grito e da fala de quem foi silenciado. O quilombo se transforma, então, em espaço de criação de coletividades negadas. O corpo negro, antes aprisionado e marginalizado, encontra nesses espaços um lugar de reconhecimento e alteridade, mas não uma alteridade forjada pelo branco colonizador, mas por uma alteridade negra, pois “O corpo negro plural constrói e qualifica outros

espaços negros, de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem" (RATSS, 2006, p.59).

O termo quilombo dado a essas estruturas se amplifica. A reconstrução de uma coletividade que tem similitudes históricas na correlação de raça e classe, mas que tem na racialização o ponto chave da humanidade perdida. A unidade e a coletividade compartilhadas e a busca de uma plenitude, o direito a ser o que quiser ser. Ratss (2006) afirma que a contribuição dos estudos de Beatriz Nascimento para o pensamento sociológico foi o de inserir o negro no pensamento social. Isso foi de grande importância para o movimento negro contemporâneo e, segundo ele:

> É necessário relembrar que em 1988, os movimentos negros de norte a sul do país foram a público denunciar com veemência os efeitos do racismo e a chamada "farsa da abolição", momento que Beatriz denomina de "reiniciação". Dando continuidade como protagonista e observadora do Movimento Negro, ela refere-se a uma das "matérias primas" do filme Ori, vinculando mais uma vez a questão racial à questão nacional, o indivíduo ao coletivo (RATSS, 2006, p.65).

Beatriz Nascimento coloca em discussão o pertencimento do negro a uma sociedade que historicamente o colocou à margem e pontua a dificuldade de se conclamar a questão do negro somente como sendo uma questão de classe social. Aponta também que os locais de liberdade[35], para se viver e as várias possibilidades de ser negro são quilombos.

As inciativas de inserção do negro (Como a do IFHEP) em uma sociedade que o negou direitos, nessa lógica construída por Beatriz Nascimento, são quilombos por excelência, um lugar de segurança e reconhecimento de alteridades negras. A representatividade compartilhada entre iguais.

A profundidade do silenciamento, do apagamento ou mesmo do genocídio do povo negro no Brasil não consegue simplesmente explicação somente pela teoria das classes sociais. Guimarães (2002) dialoga com essa afirmação quando descreve que:

> No Brasil, onde as discriminações raciais (aquelas determinadas pelas noções de raça e cor) são amplamente consideradas, pelo senso comum, como discriminações de classe, o sentido pré-sociológico do termo nunca deixou de ter vigência. Este sentido anciendo termo "classe" pode ser compreendido como pertencendo à

[35] Como afirma Alex Ratss sobre o pensamento de Beatriz Nascimento: "locus da resistência negra que se transpunha no século XX para as favelas, as escolas de samba, as casas de culto afro-brasileiro e as próprias organizações dos movimentos negros." (RATSS, 2006, p.53). Esses lugares seriam os novos quilombos.

> ordem das desigualdades de direitos, da distribuição da honra e do prestigio sociais, em sociedades capitalistas e modernas, onde permaneceu razoavelmente intacta uma ordem hierárquica de privilégios, e onde as classes medias não foram capazes de desfazer os privilégios sociais, e de estabelecer os ideários da igualdade e da cidadania (GUIMARÂES, 2002, p.43).

Mesmo sendo complexo e difícil fazer essas costuras que, para mim, hoje são necessárias, a questão de classe social e de raça entraram em uma sintonia programática no final dos anos 1970 e começo dos de 1980. Os movimentos negros, de alguma forma, se associaram às propostas institucionais e de classe que apareceram naquele período.

A tradição dos partidos de esquerda era de hegemonizar o discurso de classes sociais tentando diluir a questão da raça simplesmente na luta de classes e essa associação teve uma relação de tensionamento, mas também, de trocas importantes e coletivas. Nilma Bentes[36], uma liderança negra daquele período, descreve essa relação da seguinte forma:

> Todo mundo sabe que, no começo, o movimento negro foi muito combatido pela esquerda, porque achavam que a gente ia dividir, que não era para formar nada porque, primeiro, era a questão social, de classe. E depois, quando não conseguiram acabar, eles tentaram aparelhar. Os partidos tentaram ficar dentro das entidades. Mas também não deu certo para eles. E a gente foi como o pessoal da Bahia no carnaval: abre o cotovelo e vai abrindo caminho (ALBERTI e PEREIRA, 2007,S/P).

A década de 1980 foi de suma importância para o avanço de uma pauta que contemplasse as reivindicações dos movimentos negros. Os movimentos de abertura politica, as lutas pelas diretas e principalmente a constituição de 1988 foram o esteio de conquistas e de iniciativas que surgiram das muitas lutas travadas nos movimentos contestatórios.

Tanto o aparecimento de partidos que se colocavam no campo da esquerda, como os vários movimentos sociais e religiosos, como as pastorais ligadas às frações progressistas da igreja católica, tiveram protagonismo nas iniciativas surgidas, tanto no campo institucional como no ativismo social. “A campanha da Fraternidade suscita,

[36] Nilma Bentes foi fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) e, desde então, tornou-se uma referência do movimento negro na região Norte do Brasil (ALBERTI e PEREIRA, 2007, S/P)

entre as Pastorais Juvenis, iniciativas em prol da cidadania educacional entre juventude negra" (CARVALHO, 2005, p.24).

Nesse período, os movimentos sociais de diferentes matizes, mas que de alguma forma se aproximavam, se encontraram com o movimento operário. Guimarães (2002) discorre que a criação do Partido dos Trabalhadores – PT é um marco para a unificação de várias lutas políticas e sociais que se convergiram para dentro daquele novo partido. Sobre isso ele pontua que:

> No Brasil, os anos 1980 foram de enorme euforia nas esquerdas, nutrida pele expectativa do modo como os movimentos populares e o movimento operário seriam capazes de se expressar através do novo partido politico- o PT (Guimarães, 2002, p.24).

Essa unidade de movimentos sociais ou populares[37], em um local privilegiado para vários debates entre atores sociais e sujeitos políticos de variados instrumentos de resistência e de questionamento, foi um campo fértil para iniciativas gestadas dentro dessa multiplicidade de ideias e subjetividades.

Essa relação estabelecida entre esses movimentos, tanto operários como sociais, fazendo uma conexão entre questões identitárias e de classe, forçam várias leituras dentro da sociedade civil, da relação histórica e desigual brasileira e com isso surgem inciativas que objetivam a inserção desses vários sujeitos sociais na malha complexa que entrelaça a sociedade brasileira.

A apropriação política da raça, como uma questão de desigualdade, e sua importância como um significante para as lutas sociais empurrou e tensionou os vários instrumentos contestatórios para a construção de movimentos amplos. Isso se deu com os partidos de esquerda, a fim de que não fizessem associações simples entre classe e raça e entendessem a luta antirracista como, a priori, uma pauta complexa e entrelaçada com os questionamentos sobre os privilégios históricos da classe burguesa branca brasileira.

O campo da ideologia é um dos terrenos para a batalha antirracista, mas não o único. O racismo como ideologia e como instrumento biopolítico e necropolítico (MBEMBE, 2006), fez com que seu combate necessitasse de uma incursão e uma apropriação de vários instrumentos de ordem jurídica, pedagógica, acadêmica, institucional e outros. Guimarães ratifica isso quando afirma que:

[37] Segundo Guimarães (2002), alguns estudiosos da época, na tentativa de cunhar um termo que desse conta de juntar as classes produtivas quanto os atores sociais que estavam fora da cadeia produtiva, usavam o termo classes populares.

> (...)A nova ordem constitucional abriu espaço para a elaboração de politicas compensatórias, que defendam os direitos sociais de populações marginalizadas, e que garantam o cumprimento de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatários (Guimarães, 2002, p.59).

Os pré-vestibulares sociais surgem dessas reflexões que brotaram desse turbilhão de ideias e iniciativas, nos quais algumas dessas estavam sendo gestadas há anos e encontraram o fôlego necessário no processo de abertura política dos anos de 1980. Segundo Nascimento (1999), a primeira iniciativa de um pré-vestibular fruto das reflexões advindas dos processos de exclusão que foram expostas as diferentes porções dos atores sociais foi na UFRJ. Segundo ele:

> No Rio de Janeiro, esse processo se inicia na segunda metade da década de 1980, precisamente em 1986, com o projeto Universidade para Trabalhadores da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ASUFRJ (atual Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - SINTUFRJ). Dentro desse projeto surge o Curso Pré-Vestibular (NASCIMENTO, 1999, p.68).

Nascimento, em seu estudo, aponta que essa iniciativa do curso pré-vestibular, além de procurar dar instrumentos para que aqueles trabalhadores, pudessem ter acesso ao conhecimento acadêmico e organizado das universidades, tinha também a preocupação de formar esses mesmos trabalhadores para atuação e intervenção crítica na sociedade. Para isso, ele "incorporou em seus conteúdos, estudos básicos sobre política, economia e sociedade, na perspectiva de contribuir para o melhor e mais crítico entendimento da realidade social" (NASCIMENTO, 1999, p.69).

Isso aponta para importância dos pré-vestibulares sociais como instrumentos potentes de mudança na consciência política dos alunos. Essa consciência significa uma grande possibilidade de crítica e entendimento sobre o *establishment* brasileiro. Isso pode se desdobrar em iniciativas e ações coletivas, ou mesmo individuais, que visem intervir na realidade estabelecida no Brasil pela desigualdade racial e social.

Seria, nessa lógica, a possibilidade de construção de intelectuais que iriam agir na sociedade. No caso do pré-vestibular da antiga ASUFRJ, o central era o conflito de classes e estabelecer uma relação contra-hegemônica no agir e pensar. Em um plano mais concreto, podendo-se dizer assim, seria aqueles que iam conseguir formular e

construir, junto com os trabalhadores, as bases do pensamento para a revolução socialista.

Se existe, então, um pensamento hegemônico que possibilita a manutenção da ordem burguesa, posso concluir também que existe uma lógica que consegue manter o pensamento racista que está solidificado na estrutura do pensamento brasileiro. Nesse caso, um dos papeis que cumpre e cumpriram esses pré-vestibulares populares é o de combate a essas lógicas e verdades produzidas pelas hierarquias de poder. Cruz (2009) em seu diálogo com Gramsci, é firme ao afirmar que:

> A questão do conhecimento e da cultura é fundamental, na medida em que é através delas que a classe dominante consegue manter sua hegemonia, mais pelo convencimento do que pela repressão (CRUZ, 2009, p.4).

O intelectual, então, se apropria da cultura, constrói uma outra lógica, essa produzida e vivenciada pela classe trabalhadora, ou por negros e negras, que irão, através desses novos processos de subjetivação, se tornar agentes da luta antirracista e contra hegemônica.

Na década de 1990 começam a surgir várias iniciativas advindas de vários movimentos espalhados pelo Brasil, que reivindicam a questão cultural com a questão racial como o pressuposto principal. Duas dessas ideias foram o Curso Pré-Vestibular Mangueira Vestibulares, no Rio de Janeiro, e o pré-vestibular com o nome de cooperativa Steve Biko[38], na Bahia.

> A Cooperativa Educacional Steve Biko surgiu por iniciativa de estudantes e professores negros, como o objetivo de fortalecer a luta contra o racismo (...)É uma proposta autônoma e independente, não tendo vínculo orgânico ou político. Os organizadores são das mais diversas origens (...) entretanto todos se identificam com o objetivo de combater o racismo e contribuir para a afirmação dos jovens negros. (COOPERATIVA EDUCACIONAL STEVE BIKO, 1993) (Apud, Nascimento, 1999, p.70).

Essas iniciativas tinham um claro deslocamento da proposta anterior do SITUFRJ. Este tinha uma característica inteiramente classista, enquanto os outros dois ampliavam seu público-alvo; o da Mangueira trabalhava com a ideia de classe social (NASCIMENTO, 1999) e o da cooperativa Steve Biko já demostrava o recorte

[38] Esse nome foi em "em homenagem ao líder Sul Africano, morto pelo apartheid" (Nascimento, 1999, p.70)

racial em sua proposta. Essas propostas influenciaram a criação, mais tarde, dos PVNCs (Pré-Vestibulares para Negros e Carentes).

Em 1993, nasce o PVNC, uma iniciativa gerada de todo um debate que foi acontecendo por todas as condições aqui apontadas, na simbiose entre movimentos progressistas, operários e de movimentos sociais. Essa iniciativa nasce sob a influência de setores progressistas da igreja católica.

É curioso destacar aqui que uma iniciativa como essa, que define a necessidade de inserção de uma população historicamente marginalizada e entende que o ensino Universitário publico e de qualidade sempre foi negado a essa população tenha surgido no seio de movimentos dentro da Igreja Católica, uma vez que essa mesma igreja, por anos, teve papel importante nas decisões das políticas educacionais privadas no Brasil, como aponta Senra (2001).

É natural de se concluir que no que é particular dessa pesquisa, a Igreja Católica cumpriu o papel de manter os privilégios da burguesia, garantido através do ensino privado à educação da classe dirigente brasileira e de boa parte da classe média nacional, de sua maioria branca. Senra, sobre isso, discorre que:

> No entanto, cabe à Igreja Católica o lugar de destaque na história educacional brasileira. Presente na educação (escolar e não-escolar) desde a implantação do projeto colonial português na América, vinculando-se organicamente a o Estado metropolitano, a Igreja Católica se responsabilizou, principalmente através atuação da Companhia de Jesus, pela estruturação de um sistema dualista de ensino que virtualmente excluiu os escravos, ministrando às populações não-proprietárias as noções mínimas necessárias à sua incorporação cultural subalterna ao mundo do trabalho colonial e possibilitando aos filhos das classes proprietárias o acesso a formas mais elevadas de educação (SENRA, 2001, p.3).

Mesmo contribuindo historicamente para a exclusão do negro de uma educação formal de qualidade, foi dentro da igreja católica, com a iniciativa de Frei David e da pastoral do negro, que começa se pensar em um pré-vestibular que incorporasse o caráter antirracista e de ativismo social.

Segundo Nascimento (1999), a “A ideia de organização de um Curso Pré-Vestibular para Negros nasce a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo” (NASCIMENTO, 1999, p.76).

O debate interno de setores progressistas da igreja católica culminou com a concessão de 220 bolsas de estudo na PUC-SP (NASCIMENTO, 1999). Depois disso,

na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, sob a influência dessa iniciativa, acontece um debate em torno da criação de um pré-vestibular social que inserisse os estudantes negros nas universidades públicas cariocas.

Um Padre, o Frei David, e professores orgânicos a essa ideia buscam então salas, voluntários e organizam toda a estrutura para acontecer o primeiro pré-vestibular social para negros com o nome de “Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC”.

> O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), surgiu na Baixada Fluminense em 1993. em função do descontentamento de educadores com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados. O PVNC também surgiu visando a articulação de setores excluídos da sociedade para unia luta mais ampla pela democratização da educação e contra a discriminação racial (PVNC- pré-vestibular para negros e carentes, 1999, p.4).

A ideia ganha grande capilaridade, movimentos sociais e militantes se filiam à proposta, tendo então, em meados da década de 1990, um crescimento expressivo, transformando em um movimento social com enraizamento em vários territórios do Estado do Rio de Janeiro, indo da capital à Baixada Fluminense. Recorrendo novamente a Nascimento, ele afirma que:

> A partir de 1994, com o sucesso e repercussão do trabalho realizado em 1993 - que obteve 34% de aprovados para a UERJ, UFRJ, UFF e PUC-RJ - outros grupos (entidades populares, entidades do movimento negro, igrejas, educadores e ex-alunos) organizaram novos núcleos do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes (...) No final de 1994, o PVNC contava com mais de 20 núcleos. Desde então vários núcleos foram criados. Na última reunião do Conselho Geral de 1998, em dezembro, o PVNC contabilizava 55 núcleos, organizados nos Municípios da Baixada Fluminense e no Município do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 1999, p.78).

Em sua carta de princípios, um documento que posiciona claramente o PVNC, como um instrumento de questionamento da desigualdade social, e não só como um mero pré-vestibular, encontramos elementos que descrevem a realidade brasileira como uma construção histórica e cultural de garantia de privilégios e de assimetrias, mas que vê no aprofundamento democrático da garantia de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade um caminho para o combate a desigualdade social.

Dentre seus objetivos gerais, destaco aqui: “Realizar um trabalho de formação política, desenvolvendo atividades que contribuam para compreensão histórico-crítica da sociedade, das relações étnicas, das contradições e conflitos da realidade social” (PVNC- pré-vestibular para negros e carentes, 1999, p.6). Isso pontua o caráter de formador de consciência crítica e ativista do PVNC.

Encontramos também a crítica à chamada “democracia racial”, esse instrumento ideológico usado como ferramenta de apaziguamento das posições conflitantes de raça e classe que se estabeleceram na construção social brasileira. Recorrendo ainda a Nascimento (1999), em sua análise dessa carta, ele a descreve da seguinte forma:

> Na Carta de Princípios são proclamadas como princípios a democracia, enfatizando que esta deve ser também uma democracia racial; a ação afirmativa como política cultural de identidade, ação política da sociedade e não somente políticas públicas destinadas a determinados grupos sociais; a educação como um dos canais de inclusão social, pertencimento à cidadania e de alargamento de oportunidades para a população pobre e discriminada, com o importante papel para a superação do racismo e da discriminação sócio-cultural, sendo portanto indispensável à construção de uma sociedade democrática; e, a opção política pela Universidade e Escola Públicas, gratuitas e de qualidade (NASCIMENTO, 1999, P.80).

Sendo assim, o PVNC aparece como um movimento social potente, que cumpre um papel histórico de construir uma consciência crítica em seus alunos e na sociedade civil como um todo sobre as relações, hora conflitantes e hora aliadas pela perspectiva de raça e classe social, se solidificando no significante raça, como um elemento de partida para a reflexão a cerca das assimetrias sociais.

O PVNC é seguramente um instrumento político que marca sua história, associando-se como movimento social a vários outros, como os das lutas por moradia popular, a demarcação de terras ou mesmo pela reforma agrária e que se alinham à contestação das bases sociais de construção da sociedade brasileira, o próprio PVNC assim se posiciona:

> Com o ensino pré-vestibular e outras ações, o PVNC quer ser, em caráter geral um Movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter especifico, uma frente de denúncia, questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa do Ensino Público, gratuito e de qualidade em seus níveis fundamental, médio e superior, nos âmbitos Municipal,

> Estadual e Federal (PVNC- pré-vestibular para negros carentes, 1999, p.4).

A experiência do PVNC e sua importância histórica como ferramenta de combate ao racismo e às assimetrias construídas por múltiplos fatores que se apoiam também nas classes sociais, inspirou e inspira vários outros sujeitos sociais e criarem ferramentas de questionamento e de atuação social. O caso do IFHEP é um exemplo desse, pois é fruto das influências passadas no campo do movimento social e da educação.

Ainda sobre a experiência do PVNC, uma ruptura a partir de diferenças sobre o caráter mais geral desse pré-vestibular, forçou a criação da ONG EDUCAFRO. Frei Davi[39], que teve papel importante na formação do PVNC e uma liderança negra reconhecida como histórica, cria, com essa iniciativa, mais uma ferramenta de inserção do negro nas universidades.

A proposta do EDUCAFRO é de estabelecer uma rede de apoio onde o pedagógico com o pré-vestibular, seria mais uma ferramenta disponibilizada, para se combater às desigualdades sociais e raciais. Ela conta com assessoria jurídica e convênios com instituições privadas.

Assim, ela se consolida como uma ferramenta de tensionamento político mais institucionalizada, diferenciando-se de outros pré-vestibulares sociais na ação concreta, tendo o campo do direito mais um instrumento para a disputa e por conquista de cidadania. Segundo o próprio EDUCAFRO, sua missão é:

> (...) de promover a inclusão da população negra (em especial) e pobre (em geral), nas universidades públicas e particulares com bolsa de estudos, através do serviço de seus voluntários/as nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores da sua Sede Nacional, em forma de mutirão. No conjunto de suas atividades, a Educafro luta para que o Estado cumpra suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação (A EDUCAFRO-Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes).

[39] Desde meados da década de 1980, vem atuando em paroquias da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Participou da criação do PVNC e do EDUCAFRO. ALBERTI e PEREIRA (2007).

Uma das diferenças que dialogam com a conjuntura atual está na ampliação do público que essa ONG pretende atingir (como os refugiados[40]) e, além disso, se alinha à importância da concessão de bolsas de estudos como política da instituição. Segundo ela:

> A EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) é uma Organização Não-Governamental (ONG), que tem como principal objetivo melhorar vidas por meio da educação, da igualdade social, étnica e pela valorização dos direitos humanos, proporcionando bolsas de ensino superior à pessoas carentes, afrodescendentes e refugiados (A EDUCAFRO-Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes).

O EDUCAFRO acaba se diferenciando pontualmente dos PVNCs por se posicionar em relação à realidade pela perspectiva somente de inserção social e garantia de direitos; o conceito de cidadão, inserido na sociedade de classes, acaba pactuando (não por coincidência) com a proposta estabelecida pelos 13 anos de governo do PT – Partido dos Trabalhadores[41].

É uma lógica que se diferencia na ação proposta para esses alunos; a transformação social acaba se pautando pela reforma das instituições e pela criação de consensos para a convivência social e não pela tomada radical do poder pelas frações da sociedade marginalizadas pela dupla opressão de raça e de classe. Segundo Teixeira (2013), a EDUCAFRO:

> (...) preocupa-se em formar pessoas, não apenas no sentido de sua inserção no ensino superior, mas de possibilitar que essas pessoas façam a diferença. Muitos de nossos alunos não possuem conhecimentos políticos, sociais e filosóficos, de modo que a convivência com professores, políticos, padres, freis e juristas permite que o aluno tenha uma visão multidisciplinar da educação e da sociedade. O papel do aluno passa de marginalizado para protagonista de sua história: todo esse fundamento está baseado no ideário cristão franciscano, que orienta esta luta pela igualdade entre os povos em todas as esferas (TEIXEIRA, 2013, p.40).

[40] Segundo dados divulgados pelo CONARE no relatório “Refúgio em Números”, o Brasil reconheceu, até o final de 2017, um total de 10.145 refugiados de diversas nacionalidades. Fonte: http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/

[41] Frei David sempre teve uma relação orgânica com o Partido dos Trabalhadores, sendo acusado de que iria cortar bolsas de estudo para os estudantes que não fizessem campanha para o partido. https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/opiniao/2014-10-28/frei-david-santos-por-que-o-projeto-dilma-venceu.html

Entender a importância dos pré-vestibulares sociais ou comunitários, como instrumentos de resistência e de construção de subjetividades, me faz pensar no que Boaventura Souza Santos (2007) elenca como um dos objetivos da educação no século XXI, que seria o de construir “subjetividades rebeldes”.

O racismo como fundante e estruturante das relações sociais no Brasil, para ser combatido, requer um profundo entendimento de como ele age nos nossos processos de subjetivação, como ele se sedimenta no nosso agir e pensar. O papel que cumpre esse instrumento político como os PVNCs e o próprio IFHEP (no meu entendimento) que eu poderia aqui chamar de contra-ideológicos, é de suma importância na formação de uma consciência crítica antirracista.

Dessa forma, esses instrumentos se mostram como potenciais mecanismos de contestação social, se inserindo como um movimento social que pode possibilitar a criação de subjetividades conflitantes, de elevação da consciência política e, com isso, de possíveis agentes de mudança social.

### 3.2- IFHEP- Instituto de Formação Humana e Educação Popular

A influencia do PT – Partido dos Trabalhadores e da igreja católica na formação do IFHEP tem similitudes com a história da criação de outros pré-vestibulares sociais, especificamente no que diz respeito a como essas duas instituições (a igreja e o partido) agiram, ou melhor, contribuíram como instrumentos de ascenso de consciência política de alguns militantes. Tobias Tomines Farias, um dos fundadores do IFHEP, sobre a sua formação política afirma que:

> A minha formação, ela se dá a partir de uma exigência do evangelho... como que é a minha formação política? O meu cerco social ele se dá a partir de uma identificação, no final dos anos 70, com a igreja de base, com uma igreja voltada pros problemas da América Latina, pros problemas da teologia da libertação... aquela igreja que contribuiu para que os indivíduos, que os atores e atrizes... contribuiu pra formação do PT, da CUT... eu sou fruto dessa igreja... a minha compreensão de realidade e a minha compreensão de intervenção na realidade se dá neste período... no momento em que a igreja estava voltada pra isso... eu estou falando de final dos anos 70, início dos anos 80, tinha então 16, 17, 18 anos... e que eu me

> abro pro mundo a partir de uma exigência do evangelho, na linha que nós acreditamos, nos obrigava a intervir nos rumos da sociedade...[42]

O relato de Tobias corrobora para a compreensão do significado político que cumpriu esses dois organismos que tinham cada um à sua maneira, uma perspectiva de mudança social, para a criação de um movimento de diálogo com a população que se era estabelecido pelo ato de educar, ou melhor, pela educação popular.

De uma certa forma, me parece que essa experiência política da teologia da libertação e da criação do PT, vivida por Tobias, forjaram nele a ideia de criação de um instrumento para a mudança social.

Na pesquisa de Wiliam Vieira (2015) sobre o Núcleo Socialista de Campo Grande - NSCG, um núcleo que tem na sua essência a história que se confunde com a do próprio IFHEP, por se constituir pelos mesmos atores políticos dele. Ele procura entender o deslocamento de um e de outro nos seus processos constitutivos.

Com isso, posso notar, a partir das reflexões de Vieira (2015), o processo de criação do núcleo socialista de Campo Grande e o duplo papel que ele teve, o de criação de um instrumento de diálogo com a região de Campo Grande (região essa com sua particularidades de bairro periférico) e de um pré-vestibular que ia se caracterizar pelo questionamento social por uma juventude periférica.

O pré-vestibular do IFHEP surge então da inquietação coletiva. Foi uma das ações advindas das reflexões surgidas nos debates que se apresentavam da agenda do NSCG. Vieira sobre isso pontua que:

> A criação do Instituto de Formação Humana e Educação Popular é resultado de uma série de discussões e reflexões realizadas no interior do NSCG. O processo que seguiu desde a sua concepção até sua concretização como espaço de atuação foi todo idealizado e construído pelos militantes do Núcleo (VIEIRA, 2015, p. 111).

O IFHEP nasce basicamente da ideia vinda de um grupo de educadores e militantes de Campo Grande. O chamado Núcleo Socialista de Campo Grande-NSCG, precede e ao mesmo tempo se confunde com o Próprio IFHEP. Esse Núcleo foi construído em uma conjuntura de ascensão do PT - Partido dos Trabalhadores à presidência do Brasil

Sobre a conjuntura e a própria criação do NSCG, Tobias faz um relato importante, que desnuda os caminhos e os processos vividos pela ascensão do

[42] Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias, em 12 de maio de 2018.

projeto de esquerda do PT e as tarefas que ainda se colocavam no horizonte que se descortinava na visão daqueles que construíram o próprio NSCG. Ele descreve que:

> Primeiro assim... o Núcleo Socialista de Campo Grande é fruto de uma experiência anterior que é o núcleo do PT... em 2000, ou ainda, em 99, nós fundamos um núcleo do PT, que, na ocasião, chamávamos de núcleo Frei Beto, o que era um risco, porque a gente não deve dar nome de pessoas vivas, né? Esse núcleo ele existiu organicamente ainda que estivesse no final da vida orgânica do PT de base, mas ele existiu até 2002... em 2002, no processo eleitoral, esse núcleo dizia claramente o seguinte: nós precisamos estar organizados para conduzir este governo, caso eleja, estamos falando de 2002, num momento em que não havia o PSOL... nós precisamos estar organizados pra defender este governo ou pra orienta-lo pra esquerda... e nós dizíamos o seguinte... eu lembro perfeitamente do texto que nós discutimos em meados de 2002... lá se vão alguns anos, em que nós discutimos exatamente isso... nós precisamos organizar, no Brasil inteiro, espaços de defesa do governo ou de orientação do governo... de levar o governo pro caminho certo...quando, em 2002, e depois quando em 2003, quando estava claro pra nós que o PT não era aquilo que nós sonhávamos, nós resolvemos deixar o PT... e existiu naquela época, a partir de Minas Gerais, mas aqui no Rio de Janeiro, referência era Victor Valla e Ivo Lebauspin... uma ideia de criar núcleos socialistas... a ideia era que criássemos núcleos socialistas por todo o Brasil, que não fossem ligados ao Partido dos Trabalhadores... naquela ocasião já havia claramente uma ideia de rompimento com o partido... em 2002... para que nós pudéssemos ajudar a mobilizar a população nessa perspectiva... nós rompemos com o partido e criamos o Núcleo Socialista de Campo Grande... nós estamos falando de 2002[43]

Nas palavras de Tobias posso perceber que as bases de criação do NSCG é o afastamento com o projeto que se coloca no poder, mas não com o rompimento total, talvez os limites que o institucional se estabelecia eram pequenos para as ambições dos educadores que estavam filiados, naquela ocasião, com a ideia de criação de um núcleo socialista.

Duas frases nas palavras de Tobias são chaves para minha reflexão anterior “nós precisamos estar organizados pra defender este governo ou pra orienta-lo pra esquerda” e “quando estava claro pra nós que o PT não era aquilo que nós sonhávamos, nós resolvemos deixar o PT”. Posso, aqui, notar a ideia de responsabilidade dos vários agentes sociais em dar sustentação ao governo de esquerda que chegava ao poder e logo depois o afastamento, entendendo os limites que a proposta conciliatória daquele governo poderia ter.

[43] Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias, em 12 de maio de 2018.

Com isso, o NSCG surge de uma orientação para se criar vários instrumentos com uma clara perspectiva socialista, que continuassem mantendo o caráter questionador e que mantivessem um dialogo com as bases sociais, entendendo que ainda se tinha como tarefa a construção de uma cultura contra hegemônica. Sendo assim, há um deslocamento da relação embrionária e orgânica na criação do NSCG com o projeto popular criado e gestado nos anos de 1980 pelo PT.

Surge então o Núcleo Socialista de Campo Grande. A inquietação política e a necessidade constante de entender a realidade que se apresentava, fez com que esses militantes criassem esse instrumento que carregava, na sua essência, características de diálogo, leitura e reflexão, para dar conta da realidade.

As primeiras reuniões desse núcleo aconteceram na casa do próprio Tobias e tinham o caráter somente de leitura da realidade essas primeiras reuniões são vistas como atividade fundadora e nuclear (Vieira, 2015).

Desde sua fundação, as reuniões mensais do NSCG se transformaram em agenda militante desse núcleo, tendo temas geradores que eram o que norteavam o debate. Em um primeiro momento dessas reuniões, logo no começo de sua formação, somente os textos eram suficientes para fomentar o debate pretendido, depois com a complexidade e o aparecimento de novas tarefas e desafios, intelectuais, militantes de vários movimentos sociais, eram convidados para dinamizar o debate proposto. Sobre esse caminho percorrido pelo NSCG ao longo de sua história, Vieira (2015), discorre que:

> Possuindo um caráter de formação política, a dinâmica das reuniões, observa-se acima, nem sempre foi a mesma. Esse espaço, que antes era dedicado somente à reflexão coletiva de temas a partir de textos e filmes, tornou-se mais abrangente, aprofundando a produção teórica e a formação de base, bem como acolhendo convidados. Outra característica relevante é que são abertas ao público, a qualquer um que delas quiser participar (VIEIRA, 2015, p.97).

É importante aqui novamente destacar, a influência que a igreja católica exerceu na formação do pensamento e na consciência politica de alguns sujeitos sociais, que criaram o IFHEP, os educadores Tobias Tomines Farias e Marina Ribeiro, são militantes frutos dessa relação, e os dois são citados como uns dos principais agentes de criação tanto do NSCG quanto do IFHEP, eles trazem consigo esse legado como aqui é exposto por Vieira (2015):

> Esse modus operandi bastante particular do NSCG o diferencia da grande maioria dos movimentos sociais, mas ele não é novo e nem uma invenção dos membros do Núcleo. Essa dinâmica é, na verdade, herança de uma das influências presentes na fundação do NSCG: a da corrente da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais Sociais, que trabalham a partir de uma forma de organização semelhante. Duas das principais lideranças históricas do NSCG, Tobias e Marina, têm formação e atuação nessa corrente (VIEIRA, 2015, p.99).

Essa associação de uma forma particular de se fazer política, vindo de experiências da relação da teologia da libertação, com a formação de bases, de formulação de pensamento, se associaram a outras formas de fazer política. Diferentes pautas se agregaram a ideia de exclusão social cunhado no legado da igreja católica.

Nesse sentido, as opressões se alinham aos debates de classe, ao combate ao racismo, ao machismo, as denúncias sobre as condições de vida da classe trabalhadora, o direito à moradia, o direito à cidade e outras demandas, se agregam e fazem um caldo de reflexão. O NSCG, já não era mais só um local para o debate politico e de formação, surge a urgência de dialogar com a população da região.

Os agentes sociais que participavam dessas reuniões do NSCG queriam de alguma forma intervir na realidade, muitos deles participavam de outras experiências na região de pré-vestibulares, já existia um entendimento entre eles sobre a intervenção na realidade a partir de um pré-vestibular, pedagogicamente, contra ideológico, ou melhor, com uma característica crítica. Segundo o próprio Tobias, o IFHEP surge de vários fatores, entre eles, da experiência de outros pré-vestibulares na região que aconteciam e das reflexões do NSCG, segundo ele:

> só que tinha duas outras experiências fundamentes em Campo Grande... primeiro no Campo, ainda hoje existe... Centro de Apoio Popular da Zona Oeste, na rua Camanducaia, tinha um Pré-Vestibular... que eu tinha dado aula... que naquela ocasião era coordenado pela Marina Ribeiro, hoje no IBASE... naquela ocasião já nós tínhamos construído um outro Pré-Vestibular na FEUC... coordenado pela professora Celia Neves e professora Rose...nessa ocasião eu era estudante da FEUC, fazia Ciências Sociais... estávamos nesse pré-vestibular... então nós tínhamos o Núcleo Socialista de Campo Grande, nós tínhamos o Pré-Vestibular do Campo, o Pré-Vestibular da FEUC e tinha o Pré-Ensino Médio que, inicialmente, era do Campo, mas que o Campo não tinha mais espaço pra existir, ele foi pra FEUC... então o IFHEP é fruto de quatro experiências, que não são distintas, porque claramente havia diálogo entre elas... ao meu juízo, o que dava liga política era o Núcleo Socialista de Campo Grande... os espaços de formação do Pré-

> Vestibular do Campo, do IFHEP e do PEMP eram fantásticos... mas o que dava liga política era o Núcleo Socialista de Campo Grande... diante da dificuldade continuar com o Pré-Vestibular no Campo e diante dos limites claros que havia, de termos um Pré-Vestibular que se propunha revolucionário dentro de uma instituição privada de ensino com toda a importância e com toda a trajetória da professora Celia Neves e com toda a liberdade que a professora Celia Neves tinha naquela instituição, nós entendíamos, inclusive ela, que a gente tinha que ter um espaço próprio... então, numa reunião do Núcleo socialista de Campo Grande, aqui em casa, a gente pensou o seguinte: por que a gente não reúne esforços de alugar uma casa e reunir o Pré-Vestibular do Campo, o Pré-Vestibular da FEUC, o Pré-Ensino Médio da FEUC e o Núcleo Socialista de Campo Grande num único espaço? Surgiu o IFHEP... o IFHEP surge então, daquilo que a Marina Ribeiro, chama na melhor definição que existe, de uma insanidade coletiva da junção insana e coletiva de dois Pré-Vestibulares, do Pré-Ensino Médio e do Núcleo Socialista de Campo...por que insanidade? Porque nós já nascemos pensando que a gente queria ser transgressor... a gente queria ter um espaço próprio para que pudéssemos transgredir a ordem imposta e precisava, necessariamente, ser coletivo... por isso quando nós nos reunimos pra pensar o IFHEP, a gente listou quem eram as pessoas que poderiam contribuir minimamente com algum valor pra pagar um aluguel de uma sede... um mês depois, Daniel Azeredo, companheiraço, encontrou uma casa na Vila São João, Rua Henri Dunant, e trouxe pra gente a ideia fantástica: “encontrei a casa”... poucos dias depois, estávamos nós lá pintando a casa e sonhando coletivamente...[44]

O NSCG é um instrumento político que cria o IFHEP e eles se confundem e se misturam várias vezes. Na fala de Tobias, posso perceber como eles são gestados na expectativa de construção de uma nova sociedade, que vai questionar as estruturas e hierarquias de poder que se basearam pela exclusão.

Em Marina dos Santos Ribeiro, uma mulher negra e uma das fundadoras do IFHEP, posso perceber em suas palavras, a urgência que aparecia naquela conjuntura específica de atuação, de se construir um instrumento que dialogasse com a juventude periférica da região. Sua militância nas pastorais e sua formação política já a tinham levado à participação de outra experiência em pré-vestibular comunitário. Essa vivência foi fundamental para que a junção de reflexão e ação, advinda do NSCG desembocasse na ideia de outro Pré-vestibular. Segundo ela:

> O IFHEP, ele é resultado, né?... não é só em si... o IFHEP pelo IFHEP... ele é resultado de muitos anos de militância, de atuação com educação e militância social na Zona Oeste, sobretudo aqui em Campo Grande... já trabalhava com Pré-Vestibular Comunitário, participava no Núcleo Socialista de Campo Grande, participava das

[44] Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias, em 12 de maio de 2018.

> pastorais sociais na igreja católica... nesse processo de trabalho com Pré-Vestibular Comunitário... na época, eu trabalhava com o CAMPO, Centro de Apoio Popular da Zona Oeste... e a gente trabalhava lá com Pré-Vestibular Comunitário... um trabalho com juventude já... fazendo um debate sobre os direitos da juventude e o Núcleo Socialista também como esse braço mais político que a gente chamava, né? De formação política...[45]

Toda a construção de pré-vestibulares sociais, advindos do debate iniciado na década de 1980, com a campanha da fraternidade de 1988, as iniciativas da PUC-SP, o PVNC – Pré-vestibular para negros e carentes, os vários movimentos negros que, desde da década de 1970, trouxeram o racismo para o campo político da esquerda, e isso de uma forma ou de outra construíram a ideia que criou o IFHEP.

A linha histórica, de reflexões que antecedem a criação do IFHEP, é bem exposta nos relatos de Tobias e de Marina, podemos perceber em suas palavras que não acontece deslocamento histórico dessas inciativas anteriores e o IFHEP, na verdade, ele acaba sendo fruto de todo um acúmulo de experiências vividas no campo da esquerda. Nas palavras de Tobias:

> Primeiro vale a pena pensar que, de alguma forma, o IFHEP é fruto dessa experiência do Pré-Vestibular do Campo, mas, anteriormente, o Pré-Vestibular do Campo é fruto de uma outra experiência que é um Pré-Vestibular que acontecia numa igreja, onde o Henrique Vieira era professor, nesta ocasião... então, observa... é isso... nós somos sujeitos históricos... esse pré-vestibular da Igreja de São João Evangelista contribui fortemente pra construção do Pré-Vestibular do Campo, onde a Marina estudou e depois coordenou... e que depois foi fundamental pra construção do IFHEP e que a gente tem, ao meu juízo, a Marina como a principal referência...como mulher, negra... como alguém que sai de uma situação de opressão, no sentido amplo da palavra.. em que faz o Pré-Vestibular ir na linha do que você colocou... um Pré-Vestibular que alarga horizontes, mas que sofre enorme influência da Igreja... e aí vale dizer que o IFHEP não é e nem nunca foi uma instituição confessional ou ligada à Igreja, mas que tinha figuras como a Marina, que tem origem na Igreja... então tem referências fortemente nessa igreja que você cita, por exemplo, da Campanha da fraternidade de 88... então nitidamente, nós somos frutos disso... porque, no fundo, no fundo... nós somos frutos de um caldo de cultura... nós somos frutos desse mosaico que eclode um pouco depois... mas desse mosaico que lá na origem a Igreja fazia parte enormemente... então de certo que isso tava presente... isso com relação à Igreja...em relação ao Pré-Vestibular Negros e Carentes, nós nunca fomos ligados a uma rede de Pré-Vestibular...aliás, na monografia de graduação da marina ela trata disso... nós nunca deixamos de vislumbrar a importância que esse Pré-Vestibular tinha... então o PVNC, certamente, me parece, nos

[45] Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro em 15 de maio de 2018

> influenciou... não nos influenciou institucionalmente, mas nos influenciou na forma de pensar[46].

Esse caldo cultural citado por Tobias, me parece, como fruto do mosaico de experiências vividas por esses militantes que de uma forma ou de outra, naquele momento, estavam alimentando o desejo de mudança, o IFHEP de certa forma, nasce ainda das reflexões que brotaram da ideia de uma educação para a mudança social[47].

O IFHEP se mantém por doações dos próprios militantes, de colaboradores e amigos. Eles procuram se manter fieis a alguns princípios, entre eles, o de ter autonomia política de partidos e de não se transformarem em uma organização social nos modelos determinados pela ONGs. Do ponto de vista do financiamento, isso faz com que o Instituto funcione com uma certa precariedade de recursos, mas também reforça o caráter de organização política da região que ele acaba tendo. Sobre isso, Marina pontua que:

> ele é fruto dessa história toda... ele vai sendo construído nesse anseio de ter um espaço onde a gente tivesse autonomia pra construir uma organização política, mas de base...com diálogo com a comunidade, que pudesse oferecer esses serviços... que são de educação, de manutenção da educação, mas que também é um espaço de reflexão política... então como a gente vai fazendo isso? Então o IFHEP é resultado, né?... e ele se torna que a gente fala, né? Que é uma loucura coletiva... que você mantém um espaço que não tem apoio financeiro, que você resolve... e até hoje é o mesmo perrengue... todo mês, como é que a gente vai pagar as contas? Então alguém doa mais, alguém doa menos... mas entendendo que o IFHEP é instrumento importante, pensando esse espaço de atuação política na periferia... porque isso também era uma coisa que nos incomodava... essa coisa de ter que sair da Zona Oeste pra participar de atividade no Centro do Rio de Janeiro, num lugar que fica a setenta quilômetros de onde a gente mora... que as pautas não têm nada a ver com aquilo que a gente vive... e aí como que a gente tenta fazer uma política que dialogue com a nossa realidade, com aquilo que a gente vive... com as coisas que a gente passa... e a educação tem esse apelo... e aí o pré-Vestibular do IFHEP faz parte desse movimento todo de Pré-Vestibular que acontece no Rio de Janeiro e aí vai desenvolvendo outras coisas... porque é isso... não é só educação, a gente tá pensando uma sociedade como um todo, né?... e aí passa pela educação, pelo debate político, cultural e essas outras coisas todas...[48]

[46] Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias, em 12 de maio de 2018.
[47] Apesar de não citar Paulo Freire em nenhum momento na entrevista, suas ideias de uma pedagogia que se aproximem do oprimido estavam em vários momentos na fala dos entrevistados.
[48] Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro em 15 de maio de 2018

O pensamento apontado nessa reflexão de Marina me traz a ideia de intelectual que atua organicamente no tecido social. A afirmação dela de que o IFHEP é um organismo político, me faz pensá-lo como um partido político de forma ampliada, e não restrito como os partidos institucionalizados, e sim em uma perspectiva *latu* defendida por Gramsci e evidenciada por Semeraro (2006).

É a ideia de um intelectual comprometido com os seus, com sua classe, com as questões que norteiam a vida material da juventude periférica da região. Sendo assim, era natural, em um contexto de ampliação de debates sobre opressões, onde as violências relacionadas tanto a opressão de gênero, quanto o racismo entrassem na ordem dos debates propostos pelo IFHEP.

Sobre o combate ao racismo como um dos possíveis pressupostos para atuação politica do IFHEP, Marina, que na sua condição de mulher e negra, é firme em afirmar que o tema é uma das molas geradoras das ações políticas do instituto, posso perceber isso quando ela afirma que:

> Eu acho que tem um processo aí que precisa ser entendido, que é muito subjetivo... não é objetivo... porque o racismo na nossa sociedade, eu digo que ele não é simples, o pessoal diz que ele é muito sutil... não tem nada de sutil, né? Racismo na nossa sociedade não tem sutileza, pelo contrário, ele nos anula e nos agride desde a nossa existência... então, assim... como tema eu posso dizer a você que ele sempre foi um tema no Pré-Vestibular e no IFHEP.. como tema... vamos discutir a questão de gênero, vamos discutir a questão de classe, as diferentes desigualdades como tema...[49]

Marina, com muita propriedade, consegue fazer a conexão, que ao meu ver, é fundamental, de aproximar de alguma forma a relação que existe ou que se estabelece na formação histórica da sociedade brasileira entre raça, classe e gênero. Esse entrelaçamento acaba sendo necessário para dar conta dos diferentes debates para a construção de subjetividades políticas. Quando digo política, me refiro à possível criação de sujeitos políticos, que acaba sendo o objetivo do IFHEP.

Marina é categórica em suas palavras em afirmar que o seu processo de tomada da consciência política e da sua condição de mulher, negra e periférica surge como algo que se constituiu em processos de subjetivação graduais. Isso tudo se inicia a partir de uma tomada de consciência e de crítica ao debate feito por uma esquerda, mais institucionalizada, uma esquerda acostumada a secundarizar o debate de opressões e a priorizar as questões de classe.

[49] Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro em 15 de maio de 2018

De certa forma, a condição negra em uma sociedade racista como a nossa, se desloca da questão de classe, não por não estarem entrelaçadas, mas por uma questão do reconhecimento de um diferencial, que de diversas maneiras acabam por estar na história de vida de cada negro.

A dificuldade dos organismos de esquerda em fazer essa associação de forma complexa colabora para certo distanciamento de um discurso de classe, como algo que juntam negros e brancos trabalhadores. Marina acaba dando algumas pistas disso quando busca em seu processo de formação política entrelaçada, ou mesmo agenciada, pela sua experiência tanto na igreja católica quanto nos movimentos sociais, ao afirmar que:

> ...então isso, de alguma forma, começa a construir um caldo de consciência racial que já existia, mas eu acho que elas estavam muito mais guetizadas, ne?... e sempre tratada na esquerda mais geral, onde tão os movimentos sociais, os partidos progressistas, que vão fazer todo um debate sobre igualdade, sobre direito... isso também ficava muito à parte, apesar de você ter inúmeras lideranças, inúmeras figuras, isso tava sempre muito apartado... eu falo isso, sobretudo pela minha experiência nesse processo de pastoral da juventude, de movimento social... esses movimentos que eram muito mais próximos do Partido dos Trabalhadores, mas eu nunca me filiei ao Partido dos Trabalhadores... mas as pessoas que estavam organizando esses movimentos, grande maioria delas, assim como o Tobias eram do Partido dos Trabalhadores e eram dirigentes do partido... então tinha essa relação muito próxima... então o debate central para essas pessoas era o debate de classe... então a consciência racial ela é fruto desse processo que eu digo que você sai de um estado de coisa e vira um grande problema político... o não acesso dos jovens negros, periféricos, pobres... e aí carentes, ou sem acesso à Universidade... você vive uma época, década de 90/2000 não tinha negros na universidade... tinha um ou outro... completamente diferente do que você vai ter em 2010 agora, 2018...[50]

Os espaços historicamente criados para serem instrumentos de contestação da ordem, como aqueles constituídos nos movimentos sociais e partidos de esquerda, são compostos por maioria branca. Talvez isso reforce a necessidade do exercício de diálogo e compreensão do que hoje convencionou-se chamar de “lugar de fala”. Esse espaço associado ao processo subjetivo, que é agenciado por questões individuais e coletivas, que são ímpares, mas também divididos por muitos.

A coordenação do IFHEP tem, entre outras pessoas, duas mulheres negras e isso acaba sendo um diferencial. Além de Marina dos Santos Ribeiro, militante histórica do pré-vestibular, há também Rosineide Freitas, uma militante, ex-aluna do

[50] Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro, em 15 de maio de 2018.

CAMPO, um dos pré-vestibulares que foram formadores do IFHEP e que hoje é professora do Cap-Uerj e uma liderança do SINTUERJ.

A condição de mulheres e negras foi, em suas palavras, a condição que fez a progressão e o alargamento das questões debatidas no IFHEP, a partir do diálogo com outros sujeitos políticos. O debate tensionado e mediado, por várias pautas que iam das questões macrossociais para as micro, e os próprios processos de mudanças pessoais que a militância proporciona. Posso perceber esse deslocamento quando Marina fala sobre o seu próprio processo de modificação pessoal mediado por sua experiência no IFHEP:

> e aí o IFHEP como uma organização social e isso está na sociedade entra nesse caldo... e entra nesse caldo também de tomada de consciência... e eu vou dizer que é esse movimento que vai fazendo eu me tornar uma mulher negra... você não nasce, né? A Lélia Gonzales fala isso, né? Você não nasce uma mulher negra... você nasce roxinha, pretinha, moreninha... você não nasce uma mulher negra... e aí ela tá parafraseando a Simone de Beauvoir, que vai dizer que você não nasce uma mulher, você se torna uma mulher...e aí quando você tem o componente racial, você se torna uma mulher e uma mulher negra...não é qualquer mulher...então nesse processo todo o IFHEP tá nisso e as pessoas que estão no IFHEP tão nisso também... e aí você começa a trazer outras pessoas... porque é isso, eu não tinha os elementos... eu entendia a importância, eu sentia no corpo a importância, porque eu sou uma mulher negra...[51]

Nas palavras de Rosineide, a presença de sujeitos políticos, como ela e Marina, são essenciais para que a pauta e as ações do IFHEP sejam pensadas e tensionadas e, como um espaço politico que ele se constitui, na relação posta entre várias pessoas, o protagonismo de negras e negros é essencial para a formulação de um debate qualificado em que pese as opressões. Segundo ela:

> é isso... porque o corte sempre foram as questões de classe... ou seja, a linha condutora são as questões de classe...são recortadas pelas diversas opressões, né? Sempre foi isso... a essência é essa... mas aí, com o aprofundamento de cada uma de nós, porque os homens não trouxeram isso, as tensões começam a se aprofundar e aí a correlação de forças também começa a se modificar, né? É preciso ter mulher, é preciso ter uma mulher negra, ´´e preciso ter um negro, sabe?[52]

[51] Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro, em 15 de maio de 2018
[52] Entrevista concedida por Rosineide Freitas, em 4 de junho 2018

O IFHEP acaba promovendo uma relação dialógica, em que seus militantes e professores atuam e se modificam, se modificam e atuam, sendo todo esse processo espelho de uma práxis que, no meu entendimento, favorece profundas modificações naqueles que circulam em seu ambiente.

### 3.3- Juventude Negra e IFHEP

Para além de um debate sobre o significante juventude, como análise social, o determinante negro ou negra desponta como um particular diferencial para análise. Ser jovem já diferencia como um momento da vida social e afetivo que requer um cuidado investigativo que obriga qualquer um que se aventure por esse caminho, um rigor e um diálogo com aqueles que se debruçaram de forma sociológica a entender esse período da vida. Introduzindo o significante negro, essa análise precisa de elementos que levem em consideração, o racismo como um aspecto da rotina de vida desses jovens.

Machado Paes propõe um debate sobre as correntes hegemônicas da sociologia que analisam a juventude pela perspectiva geracional ou a classista: “as culturas juvenis são diferentemente apreciadas por cada uma dessas correntes” (Paes, 2003, p.109). Para a primeira, a cultura é produzida especificamente por uma geração e a segunda entende que a cultura produzida pelos jovens deve ser analisada pelas classes sociais.

Paes afirma que os diferentes aspectos da vida juvenil devem ser observados por várias perspectivas, dando a ela a possibilidade de cambiar para diversas possibilidades, passando pelo geracional, pela questão de classes ou mesmo por outras, como culturas de sexo ou de rua.

Ao dialogar com essa possibilidade observativa, proposta por Paes (2003), entendo que a cultura juvenil deva realmente ser analisada por uma ampla variedade narrativa, que possibilite entender as possíveis variáveis, sobretudo, quando tentamos nos debruçar sobre a possibilidade de melhor entender a juventude negra.

O ser jovem negro já se coloca com um significante carregado de símbolos que se misturam também com ideologias, classes sociais e diferentes gerações, mas, sobretudo o racismo já coloca esse jovem em situação de vulnerabilidade, sendo isso já um diferencial para a análise da juventude.

Os contextos tradicionais de socialização como família, escola e comunidade, sofreram com os anos vários tipos de interferência, todos mediados pela interdependência da cultura de massas e da cultura juvenil (PAES ,2003). No caso da juventude negra, especificamente, se levarmos em conta os processos históricos de remoções que levaram comunidades inteiras a ocuparem diferentes territórios, buscaremos várias possibilidades de interferência na construção da cultura desses jovens, a relação de pertencimento local, a sensação de segurança familiar e da comunidade e o próprio racismo, responsável pelos altos números de mortes de jovens negros. Estas são variáveis que, de uma forma ou de outra, influenciaram ou influenciam nas diferentes narrativas da juventude.

Segundo o último mapa da violência do IPEA[53], mais de 318 mil jovens foram mortos entre 2005 e 2015; 54% dos mortos em 2015 tinham entre 15 e 29 anos; a taxa de homicídios de negros teve um aumento de 18,2% entre 2005 e 2015 e a taxa de homicídio de não negros teve uma queda de 12,2%. Isso já reflete os altos índices de vulnerabilidade que estão expostas a juventude negra.

No tocante dessa pesquisa e sobre a influência do IFHEP no avanço da consciência antirracista de ex-alunos que passaram pelo seu pré-vestibular, o que me interessou foi o diálogo com uma juventude negra que, através da memória, buscou precisar exatamente como ele (IFHEP) contribuiu ou não para sua formação. Nesse sentido, Martins (2014) discorre que:

> (...) é pensar a juventude composta por sujeitos dotados de memória que é constantemente revisitada por eles de acordo com as necessidades e os distintos usos que cada jovem faz de lembranças que impregnam suas narrativas (MARTINS, 2014, p. 212).

Esse necessário diálogo buscou, através de narrativas individuais e coletivas, trazer o aporte necessário para se entender a possibilidade que um local como um pré-vestibular social, contribuiu para como diz Mbembe (2013)[54] o “sair da grande noite” desses jovens, o entendimento de que a luta contra o racismo parte também por uma tomada de consciência da sua atualidade nas relações sociais.

[53] http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253

[54] Mbembe discorre sobre o processo de descolonização africana, sendo enfático que esse processo também passa por um processo de mudança da subjetivação do colonizado: “E foi assim que a Coisa e a sua representação suscitaram a resistência daqueles que viviam sob o seu jugo, provocando simultaneamente insubmissão, medo e sedução e semeando esparsamente algumas insurgências.” (MBEMBE, 2014, p.16).

É a tentativa de estabelecer a conexão entre o pré-vestibular como um movimento social potente, que consegue através do agir militante dos sujeitos políticos que transitam em seu espaço, dialogar com uma juventude negra que encontra muitas vezes nesse espaço, a resposta para muitas dores produzidas pelo racismo.

A cultura que se produz em um espaço como o IFHEP e a agenda do NSCG – núcleo socialista de Campo Grande é de busca de autonomia e de direito à voz que, muitas vezes, ao jovem é negada. MARTINS (2014) realça isso, quando afirma que:

> As culturas juvenis manifestam-se como possibilidade de enxergar a própria sociedade a partir de outro ponto de vista, de quem quer participar da construção de outras possibilidades que também incorporem suas pautas reivindicativas (MARTINS, 2014, p.216).

Alguns jovens negros que tiveram contato com o IFHEP procuraram, cada um da sua forma, relatar sua experiência como alunos desse pré-vestibular e como ele contribuiu para uma mudança de sua consciência em relação ao racismo como estruturante das relações sociais no Brasil. Podemos notar isso na fala inicial de um dos alunos:

> Eu digo que o IFHEP me mostrou um espaço de militância que eu não conhecia... porque, a partir do contato com o IFHEP eu conheci esse mundo de militância política. Eu já tinha uma ideia do que era, mas ali no IFHEP eu encontrei uma prática...então, desde quando eu entrei, em 2013, eu já fui convidado para estar lá “Todo Dia da Mulher”, no Calçadão de Campo Grande, e, a partir disso, eu já me senti pertencente do IFHEP porque é uma galera acolhedora, então foi mais fácil essa iniciação a partir dos movimentos sociais populares.[55]

Foram escolhidos três ex-alunos negros: um aluno de pedagogia e duas meninas; uma aluna de serviço social e outra de agronomia, todos alunos da UFRRJ – Universidade Rural do Rio de Janeiro. Todos se colocam como militantes do combate ao racismo nos fóruns de debate que participam.

É fácil notar em suas falas a importância dada ao IFHEP em suas formações, o lugar de acolhimento e os debates promovidos, fazem desse espaço um local de agenciamento, armando em uma perspectiva contra-ideológica para as tarefas e os

[55] Entrevista concedida por Guillherme da Silva Santos, em 29 de março 2018.

embates que acontecem na própria Universidade. Guilherme, aluno de pedagogia da UFRRJ, nesse sentido, afirma que:

> ... o IFHEP, pra mim, é a base do que hoje eu me constituí por ser um militante dos movimentos sociais, movimento negro, ser um educador popular... ele me abriu os horizontes para que eu pudesse enxergar essa questão do racismo e do racismo estrutural nas instituições, né? Então, chegar na Rural e dar de cara com esse ambiente acadêmico, que é estritamente branco, de poucos negros e já vir com uma bagagem, um acúmulo de uma discussão do Pré-Vestibular me ajudou bastante. Eu já cheguei com um acúmulo para discutir essa questão racial, a questão das minorias, de ser morador da periferia... então o IFHEP contribuiu bastante pra isso, de já chegar com esse acúmulo, de já chegar com muita coisa na universidade.[56]

O espaço acadêmico, muitas vezes, pode ser um espaço de tensionamento de várias percepções e visões de mundo. A base epistemológica de várias ciências que se colocam no campo dos estudos da sociedade, ou mesmo a pedagogia, que é o caso de Guilherme, são hegemonicamente permeadas por um pensar envolto por uma tendência europeia ou mesmo pela branquitude. Ele é enfático ao afirmar que: “dar conta desse ambiente acadêmico, que é estritamente branco”. Ele precisou de uma “bagagem”, como afirma. Posso notar, aí, a construção de uma consciência política antirracista, produzida pela sua relação com o IFHEP. Isso é corroborado pela afirmação de Larissa, a seguir:

> Eu vou falando fragmentado, porque eu vou lembrando, mas atualmente, eu senti a necessidade de romper com o IFHEP, mas, no início, quando eu cheguei pro Pré-Vestibular, foi muito importante pra mim, no sentido de que foi um lugar que me possibilitou ter acesso a umas discussões que na escola pública não existe. Então foi um outro mundo, umas pessoas diferentes, parecia pra mim que o IFHEP era um mundo à parte. Então tinha um mundo em que eu vivia e tinha o IFHEP, que era um mundo à parte. Não no sentido de estar flutuando, mas no sentido de fazer reflexões, ir em eventos que eu não tinha acesso. Quando eu entrei tinha muito poucas pessoas negras, assim como hoje, mas essas poucas pessoas negras, que era a Rose, Marina, Guilherme, Leandro, Thayná... não lembro mais... é que essas pessoas são mais importantes. Mais importantes devido a eu ter mais contato... Leandro me dava aula, Marina me dava aula, Rose sempre ia a evento, Tainá tava nas coisas também. Mas foi muito importante, porque era uma galera preta que tava pensando algumas coisas que eu entendia como muito importante pra construção do que eu sou hoje.[57]

[56] Entrevista concedida por Guillherme da Silva Santos, em 29 de março 2018.
[57] Entrevista concedida por Larissa de Souza Rufino no dia 5 de maio de 2018

Na afirmação de Fernanda também podemos notar a mesma referencia ao IFHEP, ela descreve que:

> De início, pra aquela menininha que vinha fazendo trabalho de escola o IFHEP foi um ambiente muito encantador e muito acolhedor... é um espaço muito sedutor, porque são outras narrativas, foram outras narrativas que me foram apresentadas ali e, de cara, meu contato foi mais com essa relação de estar ali como estudante, fazendo esse trabalho, depois assistindo uma aula ou outra e tal... e a forma como os professores davam aula era uma coisa que me deixavam muito surpresa, porque não era o tipo de aula que os professores davam na minha escola... e a minha escola nem era das piores, no Ensino Médio no Miécimo... isso é uma das coisas que eu acho super engraçadas. Eu penso, "poxa vida. Se o Miécimo é uma das melhores, né? Como é que tá o cenário do restante?" Mas é isso, uma das coisas que foi central foi ver a forma como os professores davam aula e como tinha essa proximidade, né? Quando você perguntava alguma coisa, a resposta era ali, pra abrir um diálogo com você, era pra tirar essa tua dúvida e o que mais tivesse aí pra jogo... então, o IFHEP foi fundamental, nesse sentido também, às questões raciais. De início, não foram as questões raciais que me chegaram pelo IFHEP, foram as questões sociais... eu acho que isso tem a ver com a dinâmica da casa, do lugar... e foi de maneira muito incisiva, né? E aí o tempo vai passando e a gente vai percebendo que as questões sociais estão bem interessantes, mas tá faltando uma coisa que eu não sei exatamente o que que é... e com o tempo, a gente vai caminhando, eu fui conhecendo a Marina, a Rose, essas pessoas que a Larissa falou basicamente, e elas vão trazendo essa coisa que a gente falta e depois a gente percebe que é central pra gente. E aí o IFHEP foi esse lugar de primeiro contato com essas coisas.[58]

Para Larissa, estudante de serviço social da UFRRJ, e para Fernanda, estudante de agronomia, também da UFRRJ, o IFHEP foi de grande importância em suas formações. Entretanto, é interessante notar que as duas afirmam que o próprio IFHEP aparecia para elas como um local que fugia da normalidade de outros espaços educativos; os debates que eram propostos e a própria condução do local era diferente de outros espaços educativos vivenciado pelas duas, como a própria escola.

Outra coisa que me chamou atenção é que elas são enfáticas na afirmação que o IFHEP tem um debate social forte e que a questão racial apareceu para elas na representatividade de professores negros que deram aulas para elas. É fácil notar isso na afirmação de Larissa:

> ...quando eu falo de um lugar que tinha um outro tipo de narrativa, é narrativa nesse sentido, de refletir a realidade de uma outra forma.

[58] Entrevista concedida por Fernanda Barbosa dos Santos no dia 5 de maio de 2018

> Não necessariamente, por mais que tenham sido esses corpos pretos que me saltou à vista, não quer dizer que necessariamente esses corpos que trouxeram, que tava a questão racial martelando... não, foi muito importante ter aqueles corpos com essa perspectiva, que me seduziu, digamos assim, na época.[59]

Nessa afirmação de Larissa, posso notar como ela grifa a importância da representatividade, da fala de professores que eram negros e militantes nos seus agires pedagógicos: “esses corpos pretos que me saltou a vista”, ou seja, é a alteridade e empatia negra saltando aos olhos de jovens que procuravam o saber instrumental para cursar uma Universidade.

A importância do IFHEP como divisor de águas na vida desses ex-alunos e a tomada de consciência em relação à estrutura excludente da sociedade brasileira, com seus mecanismos de exclusão social, como é o caso do racismo, fica evidente em todas as falas, inclusive Fernanda, uma aluna de agronomia (um curso historicamente branco) é enfática em afirmar que suas reflexões atuais partiram de um local privilegiado de debate, que era lá o IFHEP :

> Eu não tenho dúvidas do que o que eu sou hoje se deve muito ao IFHEP... não tenho problema de admitir pra quem quer que seja... se eu consigo pensar, refletir certas coisas, com certeza, é porque eu passei pelo IFHEP e se não tivesse passado eu não sei se eu não refletiria, não sei em que momento isso me chegaria... saí da escola e fui pra faculdade... um Pré-Vestibular eu poderia ter feito em outro lugar e conseguido a vaga, mas agora, na forma como eu entro, com a cabeça que eu entro na universidade, não sei se eu conseguiria em outro lugar... a parada ela é meio gradual, pelo menos foi meio gradual pra mim... eu entrei no IFHEP cruazinha, tive meu primeiro contato lá dentro com questões sociais, raciais, essas coisas, e, a partir do momento que eu tive contato com essas questões raciais eu fui percebendo quanto isso era necessário de ser centro na minha vida e não uma nota de rodapé[60]

Noto que, para ela debater, atuar e combater o racismo, depois da experiência do IFHEP, se torna a centralidade, como posso grifar aqui em suas palavras: “quanto isso era necessário de ser centro na minha vida e não uma nota de rodapé”. Ou seja, a relação estabelecida para ela de combater e atuar contra o racismo passa ser um elemento fundante de suas ações cotidianas.

Larissa, estudante de serviço social, se posiciona em relação ao curso que ela faz. A pauta das mulheres negras e as questões de raça, ela relata que seu curso tem

[59] Entrevista concedida por Larissa de Souza Rufino no dia 5 de maio de 2018
[60] Entrevista concedida por Fernanda Barbosa dos Santos, no dia 5 de maio de 2018.

um caráter extremamente marxista e o IFHEP a fez se posicionar. Por ela também ter vivido lá uma experiência na qual essas pautas, hora caminhavam juntas, hora se conflitavam, segundo ela:

> ...sem o IFHEP ia ser uma outra Larissa... porque além de me dar essa coisa do preto, me trouxe muito do branco... muito mais do branco... porque era isso, a questão racial sempre foi recorte, sempre foi "um dia a gente fala disso"... o plano sempre foi social, o racial nunca foi o centro... então eu comecei a prestar atenção em como se dava dinâmica da gente, como que a gente ficava... qual era a importância de um corpo preto dentro de um ambiente que era um ambiente de esquerda, marxista... isso foi muito, muito, muito importante pra mim, até porque o meu curso é um curso extremamente marxista e a lógica é a mesma, é recorte, vamos trazer o sofrimento, vamos trazer um dia que você fala isso... se for falar de gênero, é gênero e mulher preta é à parte... então, assim, eu tive um amadurecimento... o IFHEP me proporcionou um amadurecimento muito importante, não só da universidade, que eu percebo lá, tudo bem, que a galera branca lá eu tenho um pouco de dificuldade, mas de como que eu sou muito mais madura do que a galera que tá chegando agora na universidade, por exemplo, e de como isso é fruto do IFHEP porque, pra além de me ajudar no sentido de fazer uma prova, me deu noção de várias paradas...o pessoal chegou na universidade era tudo muito novo...[61]

Nas palavras de Larissa, percebo como as questões raciais se colocam para ela como complexas, quando são alinhadas às questões de classe. A dificuldade dessa associação sempre esteve presente em outros textos. Inclusive em Beatriz Nascimento, percebemos como existe essa dificuldade desse caminhar sem negar uma coisa nem outra.

A forma como isso se deu no Brasil e o apagamento e mesmo a impossibilidade histórica do acesso ao emprego formal, pode estar em uma das razões para a dificuldade para essas ligações, mas, de fato, a retirada do estatuto de seres humanos e inferiores aos brancos fez com que o negro tivesse a dificuldade de achar que a consciência de classe tão procurada em textos como o de HOBSBAWM (2000) fosse suficiente para explicar as particularidades do Devir negro, o se sentir negro ou o ser negro.

Se tornar negro, quando explicado pela tomada de consciência, se transforma em um ato político. Isso não significa que as questões de classe para essas alunas não tenham também centralidade em suas análises, ou mesmo na atuação delas em vários espaços em que elas performam. Larissa e Fernanda, sobre a associação das

[61] Entrevista concedida por Larissa de Souza Rufino no dia 5 de maio de 2018

questões de classe com as da raça, são enfáticas em dizer que são importantes, mas trazem o olhar que elas forjaram nas reflexões que aconteceram sobre esse tema. Para Larissa:

> ...eu tenho um posicionamento muito que eu não sei se é um posicionamento que vai levar um futuro, uma revolução bacana, bonita... não sei... eu penso que com determinado grupo, com determinado povo, com determinada galera, a forma que tá dada é bacana...favorece, tá tranquilo, mas pra outras não tá... então, assim... pra mim, uma mulher preta e tal, não tem como relacionar, pegar classe e botar raça... pra mim tem que ser o contrário... tem que ser raça e você fala de classe dentro de raça...entendeu? Até porque eu acho que tem uma dificuldade de... uma dificuldade sistêmica... da galera preta que coloca raça como centralidade dialogar com a galera preta que relaciona com classe, exatamente por isso... a questão não é você falar de classe... até porque é uma coisa que tá aí... não tem como eu falar que agora não existe, vamos parar com isso...mas como que você faz essa ligação... então, o fato de você colocar a raça como centralidade, você não tá excluindo classe... entendeu? É porque a raça é centralidade... eu acho que tem uma galera preta que tem dificuldade de enxergar isso por conta da vida, por conta de onde percorreu, enfim... e eu acho que a galera branca se aproveita disso, na verdade... eu não acho que eles não sabem disso... eu acho que pra eles é cabível, é bacana, é legal... mas eu acho que é super possível... que inclusive é indispensável pra mim... falar de classe e não falar de raça...[62]

Fernanda, sobre o mesmo tema, discorre que:

> Eu concordo com o que a Larissa falou... dá pra associar essas duas coisas... eu não sei se a proposta em algum momento foi desassociar essas duas coisas... a questão é: a gente precisa prestar um pouco mais de atenção de onde a gente tá partindo e onde a gente quer chegar... e aí tem dois pontos: prestar atenção de onde a gente tá partindo... e aí tem a galera que tá partindo desse lugar, da esquerda mesmo... e que acha que tá de boaça e que vai dar a mão pra galera branca que é bem intencionada e que tá tudo certo... que em algum momento as coisas vão se resolver... e a galera preta que fala “ó, a história mostrou pra gente que deu caô”... que em nenhum momento a branquitude teve essa preocupação com a gente... e a gente parte então pra uma outra narrativa que é de se colocar no centro, de recuperar nossa agência, de falar por nós... de não adaptar teorias e de buscar caminhos... se não tiver resposta já pronta a gente procura criar... porque a gente já observou que a esquerda na história a gelara branca nunca esteve nesse papel...[63]

[62] Entrevista concedida por Larissa de Souza Rufino no dia 5 de maio de 2018

[63] Entrevista concedida por Fernanda Barbosa dos Santos no dia 5 de maio de 2018

Guilherme, estudante de pedagogia da UFRRJ, em sua fala percebo que traz as particularidades (em seu ponto vista) para que as associações entre raça e classe sejam feitas. No entanto, fazendo coro com Larissa e Fernanda para a necessidade de um olhar diferenciado, um olhar negro sobre essas questões, segundo ele:

> ... do meu ponto de vista, eu levo isso, que é a questão racial é a mais estruturante porque foi em cima da escravidão, em cima do sofrimento do negro como mercadoria que a nossa sociedade cresceu e temos o Brasil que é hoje... então eu parto desse princípio... de que a economia, a elite branca dominante, a questão do machismo, porque, dentro dos meus estudos, a gente vê que a construção social do país foi em cima de abusos sexuais de homens brancos contra mulheres negras. De estupro, de fato. Então, a construção social, a miscigenação do país veio disso...a gente tem um país miscigenado por causa disso. Houve casos de mulheres brancas com homens negros, mas também eram bem poucos... então, pegando um pouco lá do Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala, ele diz que era uma forma de harmonia que existia isso. Eu acho que pega a questão racial e a luta de classes porque o branco, o homem branco, a pessoa branca, ela conseguiu dentro dessa estrutura racista sobreviver, não por ser da elite, mas ser uma pessoa pobre, mas tendo o pensamento de ascender socialmente, por ela ser branca. Já o negro, não. O negro nunca teve essa possibilidade de, mesmo sendo pobre, ter uma ascensão social ou ocupar espaços de elite, mesmo se ele tivesse dinheiro... a gente tem a Frente Negra, da década de 20 que, mesmo sendo da aristocracia, eles eram proibidos de colocar seus filhos em escolas de elite, escolas de brancos. Então, eu acho que a questão racial, não tão à frente, mas pauta todas as outras questões, a econômica, de classe ou sexual.[64]

O IFHEP cumpriu o papel do despertar para uma nova consciência para esses jovens; um olhar sobre uma sociedade excludente que se estruturou na negação de uma parte da população. A maturidade nas análises feitas por esses jovens é fruto de um acúmulo de debates e reflexões promovidos pelo NSCG e o IFHEP, um ou outro, não necessariamente nessa ordem são responsáveis para um despertar para uma vida atuante, um agir militante que os atravessam nos vários espaços que eles atuam.

Guilherme depois da experiência do IFHEP ainda atuou como coordenador do pré-médio, que também acontece no espaço do IFHEP, só que aos sábados. Já Fernanda e Larissa, apesar de continuarem por um tempo ainda participando das agendas de atos do IFHEP junto com o NSCG, no momento, se afastaram por entender que precisavam de outros espaços de militância e que os limites do próprio IFHEP eram impedimentos para a continuidade delas naquele local.

[64] Entrevista concedida por Guillherme da Silva Santos, em 29 de março 2018.

A centralidade de estar e ouvir outras experiências negras hoje é o objetivo tanto de Larissa quanto de Fernanda, elas descrevem um cenário necessário de auto-cuidado e afetos que, para elas, o IFHEP não consegue mais cumprir. Para elas, existe a centralidade racializada dos debates. Segundo Larissa:

> ... então agora eu tô sentindo a necessidade de tá em lugares mistos, de homem e mulher, diferentes mulheres, diferentes homens, mas pretos... todo mundo... no IFHEP não tem isso...eu tô com muita sede de estar em lugares que a gente esteja falando da gente numa perspectiva que foi pensada pra gente de fato...com olhares voltados pra gente... tudo pra gente... eu não quero estar em lugar e ter que esperar terminar a fala pra dizer que toda aquela desgraça era preta... e também não quero estar em lugar que o tempo todo falando de sofrimento, de dor... que a gente não é só isso...[65]

É interessante notar que, ao contrário de uma tendência de fragmentação por gênero, ela pontua que há uma necessidade de negros e negras estarem juntos; na verdade, é construir narrativas, leituras, percepções pelo olhar da negritude e que também sejam experiências positivas e não só pelo ponto de vista do sofrimento.

Para Fernanda, a esquerda em geral tem um foco em ouvir só o sofrimento negro e não debater as contribuições negras para o desenvolvimento das sociedades. Me parece que ela não nega a carga psicológica imposta a nós pelo racismo, mas, a meu ver, Fernanda quer avançar para além do sofrimento. Isso fica grafado em suas palavras:

> ... por exemplo, eu não quero estar em um lugar que falar de povo preto vai ser falar de dor e escravidão como se isso fosse o centro, né? Inclusive eu sinto muito isso na esquerda... pra eles é fundamental falar... “vem cá, traz a sua tragédia, compartilha com a gente”... você não volta na história nem pra relembrar a realeza dessas pessoas, a riqueza dessas pessoas... não passa na história pra falar de coisas básicas, por exemplo de como o continente africano contribuiu pro conhecimento de matemática, de medicina... isso é básico do básico... eu não quero estar em espaços onde eu não consiga estabelecer diálogo com os meus irmãos, os homens pretos...[66]

No final o que fica marcado na fala de Fernanda e o que me chamou muita atenção, é que para ela o debate, o conhecimento ou mesmo o ato tem que chegar no

[65] Entrevista concedida por Larissa de Souza Rufino, no dia 5 de maio de 2018.
[66] Entrevista concedida por Fernanda Barbosa dos Santos, no dia 5 de maio de 2018.

que ela chama de “margem”, para ela se todo ato militante, todo debate acadêmico tem que chegar a periferia, tem que de alguma forma chegar ao povo negro periférico:

> ... o que que cê tá fazendo com esse conhecimento teórico? O que que a gente fez a partir dessa roda de conversa? Quando é que a gente fala de fato com os nossos... porque tá na bolha é massa, tranquilão... é confortável... agora, chegar na margem, sem ajuda de edital, sabendo que isso não vai ser das maiores visibilidades do mundo é que é o desafio...[67]

Talvez, aí esteja o grande desafio para construir mecanismos de avanço de consciência como o IFHEP: o de chegar cada vez mais às bordas, às margens. Tanto o conhecimento acadêmico quanto o agir militante de dialogarem com o que se produz de resistência nas periferias, aí sim, como o samba de Wilson das Neves “O dia que o morro descer e não for carnaval”, teremos, como nas palavras de Larissa, uma “revolução bacana”.

# Conclusão

Concluo essa trajetória que partiu de um lugar específico, o IFHEP, e percorreu várias trilhas, fazendo, a todo o momento, o exercício de distanciamento e

[67] Entrevista concedida por Fernanda Barbosa dos Santos, no dia 5 de maio de 2018.

aproximação. Distanciamento por entender que esse é o papel do pesquisador e aproximação por ter o racismo como um dos temas, sendo esse um ponto de grande sensibilidade, por atravessar a cor da minha pele e a forma que vejo os vários outros temas que se juntam para formar minha subjetividade.

Com isso, as reflexões e a conclusão desse trabalho são frutos do diálogo constante entre o olhar investigativo de um pesquisador e a subjetividade de um homem negro à procura de dar respostas às inquietações e incômodos que foram o fulcro central dessa pesquisa.

Constatei que a formação histórica e socioespacial de Campo Grande, onde se encontra o IFHEP, passou por várias etapas que se sucederam, desde o declínio da cultura da laranja, antes da Segunda Guerra Mundial, até o loteamento dessas terras. Com isso, houve a criação de um bairro para classe trabalhadora e pequena classe média, até a formação de periferias e sub-bairros de baixa renda, advindos do histórico de vários processos de remoções, sob varias lógicas que convergiam para a manutenção do centro e zona sul do Rio para a burguesia branca carioca.

Entre essas etapas, foram garantidos, durante um período, os privilégios de uma pequena burguesia comercial, transformando Campo Grande em um polo central e comercial para uma boa parte da Zona Oeste do Rio de Janeiro, mas que teve na ocupação racializada dos espaços da cidade, um aumento de suas contradições sociais.

Nesse sentido, a região aumenta rapidamente, sendo por muitos anos um espaço geográfico de franco crescimento populacional que, na atualidade, junta no mesmo espaço antigos moradores e novos, vindos de diferentes partes da cidade. Pessoas retiradas de seus antigos lares, por politicas de remoções que se baseavam nos grandes eventos esportivos, se juntaram a outras vindas de diferentes pontos da cidade, à procura de moradia financiada por programas de incentivo à habitação, como o “Minha casa, minha vida”.

A falta de políticas públicas eficientes de segurança e a própria omissão do Estado fez com que o poder paralelo crescesse na região. Com isso, a realidade imposta aos moradores e a convivência com regiões de tráfico e de milícias, sendo esta última a conformação de grupos paramilitares que atuam na clandestinidade, mas que ganham força na região.

Percebi, então, que a região sofre influência direta da produção social, racial e capitalista dos espaços do Rio de Janeiro, tendo uma relação direta com as políticas historicamente racistas de higienização e manutenção de privilégios da burguesia

branca carioca, transformando esse espaço em um local que envolve uma complexidade de fatores que influenciam diretamente a vida da juventude negra.

Através de um diálogo com autores como Mbembe (2014), Nascimento (2006), Hall (2016), Fanon (2008), entre outros, procurei estabelecer como justificativa epistemológica para o estudo do IFHEP, como um pré-vestibular especifico da região, o racismo, como uma ferramenta que foi e é usada ainda pelo capitalismo como controle de corpos, o que foi chamado de bio e necropolitica e como ideologia.

O racismo, como ferramenta de controle de corpos, para além da sua utilização no passado escravagista para a criação de commodities para o capitalismo, tem na sua atualidade exemplos de aprisionamento, no caso do Brasil, os autos índices de encarceramento do povo negro e especificamente o caso de Rafael Braga e, no mundo, os campos de refugiados na Europa, se tornando atual a sua utilização pelos Estados.

Ratifiquei o poder ideológico que o racismo tem como uma poderosa ficção que, através da construção de falsas verdades, se sedimentou nos processos de subjetivação da população, operando no senso comum e se estruturando na sociedade. Sendo assim, ele se encontra nas relações sociais, políticas e econômicas da realidade brasileira.

Verifiquei como a criação da ideologia chamada de “democracia racial” teve um papel importante no escamoteamento do racismo no Brasil, cumprindo um papel de apagamento e apaziguamento das contradições sociais ocasionadas pelo racismo estrutural e pelas inúmeras políticas racistas brasileiras.

Nesse sentido, as históricas iniciativas culturais e políticas de afirmação do negro, como a Frente Negra, o Teatro experimental do negro ou o Movimento Negro Unificado, cumpriram um papel ao longo da história brasileira de denúncia, valorização e autoafirmação, tanto cultural quanto política para o negro no Brasil, funcionando como ferramentas reconhecidas e valorizadas pela multiplicidade dos movimentos negros brasileiros.

Reconheci como o ambiente favorável da redemocratização do País, na década de 1980, foi propício para um amplo debate progressista que juntou vários segmentos de esquerda, como movimentos sociais, os diferentes movimentos negros, novos partidos de esquerda, como o PT – Partido dos Trabalhadores - e setores progressistas da igreja católica.

Esse debate teve uma importância capital para o surgimento de várias inciativas advindas das reivindicações do movimento negro, avançando

significantemente no campo dos direitos. Conquistas como a Lei Caó, a criação da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao ministério da Cultura e o surgimento de pré-vestibulares sociais, figuram como exemplos dessas iniciativas.

A partir dos anos de 1990, começam aparecer no Brasil várias inciativas que buscavam a inserção dos negros nas Universidades. Entre aquelas que tiveram destaque, o PVNCs – Pré-vestibulares para negros carentes, este fruto da relação entre setores progressistas da igreja católica e ativistas dos movimentos sociais e que teve na campanha da fraternidade de 1988 uma referência fundamental.

Nos anos 2000, surge o NSCG – Núcleo Socialista de Campo Grande – uma iniciativa de educadores e ativistas de Campo Grande que através de um agenda de debates e atos decidem montar mais tarde, o IFHEP – Instituto de Formação Humana e Pré-vestibular social.

Esses sujeitos foram responsáveis em construir um pré-vestibular que misturou ativismo politico e educação, procurando colocar em sua agenda, temas e debates em dialogo com vários setores que iam do ativismo social a partidos políticos de esquerda, se transformando em referencia de resistência e movimento social na região.

Constatei que, dentre outros objetivos, o IFHEP fez com que seu espaço propício, pelo trânsito de vários professores advindos dos movimentos sociais e alguns negros, fosse responsável por acolher e através da representatividade, resgatar a autoestima de jovens negros.

Verifiquei também que o IFHEP e suas aulas conseguiram ser um elemento que contribuiu para o avanço da consciência antirracista de alguns ex-alunos que passaram por ele e que, de uma forma ou de outra, esses alunos se colocam como militância da causa negra.

Percebi também que o IFHEP tem seus limites como espaço para militância e que, para alguns alunos, ele se esgota e que estes precisam estar em outros espaços de atuação, ouvindo outras narrativas e construindo novas ferramentas de militância antirracista e de convivência entre negros.

Constatei que, para esses alunos, está clara a associação entre raça e classe, mas que isso, para eles, não acontece na lógica e nem na ordem que a esquerda tradicional descreve, mas que para de fato essa associação seja feita, é necessária a leitura dessas correlações por narrativas negras, que coloquem na centralidade das análises a raça para, aí sim, partir para a classe.

## Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

AGAMBEN, Giorgio; **Homo, Sacer: 0 poder soberano e a vida nua** I; tradução, Henrique Burigo. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALBERTI, Verena. PEREIRA, Amilcar Araujo**. Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CTDOC.** Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

BARREIRA, Marcos Rodrigues Alves. BOTELHO, Maurilio Lima **Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro: para uma crítica da "questão urbana" contemporânea.** III Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado? Londrina – Paraná, 2008.

CAMPOS, A. O. **As questões étnico-raciais no contexto da segregação sócio-espacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas considerações teórico-metodológicas**. In: SANTOS, R. E. (Org.) Questões urbanas e racismo. Petrópolis: DP et Alli; Brasília: ABPN, 2012. p. 68103.

CARDOZO, Adauto Lucio, ARAUJO, Rosane Lopes de e COELHO, Will Robson. Habitação Social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In CARDOZO, Adauto Lucio. **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Porto Alegre: ANTAC, 2007.

CORRÊA, A. M. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. **Sindicato e partido político em Gramsci.** Argumentum, Vitória, v. 1, n. 1, p. 50-62, jul./dez. 2009.

EDUCAFRO. Disponível em: < www.educafro.org.br/site/conheca-reducafro>. Acesso em 15 mai. 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, mascara branca**; Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega**. O rapto ideológico da categoria subúrbio: rio de Janeiro 1858/ 1945**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Seguranca, território, populacáo : curso dado no College de France (1977-1978)/** Michel Foucault; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direcão de Francois Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. – São Paulo : Martíns Fontes, 2008

_____ **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988

GILROY, Paul. **O atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**; tradução Cid Knipel Moreira- São Paulo. Ed. 34; Rio de Janeiro; Universidade Candido Mendes, Centro de estudos Afro-Asiaticos, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, Raças e democracia**. São Paulo. Editora 34, 2012 (2ª edição).

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Anpocs, 1984, p. 223-244

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**/ Ermínia Maricato...[et al.] – 1.ed. – São Paulo: Bointempo: Carta Maior, 2013.

HERING, Rosana. Ação afirmativa à brasileira: Institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008). In: PAIVA, Angela Randolpho. (Org.) **Entre dados e fatos: ações afirmativas nas universidades publicas brasileiras.** Rio de Janeiro: Puc Rio, Pallas, 2010.

MACHADO, Elielma Ayres. A invenção das cotas: Politicas de ação afirmativa e os estudantes universitários. In: In: PAIVA, Angela Randolpho. (Org.) **Entre dados e fatos: ações afirmativas nas universidades publicas brasileiras.** Rio de Janeiro: Puc Rio, Pallas, 2010.

MANSUR, André Luis. **O velho Oeste Carioca: Historia da ocupação da zona oeste do Rio de Janeiro ( de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ate os dia atuais**. Rio de Janeiro Ibis Libris, 2008.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão Negra**. Portugal: Antígona, 2014.

_____ Biopoder soberania estado de exceção política da morte. Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufrj, n. 32 . Dezembro, 2016.

MOURA, Clovis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. 1edição – São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **Gestão racista e necropolitica do espaço urbano: Apontamento teórico e politico sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro.** 2014.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro.** R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V.16, N.1, p.85-106, 2014.

PAES, Machado José, **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional- casa da moeda, 2003.

REZENDE, Maria Alice. A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In**: História da Educação do Negro e outras histórias**/Org: ROMÃO, Jeruse . Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial do brasil** – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEMERARO, Giovane. **Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade.** Cad. Cedes, Campinas: vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SOUZA, Mário. **Racismo Como Instrumento Epistemológico e Político Para o Entendimento da Situação da População Negra na Sociedade Brasileira**. (In) Revista da ABNP, v. 6, n. 12 • nov. 2013–fev. 2014 • p. 06-19.

VIEIRA, Willian de Souza. **Núcleo Socialista de Campo Grande: interações entre memórias e história em contexto local.** Rio de Janeiro, 2015.

# ANEXO I



Fotografia 1: Muro IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 2: Entrada IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 3: Entrada IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 4: Entrada IFHEP
Fonte: Acervo próprio



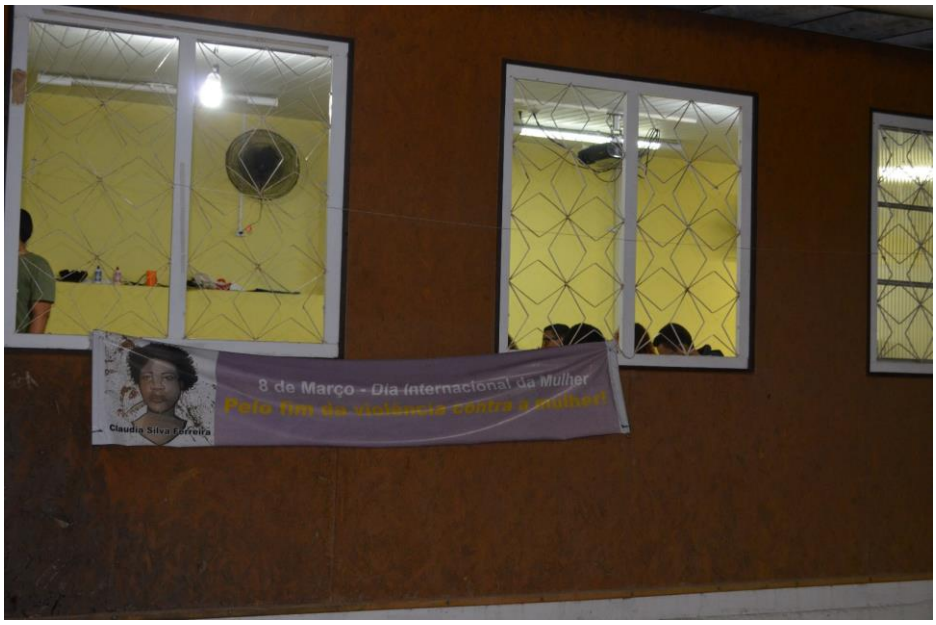
Fotografia 5: Entrada IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 6: Entrada IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 7: Entrada IFHEP
Fonte: Acervo próprio




Fotografia 8: IFHEP Dia da Mulher
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 9: Aula no IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 10: Aula no IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 11: Aula no IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 12: Aula no IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 13: Estudantes no IFHEP
Fonte: Acervo próprio



Fotografia 13: Aula no IFHEP
Fonte: Acervo próprio

# ANEXO II

**Transcrição de Áudio**

**Entrevistada: Marina dos Santos Ribeiro**

**Jorge: Nome, profissão...**

**Marina:** Eu sou Marina dos Santos Ribeiro... hoje sou cientista social, forma em Ciências Sociais e educadora popular, por conta da minha experiência de trabalho e militância... trabalho numa instituição chamada IBASE, que é o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, onde eu trabalho como pesquisadora e coordenadora de projetos com juventudes...

**Jorge: O que é o IFEP pra você?**

**Marina:** O IFEP, ele é resultado, né?... não é só em si... o IFEP pelo IFEP... ele é resultado de muitos anos de militância, de atuação com educação e militância social na Zona Oeste, sobretudo aqui em Campo Grande... já trabalhava com Pré-Vestibular Comunitário, participava no Núcleo Socialista de Campo Grande, participava das pastorais sociais na igreja católica... nesse processo de trabalho com Pré-Vestibular Comunitário... na época, eu trabalhava com o CAMPO, Centro de Apoio Popular da Zona Oeste... e a gente trabalhava lá com Pré-Vestibular Comunitário... um trabalho com juventude já... fazendo um debate sobre os direitos da juventude e o Núcleo Socialista também como esse braço mais político que a gente chamava, né? De formação política... e aí nesse caldo todo a gente também tinha uma ação na FEUC, porque a gente começou no CAMPO fazendo um trabalho com adolescentes, que era o Pré-Ensino Médio... fez um primeiro ano a partir de um projeto que foi aprovado numa parceria entre o CAMPO e o CIEDS... e aí tinha um recurso pra pagar os educadores que iriam trabalhar com juventude, mas essa juventude que estava saindo do Ensino Fundamental para entrar no Ensino Médio... então como é que você garantia a permanência na escola, a continuação dos estudos... e aí a gente fez esse primeiro ano desse projeto, em parceria com o CIEDS... tinha aula de várias pessoas... Português, Matemática, Química, Física, Biologia, essas coisas todas... e aí no segundo ano esse projeto não é renovado e a gente começa a trabalhar com uma coisa que a gente já pensava há algum tempo que era o PEMP, o Pré-Ensino Médio... aí, nessa primeira turma que não tinha mais recurso entram várias pessoas que eram ex-alunos do Pré-Vestibular... como a Rosineide, como o Daniel, a Gabriele na época...

Jorge: A Rose participa então do primeiro, que não era ainda IFEP, né?

Marina: Era ali uma sementinha, né?... e aí ela, eu trabalhava... a Bia, Beatriz Martins, que foi coordenadora um tempo do Pré-Vestibular... Daniel, Gabirele... isso faz muito tempo... o IFEP é de 2010... isso deve ter sido 2005.... com certeza 2005, porque Daniel, Rose, o Tico, Tico também trabalhava... que é o Jackson... todos eles já trabalhavam no PEMP e eles foram da turma de 2004 e 2005 eles tavam nessa turma do PEMP, que é o primeiro ano do PEMP... e aí, como a gente queria ocupar mais um horário lá no CAMPO, e o CAMPO já tinha passado por um processo de se tornar OSCIP, pra virar prestadora de serviço pro Governo do Estado, municipal... tinha um

curso de ACD, acho que era de Auxiliar de Consultório Dentário... uma coisa assim... e a gente tinha aula no Pré-Vestibular todos os dias à noite e o PEMP era o sábado inteiro... e isso começou a virar um problema... e a direção do CAMPO disse que no outro ano a gente já não poderia mais ter aquele horário sábado... e a gente entendia que a gente tinha uma relação, que a gente fazia parte do CAMPO... não era bem assim, mas era isso que a gente queria fazer... era o Centro de Apoio ao Movimento Popular da Zona Oeste... então deveria ter uma parceria mais política só do que a execução do projeto... e acabou que isso foi se deteriorando... então o PEMP nesse ano sai e vai pra FEUC... com o apoio da Célia Neves, que já tinha um Pré-Vestibular também na FEUC... ela, como coordenadora do Curso de Ciências Sociais e coordenava o NEUB, que é o Núcleo de Estudos Urbanos, que tinha como missão ou objetivo essa relação de movimentos populares urbanos... ali , de apoio... pensando a extensão, como essa relação com esses movimentos aqui na região... e aí nessa lógica, o PEMP entra na FEUC... e aí a gente começa a trabalhar na FEUC vários anos, até 2009, quando a gente decide, numa reunião ampliada, na casa do Tobias, algo que a gente já vinha maturando há algum tempo, de ter um espaço nosso... e aí a gente decide nessa reunião buscar uma casa em que a gente pudesse alugar, que nós seríamos responsáveis pela manutenção da casa... cada pessoa ficaria responsável por uma cota que minimamente pagasse o que a gente chama de despesas fixas da casa... aluguel, água, luz, internet, telefone, essas coisas... e o Daniel começa a fazer essa busca... então é ele que acha esse casa, que a gente tá agora... e a gente foi fazer uma visita e decidimos montar o IFEP... já tinha espaço, que era próximo do Centro, que era uma preocupação... tinha essa decisão coletiva de construir o IFEP... a gente tem até uma foto dessa reunião... não sei aonde tá, mas preciso achar... e aí a gente decide fazer o IFEP... então, o IFEP, tentando responder à sua pergunta... ele é fruto dessa história toda... ele vai sendo construído nesse anseio de ter um espaço onde a gente tivesse autonomia pra construir uma organização política, mas de base...com diálogo com a comunidade, que pudesse oferecer esses serviços... que são de educação, de manutenção da educação, mas que também é um espaço de reflexão política... então como a gente vai fazendo isso? Então o IFEP é resultado, né?... e ele se torna que a gente fala, né? Que é uma loucura coletiva... que você mantém um espaço que não tem apoio financeiro, que você resolve... e até hoje é o mesmo perrengue... todo mês, como é que a gente vai pagar as contas? Então alguém doa mais, alguém doa menos... mas entendendo que o IFEP é instrumento importante, pensando esse espaço de atuação política na periferia... porque isso também era uma coisa que nos incomodava... essa coisa de ter que sair da Zona Oeste pra participar de atividade no Centro do Rio de Janeiro, num lugar que fica a setenta quilômetros de onde a gente mora... que as pautas não têm nada a ver com aquilo que a gente vive... e aí como que a gente tenta fazer uma política que dialogue com a nossa realidade, com aquilo que a gente vive... com as coisas que a gente passa... e a educação tem esse apelo... e aí o pré-Vestibular do CAMPO faz parte desse movimento todo de Pré- Vestibular que acontece no Rio de Janeiro e aí vai desenvolvendo outras coisas... porque é isso... não é só educação, a gente tá pensando uma sociedade como um todo, né?... e aí passa pela educação, pelo debate político, cultural e essas outras coisas todas...

**Jorge: Em que momento que o racismo surge como uma pauta do Pré-Vestibular? Em que momento ele surge como algo que tem que estar nas aulas para o avanço de consciência?**

**Marina:** Eu acho que tem um processo aí que precisa ser entendido, que é muito subjetivo... não é objetivo... porque o racismo na nossa sociedade, eu digo que ele não é simples, o pessoal diz que ele é muito sutil... não tem nada de sutil, né? Racismo na

nossa sociedade não tem sutileza, pelo contrário, ele nos anula e nos agride desde a nossa existência... então, assim... como tema eu posso dizer a você que ele sempre foi um tema no Pré-Vestibular e no IFEP.. como tema... vamos discutir a questão de gênero, vamos discutir a questão de classe, as diferentes desigualdades como tema... e aí tinha o Pré-Vestibular pra Negros e Carentes em que isso era uma pauta, porque tinham pessoas que faziam parte do Movimento Negro...

**Jorge: Eles faziam parte do IFEP?**

**Marina:** Não... não faziam parte do IFEP, mas como o Pré-Vestibular inicial, lá atrás... o Pré-Vestibular iniciou numa igreja católica lá no Rio da Prata a partir de um processo da pastoral de juventude...

**Jorge: Mas isso você tá trazendo os primeiros Pré-Vestibulares Sociais...**

**Marina:** Sim...

**Jorge: Mas isso influenciou na construção do IFEP?**

**Marina:** Importantíssima... porque eram os espaços-apoio... a partir dos diferentes párocos, é claro que uns apoiavam mais do que outros... apesar da Igreja Católica ter uma hierarquia e uma obediência, as paróquias, de alguma forma têm um pouco de autonomia a partir de quem tá à frente dela... então aqui no Rio da Prata, na paróquia São João Evangelista, que tinha como pároco Lúcio Zorzi, tinha alguma forma de apoio com os limites, né? A juventude tá sempre querendo fazer mais, mas tem uma hora que isso dá um atrito grande... eu não vou lembrar o ano, mas isso eu posso te passar depois... isso foi minha pesquisa de monografia... o Pré-Vestibular fica dois anos no salão paroquial... depois vai pro CAMPO... e aí nesse bojo... por isso que eu tô trazendo essa questão porque você tem o Pré-Vestibular para Negros e Carentes você tem o Educafro... que é fruto da luta do Movimento Negro por acesso à educação... e acesso à educação universitária...então isso, de alguma forma, começa a construir um caldo de consciência racial que já existia, mas eu acho que elas estavam muito mais guetizadas, ne?... e sempre tratada na esquerda mais geral, onde tão os movimentos sociais, os partidos progressistas, que vão fazer todo um debate sobre igualdade, sobre direito... isso também ficava muito à parte, apesar de você ter inúmeras lideranças, inúmeras figuras, isso tava sempre muito apartado... eu falo isso, sobretudo pela minha experiência nesse processo de pastoral da juventude, de movimento social... esses movimentos que ram muito mais próximos do Partido dos Trabalhadores, mas eu nunca me filiei ao Partido dos Trabalhadores... mas as pessoas que estavam organizando esses movimentos, grande maioria delas, assim como o Tobias eram do Partido dos Trabalhadores e eram dirigentes do partido... então tinha essa relação muito próxima... então o debate central para essas pessoas era o debate de classe... então a consciência racial ela é fruto desse processo que eu digo que você sai de um estado de coisa e vira um grande problema político... o não cesso dos jovens negros, periféricos, pobres... e aí carentes, ou sem acesso à Universidade... você vive uma época, década de 90/2000 não tinha negros na universidade... tinha um ou outro... completamente diferente do que você vai ter em 2010 agora, 2018... então esse processo... e aí o IFEP como uma organização social e isso está na sociedade entra nesse caldo... e entra nesse caldo também de tomada de consciência... e eu vou dizer que é esse movimento que vai fazendo eu me tornar uma mulher negra... você não nasce, né? A Lélia Gonzales fala isso, né? Você não nasce uma mulher negra... você nasce roxinha, pretinha, moreninha... você não nasce uma

mulher negra... e aí ela tá parafraseando a Rosa Luxemburgo, que vai dizer que você não nasce uma mulher, você se torna uma mulher...e aí quando você tem o componente racial, você se torna uma mulher e uma mulher negra...não é qualquer mulher...então nesse processo todo o IFEP tá nisso e as pessoas que estão no IFEP tão nisso também... e aí você começa a trazer outras pessoas... porque é isso, eu não tinha os elementos... eu entendia a importância, eu sentia no corpo a importância, porque eu sou uma mulher negra... então você sente pela diferença, pelas piadas... eu lembro de um dia que a Carla Fernandes, professora de Matemática, eu era aluna... eu e minha irmã... ela falou assim "vou contar uma piada, mas é uma piada racista... posso contar?" Minha irmã falou pra ela assim "Se você contar a piada eu saio da sala"... ela foi e não contou e ela fala isso até hoje que aquele dia foi muito importante pra ela entender as consequências do que são as piadas... é isso que mantém a cultura, né? Essas coisas que a gente vai naturalizando...e a minha irmã, que não era de movimento... mas é isso, a gente aprende a ter consciência racial desde sempre... e isso não necessariamente te torna uma pessoa de movimento social ou antirracista, mas você sabe que você não pode ter violada a sua integridade, a sua pessoa, a sua identidade... então o IFEP faz parte desse processo todo... então é uma construção que faz parte do IFEP... essa consciência racial... e aí eu digo que a juventude que passa a entrar no IFEP vai problematizando isso com muito mais força... vai questionando, dizendo "isso é racista, essa prática é racista... isso que você tá falando"... e as pessoas " como assim, isso é racista?" e a gente vai vendo que a gente tá reproduzindo um monte de coisas.... por mais que a gente faça o debate racial, como eu disse pra você, que a gente sempre fez como um tema... mas como a gente tira isso de uma coisa que é distante, mas que tá na gente? Tá no meu corpo, porque eu sou uma mulher negra, e tá no corpo das pessoas que são brancas, porque a branquitude te faz achar que você é melhor, que você tem privilégio, que você pode fazer isso tudo... então você faz as piadas, você fala isso, você fala aquilo e isso tudo vai marcando esses lugares... então, esses processos foram uma construção a partir das pessoas negras do IFEP, mas, sobretudo, da juventude negra... eu não tenho dúvida disso, né? Porque radicalizam esse debate e o enfrentamento a questões naturalizadas que circulavam no IFEP.

**Jorge: Tendo o IFEP como essa instituição também de combate ao racismo, qual o futuro do IFEP? Quais são as tarefas?**

**Marina:** Pra olhar pro futuro eu vou dar um passo atrás... são essas temáticas... a gente começa a fazer atoa em Campo Grande em 2005... 2015 fez dez anos que a gente fazia atos... e nem tinha IFEP, porque era essa necessidade de nunca ficar ali no espaço do Pré-Vestibular, no campo da educação, porque tem seus limites...

**Jorge: Mas esse não era o Núcleo Socialista?**

**Marina:** Era o Núcleo Socialista.... e isso sempre foi uma dicotomia... pra algumas coisas é uma coisa... você não vai ter acordo... você vai ter uma análise, uma reflexão e uma argumentação sobre o IFEP e Núcleo, eu vou ter outra, o Daniel vai ter outra, a Rose vai ter outras... eu tô falando das pessoas mais orgânicas, sobretudo nos anos iniciais do IFEP... era isso... era eu, Tobias, Rose e Daniel... então, desde 2015, o ato no dia da Consciência Negra sempre existiu... mas é isso que eu falava, uma coisa é você falar do racismo e você não se ver como o sujeito vítima do racismo, eu não me via nesse lugar... quando eu me vi nesse lugar, minha cabeça entrou em pane... porque aí você vai lembrando de tudo que você passou, de tudo que você sempre enfrentou... como eu dei o exemplo da minha irmã... a gente enfrenta, mas a gente não tem a consciência e a dimensão do que você tá enfrentando...porque, na verdade,

você tá enfrentando uma estrutura... não é uma piada... você tá enfrentando uma estrutura racista... e quando você faz o ato, você ta enfrentando uma estrutura racista... e num primeiro momento, você tinha isso como temática, mas quando você fala essa coisa do quilombo, enquanto cultura, a negritude tá no nosso corpo, tá no nosso fazer cotidiano, você reconhecendo ou não... e isso vai se expressar naquilo que a gente faz, e se expressava no IFEP...se expressava na roda... quando no Conexão de Roda... era um debate que eu tinha com a Jéssica, ela falava assim " São expressões culturais"... eu falava assim "São expressões culturais negras"... mesmo o meu processo de consciência ainda tá lá nesse início... porque eu tomei consciência da minha condição racial muito tardiamente... primeiro eu tive essa consciência de ser uma mulher negra, de fazer parte da população negra dessa consciência...então esse foi um processo de construção porque primeiro eu tive com essas pessoas que faziam o debate de classe...como mulher você vai vendo que tem limite esses espaços... que são construídos e que a participação é majoritariamente de homens... então tem alguma coisa que tá dando errado, que tá faltando... então eu começo a procurar um movimento de mulheres.. isso em 2005... 2005 foi um momento de muitas questões... eu já tava na faculdade... então eu entro, faço um curso de mulheres e economias, oferecido pelo PACS, no sindpetro... depois disso, no outro ano, a gente faz uma articulação de trazer o curso para a Zona Oeste... e aí em 2006, o curso acontece na FEUC e desde então todos os anos até hoje você tem uma edição do curso de mulheres e economia na Zona Oeste... então esse processo de construção foi isso, mas a expressão tá no nosso corpo, tá no nosso fazer... então vai se expressar em tudo o que a gente faz e a estética vem primeiro... essa coisa de você se identificar, de você usar as cores, usar um turbante... do cabelo encrespar, de você tornar seu cabelo mais natural... tudo isso vai acontecendo... então é um movimento subjetivo e isso o tempo todo vai aparecendo... então, pra gente pensar o futuro é necessário pensar essa progressão... quando eu digo que os jovens foram fundamentais pra esse enfrentamento pra que essa pauta tomasse corpo e tomasse corpo com todos os atritos, porque aí as pessoas brancas que constroem o IFEP vão dizer "vocês estão me acusando de racismo"... e de fato são... e de fato são privilegiadas, querendo ou não são... é isso, tão ali... é como eu falei... se a gente tem uma cultura negra que se expressa no nosso corpo, o racismo também vai se expressar... de diferentes formas... só que se essa juventude faz isso, também tem uma radicalidade de querer... to falando desse movimento pra entender a construção... e esse movimento vai permitir a continuidade... só que ele não é no tempo que a gente necessita... ele é no tempo de consciência e de sensibilização... porque o IFEP é um espaço misto, de homens e mulheres, de brancos e negros... se fosse um espaço de auto-organização de mulheres negras, da população negra, talvez isso acontecesse em outro tempo... e tivesse a pauta negra como central, mas não é... a gente tenta trazer a pauta negra e tem tentado no nosso fazer cotidiano, tanto isso é o esforço de construir o NEAB e tem tentado isso... a questão racial é estrutural...ela não é acessória... ela é estrutural e a gente precisa pensar o social que é pautado pelo racial... então isso é uma construção... então isso pode definir o futuro do IFEP... a nossa capacidade de continuar fazendo esses enfrentamentos, porque sem enfrentamento não há construção... direito ninguém dá, né? Direito a gente conquista... e aí o direito de entender que a sociedade é racista e que me afeta diretamente e que as pessoas brancas que constroem o IFEP se sintam sensibilizadas a isso e vire um parceiro que se torne um aliado na luta antirracista isso também é processual...porque eles precisam sair desse lugar de que "estão dizendo que eu sou racista"... porque aí acaba virando uma vitimização entendendo que esta estrutura coloca, sim, essas pessoas em lugares de privilégio... então se o meu movimento de me entender como uma mulher negra também teve um processo, o movimento das pessoas brancas de se entender num lugar de privilégio também tem um processo... e aí depende de que o

quanto a gente tá dispostos a construir esse movimento junto, num espaço misto, que vai ter diversos conflitos... raciais, de gênero, de opressões... a gente falava, no passado que o IFEP era pra ser uma expressão da sociedade que a gente quer construir... só que isso é utópico demais....o IFEP é a expressão dessa sociedade e vai reproduzir todas as opressões que tem nessa sociedade... e se a gente fecha os olhos pra isso, a gente é incapaz de construir as transformações que a gente quer... porque a gente não se vê como opressores, nas diferentes formas que a gente pode reproduzir o que pior tem nesse sistema que a gente carrega... então eu acho que, talvez, a galera mais jovem não consiga perceber esse movimento e acha que a ruptura tem que ser abrupta mesmo, tem que romper, tem que falar e tem que dividir os brancos e tem que ser o espaço do negro... porque a maioria constrói são os negros... a maioria que faz são as mulheres negras, e é de fato... não tenho dúvida disso... nos primeiros anos do IFEP não teve um final de semana que eu não tivesse no IFEP... não teve uma atividade de cuidado e faxina que eu não participasse do IFEP...participasse limpando o IFEP, participasse debatendo politicamente o IFEP... teve um caso, sobre essa expressão do racismo, com a própria Celia... a gente fazendo limpeza, a geladeira tava congelada...e era uma geladeira velha que a Rose tinha doado... aí tava aquela geladeira que o congelador tava tapado de gelo... aí a Celia “tem que limpar essa geladeira... o pessoal faz faxina e não limpa a geladeira”... ela tirou a tomada da geladeira e foi embora... aí surtou a sinhazinha... eu fiquei puta... no outro mês que ia ter faxina, eu fale pra ela “ você vai limpar a geladeira? Se você for limpar a geladeira, você desliga”... aí ela ficou meio assim, de olho arregalado... aí ela foi, desligou e limpou a geladeira toda...é assim que se expressa o racismo, é assim que se expressa a branquitude... as pessoas tão acostumadas a dar ordem... então numa relação que você quer construir a igualdade, você vai enfrentar todos no espaço misto... é isso, uma mulher que estava lá se colocando no espaço de opressora de outras mulheres... imagine quantas vezes ela já não fez isso, apesar de discutir a desigualdade... isso tudo o que a gente fala... eu experimente isso aqui, nesse espaço... não é simples, né? É uma complexidade danada... agora, o IFEP é um potencial... como surgiu a Larissa, como surgiu a Fernanda, a Ellen, que a gente tava falando... a Ellen fala “Eu divido a minha vida antes e depois do IFEP”... eu não sou fruto do IFEP, mas sou de alguma forma... porque o que me constituiu fez com que eu ajudasse na construção do IFEP... então é isso, é um lugar que é muito importante pra essa tomada de consciência, eu não tenho dúvida disso... e a tomada de consciência das diferentes desigualdades, mas que esses desigualdades também passam por nós... não tem esse lugar e essa pessoa idealizada, isso é uma construção.

**Transcrição de Áudio**

**Entrevistado: Tobias Faria**

**Tobias:** Eu me chamo Tobias Tomenis Faria, tenho 55 anos... sou nascido e criado em Campo Grande... aqui eu construí a minha vida, aqui a minha filha nasceu... aqui eu convivi a vida inteira... aqui eu aprendi o que sei... 55 anos nessa região... sou apaixonado por Campo Grande... eu tenho formação em Ciências Sociais... eu fui professor da rede estadual por dois anos... hoje em dia eu não vivo da atividade de ser professor, porque eu também sou administrador de empresa, e trabalho numa empresa no ramo de automação... mas eu sou um educador popular... eu atuo como educador popular nos mais variados espaços... sobretudo naquele espaço que a gente denomina de fé e política...

**Jorge: Quem é Tobias como sujeito político?**

**Tobias:** a minha formação ela se dá a partir de uma exigência do evangelho... como que é a minha formação política? O meu cerco social ele se dá a partir de uma identificação, no final dos anos 70, com a igreja de base, com uma igreja voltada pros problemas da América Latina, pros problemas da teologia da libertação... aquela igreja que contribuiu para que os indivíduos, que os atores e atrizes... contribuiu pra formação do PT, da CUT... eu sou fruto dessa igreja... a minha compreensão de realidade e a minha compreensão de intervenção na realidade se dá neste período... no momento em que a igreja estava voltada pra isso... eu estou falando de final dos anos 70, início dos anos 80, tinha então 16, 17, 18 anos... e que eu me abro pro mundo a partir de uma exigência do evangelho, na linha que nós acreditamos, nos obrigava a intervir nos rumos da sociedade...

**Jorge: Eu uso a pesquisa do Willian Vieira sobre o Núcleo Socialista de Campo Grande para embasar as minhas leituras, só que tem um recorte diferente. Ele estuda o Núcleo como um movimento social, a minha pesquisa tá ligada à importância do Pré-Vestibular do IFEP na construção do pensamento antirracista, porque eu entendo que o IFEP conseguiu construir uma militância de algumas pessoas que saíram de lá com um pensamento antirracista e hoje, nos espaços que eles estão na Universidade, eles levam esse pensamento antirracista, por conta de uma construção que eles tiveram no IFEP. Lendo a pesquisa do Willian, eu percebi que o Núcleo Socialista de Campo Grande é uma construção que vem antes do IFEP, vocês se reuniam, conversavam, discutiam e tiveram a ideia de construir o IFEP e o Pré-Vestibular Social. A pergunta é: como que surge a ideia desse Pré-Vestibular dentro do Núcleo Socialista de Campo Grande?**

**Tobias:** Primeiro assim... o Núcleo Socialista de Campo Grande é fruto de uma experiência anterior que é o núcleo do PT... em 2000, ou ainda, em 99, nós fundamos um núcleo do PT, que, na ocasião, chamávamos de núcleo Frei Beto, o que era um risco, porque a gente não deve dar nome de pessoas vivas, né? Esse núcleo ele existiu organicamente ainda que estivesse no final da vida orgânica do PT de base, mas ele existiu até 2002... em 2002, no processo eleitoral, esse núcleo dizia

claramente o seguinte: nós precisamos estar organizados para conduzir este governo, caso eleja, estamos falando de 2002, num momento em que não havia o PSOL... nós precisamos estar organizados pra defender este governo ou pra orienta-lo pra esquerda... e nós dizíamos o seguinte... eu lembro perfeitamente do texto que nós discutimos em meados de 2002... lá se vão alguns anos, em que nós discutimos exatamente isso... nós precisamos organizar, no Brasil inteiro, espaços de defesa do governo ou de orientação do governo... de levar o governo pro caminho certo...quando, em 2002, e depois quando em 2003, quando estava claro pra nós que o PT não era aquilo que nós sonhávamos, nós resolvemos deixar o PT... e existiu naquela época, a partir de Minas Gerais, mas aqui no Rio de Janeiro, referência era Victor Valla e Ivo Besbalpan... uma ideia de criar núcleos socialistas... a ideia era que criássemos núcleos socialistas por todo o Brasil, que não fossem ligados ao Partido dos Trabalhadores... naquela ocasião já havia claramente uma ideia de rompimento com o partido... em 2002... para que nós pudéssemos ajudar a mobilizar a população nessa perspectiva... nós rompemos com o partido e criamos o Núcleo Socialista de Campo Grande... nós estamos falando de 2002... esse núcleo existiu a vida inteira... se você for perguntar pra outras pessoas, provavelmente, vão ter explicações diferentes... só que tinha duas outras experiências fundamentes em Campo Grande... primeiro no Campo, ainda hoje existe... Centro de Apoio Popular da Zona Oeste, na rua Camanducaia, tinha um Pré-Vestibular... que eu tinha dado aula... que naquela ocasião era coordenado pela Marina Ribeiro, hoje no IBASE... naquela ocasião já nós tínhamos construído um outro Pré-Vestibular na FEUC... coordenado pela professora Celia Neves e professora Rose...nessa ocasião eu era estudante da FEUC, fazia Ciências Sociais... estávamos nesse pré-vestibular... então nós tínhamos o Núcleo Socialista de Campo Grande, nós tínhamos o Pré-Vestibular do Campo, o Pré-Vestibular da FEUC e tinha o Pré- Ensino Médio que, inicialmente, era do Campo, mas que o Campo não tinha mais espaço pra existir, ele foi pra FEUC... então o IFEP é fruto de quatro experiências, que não são distintas, porque claramente havia diálogo entre elas... ao meu juízo, o que dava liga política era o Núcleo Socialista de Campo Grande... os espaços de formação do Pré-Vestibular do Campo, do IFEP e do PEMP eram fantásticos... mas o que dava liga política era o Núcleo Socialista de Campo Grande... diante da dificuldade continuar com o Pré-Vestibular no Campo e diante dos limites claros que havia, de termos um Pré-Vestibular que se propunha revolucionário dentro de uma instituição privada de ensino com toda a importância e com toda a trajetória da professora Celia Neves e com toda a liberdade que a professora Celia Neves tinha naquela instituição, nós entendíamos, inclusive ela, que a gente tinha que ter um espaço próprio... então, numa reunião do Núcleo socialista de Campo Grande, aqui em casa, a gente pensou o seguinte: por que a gente não reúne esforços de alugar uma casa e reunir o Pré-Vestibular do Campo, o Pré-Vestibular da FEUC, o Pré-Ensino Médio da FEUC e o Núcleo Socialista de Campo Grande num único espaço? Surgiu o IFEP... o IFEP surge então, daquilo que a Marina Ribeiro, chama na melhor definição que existe, de uma insanidade coletiva da junção insana e coletiva de dois Pré-Vestibulares, do Pré-Ensino Médio e do Núcleo Socialista de Campo...por que insanidade? Porque nós já nascemos pensando que a gente queria ser transgressor... a gente queria ter um espaço próprio para que pudéssemos transgredir a ordem imposta e precisava, necessariamente, ser coletivo... por isso quando nós nos reunimos pra pensar o IFEP, a gente listou quem eram as pessoas que poderiam contribuir minimamente com algum valor pra pagar um aluguel de uma sede... um mês depois, Daniel Azeredo, companheiraço, encontrou uma casa na Vila São João, Rua Henri Dunan, e trouxe pra gente a ideia fantástica: “encontrei a casa”... poucos dias depois, estávamos nós lá pintando a casa e sonhando coletivamente...

**Jorge: Como você vê a importância política que o IFEP tinha e tem na região de Campo Grande?**

**Tobias:** Eu penso que o IFEP é uma experiência audaciosa... porque ele não era e não é, penso eu, hoje, por não estar na direção, penso que ainda é assim... ele não é algo que se alinha com as formas de pensar política existentes... eles não é igual aos partidos políticos, eles não é igual aos movimentos sociais organizados da forma como nós estamos acostumados... porque ele já na sua gênese, no seu nascedouro, ele se propôs a pensar fora da caixinha... o IFEP é fundamental... na ocasião em que ele foi pensado e, ao longo da sua trajetória, e decerto, até hoje, o IFEP é uma referência na Zona Oeste como uma possibilidade de se fazer política, independente de estar ligado a esta ou àquela organização e, sobretudo, sem demonizar as organizações políticas existentes. O IFEP se propôs a ser, e ainda hoje eu entendo que ele se propõe a ser, a síntese das experiências de lutas existentes na região... o nosso sonho, e certamente ainda é o sonho do IFEP, é de ser a síntese das diversas formas de lutas contra a opressão... sempre nos animou, e nos animou no Pré-Vestibular, nos animou no Pré-Ensino Médio, nos animou no Cine IFEP, nos animou nas festas nos animou na coordenação, nos animou nos inúmeros atos que nós fizemos no calçadão de Campo Grande a ideia de nós sermos uma organização, uma instituição, uma organização política que atraía pessoas que percebiam as opressões e queriam lutar contra elas...então, numa palavra, penso que o IFEP é imprescindível.

**Jorge: Na discussão que você participava, em algum momento teve como eixo, na formação, com os debates, com os alunos, diretamente, a importância do combate ao racismo como eixo?**

**Tobias:** O IFEP nasceu combatendo as opressões... todas elas... o IFEP sempre teve um recorte de classe claro é óbvio... e até pela própria composição do seu nome, um Instituto de Formação Humana e Educação Popular... ele, em diálogo com a classe trabalhadora, ele sempre se propôs a ser esta organização que fazia com que os horizontes fossem mais amplos, de alargar os horizontes...questões como a questão do machismo, ou como, por exemplo, a questão do racismo, sempre esteve dentro da lógica do IFEP... e figuras, pessoas, dirigentes do IFEP, como a Marina ou como a Rose, ou como a Thayná... são mulheres negras... elas o tempo inteiro nos provocavam, a todos nós, homens e mulheres, negros e negras, brancos e brancas, não negros... elas nos provocavam o tempo inteiro a pensar o racismo estrutural como fundante de uma sociedade que a gente entendia que tinha que lutar contra... mas essas companheiras, sobretudo... e eu penso que a experiência da Marina... o trabalho da Marina junto à juventude negra, junto a uma juventude que sofreu e sofre com o extermínio... que sofreu e sofre com a malvadeza do capital foi importantíssimo pro IFEP... porque a Marina levou pro IFEP essa experiência e provocava a todos nós o tempo inteiro a pensar nisso... Então, o IFEP não era naquela ocasião, pelo menos... uma instituição que tinha como foco central a questão de gênero ou a questão de raça... como foco central... mas nunca deixou de estar no nosso ideário... então essas companheiras foram fundamentais pra mostrar isso pra gente e pra fazer com que, no nosso dia a dia e, sobretudo, no nosso espaço de educação que nós tínhamos, o tempo inteiro isso era um debate feito... nós nunca nos furtamos... vou repetir... Pré-Vestibular, PEMP, Cine, as rodas que nós tínhamos, as festas que nós tínhamos... nós nunca nos furtamos de denunciar o racismo estrutural como algo que formatava essa sociedade que a gente era contra... isso sempre teve no nosso ideário.

**Jorge: Você vê o IFEP como um instrumento de formação também de militância, né? Essa perspectiva que você tá me trazendo é uma perspectiva que me parece**

**que o IFEP, além de ser um pré-vestibular, além de ter surgido de um Núcleo Socialista, ele claramente tem uma intenção de avançar numa consciência crítica. Essa junção que a gente tenta fazer entre as questões de raça, de gênero e de classe... o IFEP já tinha isso como um dos eixos, essa costura...**

**Tobias:** Tinha, claro... e tinha porque, na verdade, as organizações que constituíram o IFEP já tinham isso no seu ideário... já tinham isso claro... já estava claro pra essas organizações a importância de lutar contra o racismo... porque eram organizações de formação pro ingresso no Ensino Médio, pro ingresso na Universidade...mas nós nunca deixamos de lado essa perspectiva da formação política... o que a gente sempre disse é o seguinte, pra nós o Pré-Vestibular não pode ser apenas um espaço em que nossos professores e professoras vão ensinar matemática, português, física e química, em que pese a importância de fazê-lo pra que o aluno ou aluna ingresse na Universidade... para além disso, nós queremos que os nossos integrantes possam sair daqui com uma outra consciência... então, na verdade, quando o IFEP é construído isso se dá naturalmente... porque isso já acontecia no Campo e já acontecia na FEUC... A professora Celia Neves, na FEUC, junto com a professora Rosilene já faziam isso na FEUC... a professora Marina Ribeiro e a professora Rosilene já faziam isso no Campo... então quando a gente constrói o IFEP isso se dá como algo absolutamente normal, porque isso já era feito... a denúncia do racismo e o anúncio de uma sociedade em que as pessoas não são olhadas de onde elas vêm, pelo CEP que elas têm ou por sua origem racial já estava claro pra gente... o IFEP só reafirmou isso... não é mérito do IFEP, ele reafirmou isso... porque eram princípios que já existiam nesses espaços... a Marina já fazia isso... a Marina é nossa principal referência.

**Jorge: Acontece um movimento de construção de Pré-Vestibulares, a experiência do SINTUR- UFRJ; logo depois Frei Davi, com o PVNC... essas experiências influenciaram em algum momento o pensamento de vocês ou já teve um debate que precede isso? Como você vês essa relação de Pré-Vestibulares para Negros Carentes, o IFEP. Teve alguma influência, de alguma forma?**

**Tobias:** Primeiro vale a pena pensar que, de alguma forma, o IFEP é fruto dessa experiência do Pré-Vestibular do Campo, mas, anteriormente, o Pré-Vestibular do Campo é fruto de uma outra experiência que é um Pré-Vestibular que acontecia numa igreja, onde o Henrique Vieira era professor, nesta ocasião... então, observa... é isso... nós somos sujeitos históricos... esse pré-vestibular da Igreja de São João Evangelista contribui fortemente pra construção do Pré-Vestibular do Campo, onde a Marina estudou e depois coordenou... e que depois foi fundamental pra construção do IFEP e que a gente tem, ao meu juízo, a Marina como a principal referência...como mulher, negra... como alguém que sai de uma situação de opressão, no sentido amplo da palavra.. em que faz o Pré-Vestibular ir na linha do que você colocou... um Pré-Vestibular que alarga horizontes, mas que sofre enorme influência da Igreja... e aí vale dizer que o IFEP não é e nem nunca foi uma instituição confessional ou ligada à Igreja, mas que tinha figuras como a Marina, que tem origem na Igreja... então tem referências fortemente nessa igreja que você cita, por exemplo, da Campanha da fraternidade de 88... então nitidamente, nós somos frutos disso... porque, no fundo, no fundo... nós somos frutos de um caldo de cultura... nós somos frutos desse mosaico que eclode um pouco depois... mas desse mosaico que lá na origem a Igreja fazia parte enormemente... então de certo que isso tava presente... isso com relação à Igreja...em relação ao Pré-Vestibular Negros e Carentes, nós nunca fomos ligados a uma rede de Pré-Vestibular...aliás, na monografia de graduação da marina ela trata

disso... nós nunca deixamos de vislumbrar a importância que esse Pré-Vestibular tinha... então o PVNC, certamente, me parece, nos influenciou... não nos influenciou institucionalmente, mas nos influenciou na forma de pensar... e a Marina, como nossa principal referência, tinha claramente essa influência que todos nós tínhamos... porque, pra nós que construímos um Pré-Vestibular, e pra nós que construímos o IFEP, o que nós queríamos? Nós queríamos romper com a exclusão... nós queríamos romper com a enorme degradação humana que esse projeto de capital nos impõe e o Pré-Vestibular pra Negros e Carentes ele, para além de contribuir que as pessoas ingressassem na Universidade, ele propunha pensar a exploração sobre negros e negras... então é óbvio que isso nos influenciou... insisto: não nos influenciou institucionalmente, mas influenciou na forma de pensar, na forma como nós construímos o Pré-Vestibular do Campo, a Marina com a Rosa, a Celia e a Rose da FEUC, no Pré-vestibular da FEUC, que depois juntou no IFEP, isso tudo gerou enorme influência do PVNC nessa beleza de pensar, assim como as mulheres dizem, que o feminismo, essa ideia maluca de achar que as mulheres têm direitos, nessa ideia maluca de achar que negros e negras têm direitos nesse país extremamente racista que vivemos.

**Transcrição de áudio**

**Entrevistada: Rosineide Freitas**

**Rosineide:** Me chamo Rosineide Freitas, tenho 35 anos... sou oriunda de um Pré-Vestibular importante na Zona Oeste... importante pra minha vida... o PVT do CAMPO, que é uma ONG chamada Centro de Apoio ao Movimento Popular da Zona Oeste... estudei lá em 2004 e 2004 foi um divisor de águas na minha vida... porque existia uma jovem que tinha uma inquietação, que tinha um âmbito, que era uma liderança latente porque eu fui aluna do SETUR, eu estudei em CIEP e tava envolvida com esporte, que cai naquele Pré-Vestibular e naquele Pré-Vestibular é desvendado o mundo, é desvendadas possibilidades... é desvendada a crítica à educação pública... é desvendada a Universidade Pública... é desvendado o racismo, é desvendado o capitalismo... então é um divisor de águas... e dali eu criei laços de uma vida inteira de amigos, que não eram só amigos de vida, mas eram amigos quem iam dividir comigo as inquietações e os desejos de transformação... então foi um divisor de águas... um grupo que vai culminar na criação do Instituto de Formação e Educação Popular, em 2010... que é um salto qualitativo daquilo que a gente já fazia... o IFEP é uma ousadia e um salto qualitativo, de um amadurecimento político de um grupo que queria a sua independência e achava que podia fazer mais e fez mais.

**Jorge: Você falou de onde você vem... isso é importante porque você é uma liderança política e acho que essa semente foi plantada lá atrás.**

**Rosineide:** Acho que já existia em mim porque... com o distanciamento da história e com um acúmulo de experiências, de leituras, de vivências... você consegue fazer uma análise mais qualificada do que foi sua trajetória na vida... e aí eu já tinha uma liderança porque minha trajetória como presidente do grêmio do SETUR... foi muito revolucionária... mas eu tinha dezesseis anos, entende? Mas era um colégio técnico dentro da Universidade e tal... foi bem legal... eu fui presidente do Grêmio do curso que era um curso marginalizado, que era o curso de economia doméstica, que só tinha mulheres e tal... eu fui a segunda menina presidente, a primeira do meu curso... juntei

pessoas dos três cursos pra compor a chapa...me elegeram como presidente... então eu fazia discurso em cima do mesão... então já existia alguma coisa ali... sei que o Pré-Vestibular ia ser uma professora... com o Pré-Vestibular eu acabo sendo uma figura política... sou nascida e criada em Campo Grande, na Zona Oeste... não tenho a menor perspectiva de sair daqui, morando no Rio de Janeiro... não vou envelhecer no Rio de Janeiro que essa cidade tá o caos, cada vez mais o caos... estudei na Rural... eu fiz SETUR, porque minha mãe queria que eu fizesse Patologia Clínica no Oscar Tenório... e aí eu fui pra prova...aí descobri o SETUR... aí eu enganei a minha mãe pra eu perder a matrícula no Oscar Tenório... e me matricular no SETUR... porque os vizinhos não queriam que eu estudasse lá, porque tinha maconheiro, porque era dentro da universidade no meio do mato...eu me encantei por isso... e fiz minha mãe me matricular e no SETUR e perdi minha matrícula no Oscar Tenório... minha primeira ação revolucionária foi estudar no SETUR... e aí fiz RURAL, Educação Física na Rural, sempre quis fazer Educação Física... nunca quis fazer Educação Física em outro lugar e outro curso... fiz RURAL e depois fiz o mestrado na RURAL, uma trajetória de graduação diferenciada porque já tinha minha filha... engravidei com dezessete pra dezoito anos... sem minha mãe... quer dizer, eu faço parte das estatísticas de mulher preta, mãe solteira, jovem e tal... mas eu feri as estatísticas, né? Porque eu fui pra Universidade pública, mesmo com filho... dentro da Universidade pública eu construí uma carreira acadêmica... hoje eu vejo isso... no meu primeiro período eu já fui pro meu coordenador pedir uma bolsa de alimentação... no segundo período eu já era monitora de uma disciplina com a Elisa Guaraná... numa disciplina chamada Metodologia Científica... e aí no terceiro período eu já fui bolsista de iniciação científica PIBIC... eu acumulei três bolsas consecutivas com o José Henrique dos Santos, que é o cara com quem eu aprendi pesquisa... que pode ser corporativista direitoso, mas é um cara que pesquisa dentro da Educação Física... e eu fui três bolsas PIBIC, com premiação, viajei... apresentei trabalho, sabe? Então eu, no final da graduação, estava no mestrado... eu tinha currículo, eu tinha projeto, eu tinha grupo de estudos...eu tinha orientador... passei no mestrado, a primeira da minha linha com bolsa... então é uma trajetória muito fora da curva e sem sofrimento... e eu cheguei de paraquedas na UERJ, hoje eu sou professora da UERJ, professora do CAP-UERJ, meio no susto... não desejei estar lá, não trabalhei muito pra estar lá... não estudei muito praquele concurso... tinha uma vaga e eu fui a única aprovada da vaga.

**Jorge: e já entra no período de crise no estado e greve, né?**

**Rosineide:** Isso... crise no Estado... eu entrei ainda em greve e a primeira coisa que eu fiz foi me filiar... eu assinei minha posse e fui direto me filiar... porque eu já tinha entendido... já tinha tomado muita porrada no movimento sindical, mas tinha entendido a importância do sindicato pra quem trabalha, principalmente pros professores... eu fui professora da FEUC também no início de uma crise aguda... e o SINPRO foi importante porque se eu não saísse da FEUC, com certeza estaria na direção do SINPRO agora... e aí, com um ano e meio, hoje eu tenho um ano e meio de UERJ... eu sou do conselho regional da UERJ e fui convidada pra compor o Conselho Nacional... hoje eu sou primeira tesoureira, vou tomar posse agora no CONAT.

**Jorge: Você começa a falar que antes mesmo do Pré-Vestibular do CAMPO, você já tinha algo. Em algum momento, hoje você analisa que essa algo mais que você tinha sem saber o que era também foi alimentado por aquele lugar, naquela época? O lugar da mulher preta?**

**Rosineide:** Não sei se eu qualifico o racismo, né? Mas é o fato de ser a figura que sou dentro dessa sociedade, que é uma sociedade racista e machista... então eu sendo

mulher negra, a opção ou a única forma de tentar ser fugir da estatística é isso... eu fiz uma sessão de terapia com uma terapeuta preta, maravilhosa... e aí eu sei de onde é a raiz, de como que essa percepção do racismo não foi o que me alimentou... porque a minha mãe me constituiu muito independente, muito altiva... a minha mãe me fez ser altiva... e em ser altiva, o caminho de militância é que vai dar vazão a essa altivez... entende? A minha mãe sempre me levou a todos os espaços e me fez não sentir tanto na pele o racismo que havia nesses espaços... pra você ver o simbolismo disso: a minha mãe, uma vez no mês, ela arrumava dinheiro emprestado, levava a gente no Barrashopping, pra comprar roupa numa loja chamada "lápis de cor", que hoje eu tenho consciência de que não tinha nenhuma criança preta... eu entrava lá, era cliente que recebia mensagem de feliz aniversário em nove de fevereiro... então, a minha mãe construiu uma mulher preta que soube sempre enfrentar o racismo de forma altiva, percebe? Não é que eu não percebia ou que não sentia, mas eu enfrentava de forma altiva... eu impunha a minha presença nos lugares sempre porque eu não fui privada, não tinha limites pra mim nos espaços, entendeu? Então, isso é fantástico, cara... isso é revolucionário... porque eu circulava nos espaços... o racismo não foi capaz de me privar dos espaços.. então eu consegui enfrentar esses espaços que são racistas de forma diferente, entende? Hoje eu tenho consciência disso, porque eu passei muito tempo pensando "cara, isso é estranho... cadê minha depressão que o racismo tem... cadê, que todo mundo se rasga e eu não me rasgo tanto assim"... sabe? Aí eu fui lembrar de como que eu fui criada por uma mulher preta, mãe solteira com duas filhas... e eu acho que é por aí... então essa minha constituição que fez uma boa confluência com o que foi o Pré-vestibular.

**Jorge: Qual a importância política que o IFEP tem na região de Campo Grande, ou teve?**

**Rosineide:** o IFEP foi um grande feito pra região de Campo Grande, isso eu tenho que assumir... eu tô falando que é importantíssimo, mas ele foi um grande feito pra região... porque a região não tinha experimentado um grupo com a nossa característica e com a nossa utopia política... ninguém ali queria com o IFEP ganhar grana... ninguém ali queria o IFEP atrelado a algum partido político... ninguém ali queria com o IFEP constituir cadeira de gestão, etc... então isso é um feito pra região de Campo Grande... não existe outra experiência dessa nessa perspectiva de não se constituir como uma ONG, não se constituir como um braço político-partidário... e ao mesmo tempo dialogar com tudo isso... então a gente dialoga com partido político, dialoga com ONG e dialoga com sindicato...então essa é uma experiência política importante e que vai ficar na história e que pode inspirar outros grupos nesta perspectiva, que eu ainda defendo que tenha essa perspectiva... eu ainda acho que a gente não tem que se institucionalizar... ainda acho que a gente precisa manter essa dinâmica de diálogos com os partidos de esquerda, mas guardada a nossa independência... ainda acho que a gente não tem que ter militância recebendo para militar no IFEP... ainda acredito nisso... e não é uma visão purista, é uma visão política... exatamente por isso que é muito difícil coordenar aquele espaço e manter aquele espaço... não tem ninguém deslocado da sua função para estar ali e se dedicar a isso... por isso que eu acho que a independência política... e também foi um espaço importante de manter, dentro da região, um espaço de ordem popular... hoje em Campo Grande, que eu saiba, existe talvez Pré-Vestibular dentro de Igreja, só... não sei.

**Jorge: Você é católica ou teve alguma formação católica?**

**Rosineide:** não... mas eu sei aonde você vai chegar... mas existe aí um corte temporal, tá? Porque eu sou jovem... eu não sou católica, porque eu não sou da geração da Marina... se eu fosse da geração da Marina, se eu caminhasse pra isso, seria... mas eu sou de uma geração depois... a geração depois teve já o contato com esses que só construíram pré-vestibular porque estava na Igreja... eles nos guardaram a possibilidade de sermos não ligados a nenhuma religiosidade... foram eles que nos deram essa possibilidade... e também nunca fui filiada a partido político... isso era uma coisa que eu já consegui trabalhar em mim... já consigo lidar com as minhas questões, mas não consigo ainda de que a filiação partido político vai contribuir pras possibilidades de lutas que tem... porque eu acredito, mas não sou avessa aos partidos de esquerda, participo, dialogo, faço campanha, mas...

**Jorge: Mas eu quero falar do IFEP e do Núcleo Socialista, que os dois se confundem em algum momento...**

**Rosineide:** mas os atos não são do IFEP...eles são do Núcleo Socialista... porque os atos não começam em 2010, eles começam em 2005... os atos começam naquela mesa de madeira, na casa do Tobias, de uma inquietação, a gente discutindo política ali, análise de conjuntura... "e o que que a gente faz com isso, a gente precisa botar pra fora"... então nasce dali.. e eu lembro que a gente já ousou fazer atos organizando no SINPRO reunião pra fazer ato... a gente já fez reunião com o pessoal de Guaratiba pra fazer ato... então, depois de um tempo, como a gente se confundiu Núcleo e IFEP, parecia IFEP porque a gente tava naquela sede... mas não era IFEP na medida que a maioria das pessoas do IFEP não se implicavam na organização de pensar os atos... éramos eu, Marina, Tobias, Daniel... que sempre estávamos... a gente representava muito mais o Núcleo do que o IFEP.

**Jorge: Você vê o IFEP como um instrumento de combate ao racismo?**

**Rosineide:** ele é... ele não tem uma institucionalidade clara disso, mas ele é enquanto princípio, enquanto concepção, enquanto dinâmica... ele é enquanto existência... então negros e negras e as pautas são sempre pensadas, sempre há esse cuidado porque isso tem que ser uma luta de qualquer militante, de qualquer pessoa que pensa uma sociedade diferente, né? Então se não combate isso é estranho... ainda que isso não fizesse que a gente experimentasse o racismo ali dentro, né? Todos nós... alguns mais e menos... eu mesma já peguei com atitudes racistas ali dentro, sabe? Mas sempre vigilante... então ali é um espaço de combate... não é porque é um espaço de combate antirracista que a gente tá numa bolha, longe dessa sociedade, que é estruturalmente racista... mas a gente tá combativo... e isso cada vez mais... isso não tava claro na nossa cabeça lá em 2010, né? A gente tinha ações mais concretas sem ter as datas marcadas, né? E ao longo do tempo e por conta da nossa qualificação também e vários outros espaços que a gente circula, isso vai ficando mais claro de ser hoje, culminar hoje do IFEP estar aí lutando pra criar um núcleo de estudos né? Um NEAB dentro do IFEP... então isso faz parte da trajetória de caminhada... então o IFEP é um instrumento hoje mais institucionalizado, mas sempre foi um locus de construção de relações antrracistas.

**Jorge: De certa forma, quem via uma agenda de Dia das Mulheres, Consciência Negra... via ali uma pauta que as opressões dialogavam com as questões de classe. O Núcleo Socialista também tinha algumas questões que se relacionavam às questões de classe. Você acha que a questão negra, que saltou em algum momento, tinha influência de pessoas como você, como Marina, mulheres negras, tinha influência desse tensionamento que qualquer espaço**

**político tem, ajudou ou a coisa das opressões caminhava com as questões de classe?**

**Rosineide:** é isso... porque o corte sempre foram as questões de classe... ou seja, a linha condutora são as questões de classe...são recortadas pelas diversas opressões, né? Sempre foi isso... a essência é essa... mas aí, com o aprofundamento de cada uma de nós, porque os homens não trouxeram isso, as tensões começam a se aprofundar e aí a correlação de forças também começa a se modificar, né? É preciso ter mulher, é preciso ter uma mulher negra, ´´e preciso ter um negro, sabe? O Conexão de rodas fala muito mais da pauta racial pra fora do que pra dentro, ta? Porque o IFEP expressa as pessoas que o dirigem, né? E nós, o núcleo duro, não é o núcleo da cultura...não era... então, o Conexão de rodas parecia uma coisa revolucionária, mas era uma tensão e era pesado fazer...porque o núcleo duro não é da cultura... então era uma tensão pra gente, foi importante, foi revolucionário, a concepção era essa mesmo, mas não era uma concepção marcadamente na concepção racial porque quem trazia era uma pessoa da cultura, que queria trazer coisa da cultura e não tensionava a questão racial... ainda que quase que indissociável, quando a gente fala sobre o samba, o jongo, a capoeira, é indissociável.... mas não tava no discurso claro, entendeu... então ficava muito mais pra fora, do que pra mim que vivi, ralando uma condição absurda porque hoje eu consigo perceber e falar com muita tranquilidade de que não sou da cultura, sou coadjuvante da cultura, eu seguro o microfone e faço xerox... porque não é da minha pegada, eu sou da educação, da educação popular... eu sei falar, sei organizar seminário...sei organizar ato político de uma outra forma... então você enxerga mais o Conexão de roda como esse braço que tá ali marcado dentro dessa linha classista do que efetivamente foi... agora ter mulheres pretas na gestão... só a nossa figura já tensionava o discurso... só a nossa estada e a nossa figura e a posição de comando que nós tínhamos já tensionava de pronto o olhar, a postura, a construção das pautas... e isso é importante e revolucionário porque não temos mulheres negras nos espaços de direção no movimento de esquerda... então ter eu e Marina como vozes de direção já era algo muito revolucionário... quem eram as figuras do IFEP? Eram dois homens brancos e duas mulheres pretas periféricas... isso não é pouca coisa... e isso, de pronto, já tensionava... e com o aprofundamento nosso e o envolvimento com o movimento de negros e negras, com o movimento negro e o estudo e clarificar a ideia... pra mim hoje é muito claro que na construção do Brasil a questão racial ela é o cerne da questão pra luta de classes, pra mim tá claro... e quanto mais ficava claro pra gente, mais a gente impunha e mais optava e dirigia pras pautas raciais... isso foi com o tempo... a gente tem oito anos de IFEP, como a gente trata as coisas dos últimos quatro anos é radicalmente diferente do que nos primeiros anos.

**Jorge: Alguns alunos acabaram se tornando propagadores de uma perspectiva contra hegemônicas e na fala deles tá muito forte o combate ao racismo. Você vê ou via o IFEP como um instrumento que pode criar militantes ou a ideia não é isso?**

**Rosineide:** Eu acho que... hoje, eu consegui sensibilizar mais uma pessoa pra entrar pra coordenação geral do IFEP... o João tá há um ano no IFEP... hoje tá na RURAL fazendo Letras e se colocou à disposição pra estar na coordenação geral... pra mim ele se constitui militante... porque imagina uma pessoa que se percebe tanto naquele espaço que ele assume o compromisso de pensar gerir, falar pra fora daquele espaço... a coordenação geral é isso... o IFEP não é um lugar de formar militantes, mas a gente sensibiliza as pessoas e é um lugar de encontro de pessoas inquietas que conseguem ali entender melhor as suas inquietações dar vazão a elas... não

consigo qualificar como militante, mas o IFEP ainda é esse espaço... ele não foi pensado pra criar militantes, mas foi pensado pra que a gente tivesse um espaço independente pra criar inquietações e encontros, que são encontros revolucionários, que não são encontros do bar, de uma festinha... ali a gente discute política, faz afeto, etc...hoje a gente tá numa crise institucional de que há muito tempo atrás o IFEP era uma família e tal e agora não é mais família porque as amizades que fundaram lá não existem mais... então essa coisa, essa crise de que é o IFEP... de que não é o espaço de que toda a coordenação se ame, é amiga... e tem que ser assim... não tem que ser necessariamente... mas, ao mesmo tempo, a gente consegue, nessa confusão toda, criar afetos... esse menino que vai fazer parte da coordenação veio pra minha casa, dormiu aqui na minha casa, porque ele mora aqui em Seropédica, não tinha como vir e a gente passou a madrugada inteira conversando, a gente foi dormir sete horas da manhã, acordamos era meio-dia...voltamos lá pra cima, tomamos um café da manhã de três horas, ele saiu da minha casa quatro horas da tarde, quando chegou na casa dele, às dezoito horas, ele disse “estou à disposição para estar na coordenação geral”... então ainda é esses espaço e ainda é esse espaço porque são pessoas que guardam aquela mesma essência de que esse espaço não é uma ONG, esse espaço dá possibilidades de que vai se associar ao partido político... e eu acho que ainda é e acho que anda vai caminhar pra ser... porque, como dizem, eu sou a bastiã da história... a que consegue estar mais firme ali... Marina não consegue mais, Tobias saiu, Daniel saiu... Guilherme Alves saiu... Thayná saiu... a Carla não tem essa pegada que a nossa... ela é revolucionária, ela é militante, mas ela foge da responsabilidade política... a Carla é dentro de sala de aula... e aí a gente já tá construindo uma quinta geração, talvez... estamos na quarta ou quinta geração... e agora marcadamente é o espaço de luta antirracista e antimachista... claramente... não existe a menor dúvida... e isso é um divisor de águas porque o cara que tenha uma atitude mínima de assédio vai ser expulso... o cara que tiver uma mínima atitude racista será expulso... desse jeito... e quem entra já tá assumindo a abordagem... não se questiona mais o lugar de fala... se questiona é tratorada e tratorado... fato!

**Transcrição de Áudio**

**Entrevistado: Guilherme da Silva Santos**

**Guilherme:** Sou Guilherme da Silva Santos, estudei no pré-vestibular popular em 2013 e, a partir dos estudos do pré-vestibular, eu entrei na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 2014, no curso de Pedagogia.

**Jorge:** Você entrou pelas cotas?

**Guilherme:** Sim, entrei na segunda chamada dos cotistas.

**Jorge:** Qual foi a importância do IFEP para você?

**Guilherme:** Eu digo que o IFEP me mostrou um espaço de militância que eu não conhecia... porque, a partir do contato com o IFEP eu conheci esse mundo de militância política. Eu já tinha uma ideia do que era, mas ali no IFEP eu encontrei uma prática...então, desde quando eu entrei, em 2013, eu já fui convidado para estar lá todo Dia da Mulher, no Calçadão de Campo Grande, e, a partir disso, eu já me senti

pertencente do IFEP porque é uma galera acolhedora, então foi mais fácil essa iniciação a partir dos movimentos sociais populares.

**Jorge:** O IFEP, de alguma forma, contribuiu para a sua percepção sobre racismo estrutural?

**Guilherme:** Sim... o IFEP, pra mim, é a base do que hoje eu me constituí por ser um militante dos movimentos sociais, movimento negro, ser um educador popular... ele me abriu os horizontes para que eu pudesse enxergar essa questão do racismo e do racismo estrutural nas instituições, né? Então, chegar na Rural e dar de cara com esse ambiente acadêmico, que é estritamente branco, de poucos negros e já vir com uma bagagem, um acúmulo de uma discussão do Pré-Vestibular me ajudou bastante. Eu já cheguei com um acúmulo para discutir essa questão racial, a questão das minorias, de ser morador da periferia... então o IFEP contribuiu bastante pra isso, de já chegar com esse acúmulo, de já chegar com muita coisa na universidade.

**Jorge:** Então você se vê hoje como um militante de combate ao racismo? Isso aí perpassa a tua vida profissional, é o que você quer para o seu futuro, como militância, é isso?

**Guilherme:** Sim, é o ponto principal que eu acho, da minha luta como militante, é a questão racial, que eu acho que é o que permeia todas as outras formas de opressão e desigualdades que a gente tem na nossa sociedade. Então, eu acho que o racismo é parte integrante de todas as outras.

**Jorge:** Você vê alguma relação ou aliança possível da questão do combate ao racismo com as questões de classe, em algum momento?

**Guilherme:** Sim... do meu ponto de vista, eu levo isso, que é a questão racial é a mais estruturante porque foi em cima da escravidão, em cima do sofrimento do negro como mercadoria que a nossa sociedade cresceu e temos o Brasil que é hoje... então eu parto desse princípio... de que a economia, a elite branca dominante, a questão do machismo, porque, dentro dos meus estudos, a gente vê que a construção social do país foi em cima de abusos sexuais de homens brancos contra mulheres negras. De estupro, de fato. Então, a construção social, a miscigenação do país veio disso...a gente tem um país miscigenado por causa disso. Houve casos de mulheres brancas com homens negros, mas também eram bem poucos... então, pegando um pouco lá do Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala, ele diz que era uma forma de harmonia que existia isso. Eu acho que pega a questão racial e a luta de classes porque o branco, o homem branco, a pessoa branca, ela conseguiu dentro dessa estrutura racista sobreviver, não por ser da elite, mas ser uma pessoa pobre, mas tendo o pensamento de ascender socialmente, por ela ser branca. Já o negro, não. O negro nunca teve essa possibilidade de, mesmo sendo pobre, ter uma ascensão social ou ocupar espaços de elite, mesmo se ele tivesse dinheiro... a gente tem a Frente Negra, da década de 20 que, mesmo sendo da aristocracia, eles eram proibidos de colocar seus filhos em escolas de elite, escolas de brancos. Então, eu acho que a questão racial, não tão à frente, mas pauta todas as outras questões, a econômica, de classe ou sexual.

**Transcrição de Áudio**

**Entrevistadas: Larissa de Souza Rufino e Fernanda Barbosa dos Santos**

**Jorge: Qual o ano que vocês estudaram no IFEP?**

**Fernanda:** Eu acho que a minha relação com o IFEP é um pouco mais longa que a da Larissa, porque eu entrei meio que fazendo projeto com a escola... a gente precisava entrevistar um sociólogo e aí meu professor de Física, que também dava aula no IFEP, falou “ah, a gente conhece um camarada chamado Tobias, ele vai dar uma atenção pra vocês”... foi ótimo e acabou que eu entrei pra fazer esse trabalho e acabei que não saí. Acho que foi em 2012, 2013. Acho que foi 2013, foi o ano das manifestações, né?

**Larissa:** se você entrou em 2013, eu entrei dois anos depois... uma coisa assim, né? Acho que foi em 2015. É.

**Jorge: Vocês fazem qual curso na Universidade?**

**Fernanda:** Eu sou estudante de agronomia. Tô no terceiro período de agronomia.

**Jorge: E Larissa?**

**Larissa:** Serviço Social. Tô no quarto período.

**Jorge: Vocês entraram pelas cotas?**

**Larissa e Fernanda:** Sim.

Jorge: E qual a importância das cotas para vocês nesse processo?

**Larissa:** Importância como assim?

Jorge: Hoje, a importância no Brasil. Acho que nós vivemos anos e anos uma política que nunca possibilitou ou, mesmo os poucos que entraram, tinham uma barreira que tinha que romper para entrar na universidade pública. Então, hoje, vocês ainda veem a importância capital das cotas para a população negra, ou como o discurso da Revista VEJA, que tentou tempos atrás, que era um dos blocos de fala da burguesia, que fez uma matéria falando bem das cotas, mas já querendo colocar a superação das cotas... Então, para vocês, hoje, cumpriu, ou ainda tem muito o que cumprir o papel das cotas?

**Larissa:** Sem dúvida, as cotas são muito importantes. Acho que tem muita coisa ainda pra acontecer... acho que, de fato, tem muito pouca pessoa negra ocupando o espaço acadêmico e acho que a cota tá longe de ser superada porque surge como uma medida para resolver uma coisa até um certo ponto, dar uma igualdada, e depois “não precisamos mais de cota”. Mas acho que, pra chegar nesse ponto, vai demorar bastante, ainda mais porque eu penso que a população negra que tá à margem não tá entrando. Quem tá entrando é uma galera que... eu não tô falando que a galera não sofre racismo, mas é uma galera preta que teve um acesso bacana, uma galera que fala inglês, que estudou em escola tipo o CEFET, SETUR, FAETEC... não é a galera da escola pública, igual de onde eu vim. Quase não tem pessoa assim.

**Fernanda:** Eu concordo com a Larissa... mas só pra dar uma complementada... quando a gente vai falar desse assunto, a gente fala da militância. E a gente fala da galera preta, a gente já não tá falando da galera que tá à margem. É como a Larissa falou... é uma galera que sofre racismo, mas, ainda assim, teve acesso a uma série de outras coisas que possibilitou essa realidade, acesso a informações pra ter esse tipo reflexão também, né? E as cotas, elas são fundamentais e serão por um bom tempo, na minha perspectiva... é só a gente pensar, por exemplo... são poucos pretos na universidade hoje, eu não sei quantos seriam se não tivesse a cota... talvez fosse aquele cenário caótico de só encontrar pessoas pretas no cargo da limpeza, né? Aí, não desvalorizando essa galera, mas falar "olha, o fato de a gente estar ali, nesse cargo, é histórico, né? Que a gente tá muito a fim de superar." E eu vejo as cotas como mínimo, do mínimo, do mínimo da reparação que foi feita. É um mínimo de reparo... a branquitude, se tratando de reparação...

**Jorge: Qual foi a importância do IFEP pra vida de vocês duas?**

**Larissa:** Eu vou falando fragmentado, porque eu vou lembrando, mas atualmente, eu senti a necessidade de romper com o IFEP, mas, no início, quando eu cheguei pro Pré-Vestibular, foi muito importante pra mim, no sentido de que foi um lugar que me possibilitou ter acesso a umas discussões que na escola pública não existe. Então foi um outro mundo, umas pessoas diferentes, parecia pra mim que o IFEP era um mundo à parte. Então tinha um mundo em que eu vivia e tinha o IFEP, que era um mundo à parte. Não no sentido de estar flutuando, mas no sentido de fazer reflexões, ir em eventos que eu não tinha acesso. Quando eu entrei tinha muito poucas pessoas negras, assim como hoje, mas essas poucas pessoas negras, que era a Rose, Marina, Guilherme, Leandro, Thayná... não lembro mais... é que essas pessoas são mais importantes. Mais importantes devido a eu ter mais contato... Leandro me dava aula, Marina me dava aula, Rose sempre ia a evento, Thayná tava nas coisas também. Mas foi muito importante, porque era uma galera preta que tava pensando algumas coisas que eu entendia como muito importante pra construção do que eu sou hoje.

**Fernanda:** De início, pra aquela menininha que vinha fazendo trabalho de escola o IFEP foi um ambiente muito encantador e muito acolhedor... é um espaço muito sedutor, porque são outras narrativas, foram outras narrativas que me foram apresentadas ali e, de cara, meu contato foi mais com essa relação de estar ali como estudante, fazendo esse trabalho, depois assistindo uma aula ou outra e tal... e a forma como os professores davam aula era uma coisa que me deixavam muito surpresa, porque não era o tipo de aula que os professores davam na minha escola... e a minha escola nem era das piores, no Ensino Médio no Miécimo... isso é uma das coisas que eu acho super engraçadas. Eu penso, "poxa vida. Se o Miécimo é uma das melhores, né? Como é que tá o cenário do restante?" Mas é isso, uma das coisas que foi central foi ver a forma como os professores davam aula e como tinha essa proximidade, né? Quando você perguntava alguma coisa, a resposta era ali, pra abrir um diálogo com você, era pra tirar essa tua dúvida e o que mais tivesse aí pra jogo... então, o IFEP foi fundamental, nesse sentido também, às questões raciais. De início, não foram as questões raciais que me chegaram pelo IFEP, foram as questões sociais... eu acho que isso tem a ver com a dinâmica da casa, do lugar... e foi de maneira muito incisiva, né? E aí o tempo vai passando e a gente vai percebendo que as questões sociais estão bem interessantes, mas tá faltando uma coisa que eu não sei exatamente o que que é... e com o tempo, a gente vai caminhando, eu fui conhecendo a Marina, a Rose, essas pessoas que a Larissa falou basicamente, e elas vão trazendo essa coisa que a gente falta e depois a gente percebe que é central pra gente. E aí o IFEP foi esse lugar de primeiro contato com essas coisas.

**Larissa:** Ah, uma coisa que eu concordo muito com a Fernanda, que eu não falei, é isso mesmo... quando eu falo de um lugar que tinha um outro tipo de narrativa, é narrativa nesse sentido, de refletir a realidade de uma outra forma. Não necessariamente, por mais que tenham sido esses corpos pretos que me saltou à vista, não quer dizer que necessariamente esses corpos que trouxeram, que tava a questão racial martelando... não, foi muito importante ter aqueles corpos com essa perspectiva, que me seduziu, digamos assim, na época.

Jorge: O IFEP contribuiu, de alguma forma, para vocês, a percepção do racismo? A Fernanda falou que, num primeiro momento, o que ficou mais latente foi a questão social, mas, no decorrer, contribuiu para essa perspectiva do racismo, do combate ao racismo?

**Larissa:** Claro que não era a mesma proporção... o social e o racial não era a mesma proporção, mas, de uma certa forma, tinha esses espaços, pra além da sala de aula, que trazia, um cine, às vezes trazia alguma questão relevante, no sentido racial... às vezes num café cultural, sim... não na mesma proporção, mas sim.

**Fernanda:** Eu não tenho dúvidas do que o que eu sou hoje se deve muito ao IFEP... não tenho problema de admitir pra quem quer que seja... se eu consigo pensar, refletir certas coisas, com certeza, é porque eu passei pelo IFEP e se não tivesse passado eu não sei se eu não refletiria, não sei em que momento isso me chegaria... saí da escola e fui pra faculdade... um Pré-Vestibular eu poderia ter feito em outro lugar e conseguido a vaga, mas agora, na forma como eu entro, com a cabeça que eu entro na universidade, não sei se eu conseguiria em outro lugar... a parada ela é meio gradual, pelo menos foi meio gradual pra mim... eu entrei no IFEP cruazinha, tive meu primeiro contato lá dentro com questões sociais, raciais, essas coisas, e, a partir do momento que eu tive contato com essas questões raciais eu fui percebendo quanto isso era necessário de ser centro na minha vida e não uma nota de rodapé... e aí chega esse momento que o IFEP não é mais esse lugar suficiente porque não vai abordar as questões raciais na forma e intensidade que eu sinto, que o nosso corpo sente necessidade...e aí pode ser pela idade, que a galera tem esse fetiche com a juventude, pode ser... pode ser que a gente tenha esse ímpeto mesmo de querer chegar botando o pé na porta, mas é que foi fundamental... foi, mas tem esse momento que a gente faz que é de rompimento pra... porque o o IFEP também é esse lugar em que funciona um núcleo socialista ali dentro... é muito mais pra esquerda e aí a questão de raça vai ser... eu não tô diminuindo o que o IFEP fez, mas eu tô dizendo que, a partir de certo momento, ser recorte não me satisfez.

**Larissa:** Uma coisa que eu acho importante é de como o IFEP também me proporcionou uma maturidade no sentido de entender esses paranauê do recorte e tal... eu tava conversando com o Gabriel recentemente, falando que eu leio muito pouco, muito pouco mesmo... mas eu passei por várias experiências... tem um amigo meu que eu sempre troco ideia, de história, que o cara é uma biblioteca... aí eu falo as coisas e ele fala “Fulano fala isso, Fulano fala aquilo”... e eu vejo que essa minha fala é referente a uma experiência, a uma sensibilidade minha de perceber como nossos corpos se comportavam naquele determinado lugar, com aquele determinada pauta, com aquele grupo de pessoas específico... então eu acho que o IFEP foi importante pra, além de eu começar a entender como que se dava essa dinâmica do meu corpo na sociedade, um corpo preto na sociedade, mas também me deu a noção de como funcionava a branquitude dentro de esquerda... imaginar a minha trajetória, o que eu penso, o que eu tenho certeza, essas coisas, sem o IFEP ia ser uma outra Larissa... porque além de me dar essa coisa do preto, me trouxe muito do branco... muito mais

do branco... porque era isso, a questão racial sempre foi recorte, sempre foi “um dia a gente fala disso”... o plano sempre foi social, o racial nunca foi o centro... então eu comecei a prestar atenção em como se dava dinâmica da gente, como que a gente ficava... qual era a importância de um corpo preto dentro de um ambiente que era um ambiente de esquerda, marxista... isso foi muito, muito, muito importante pra mim, até porque o meu curso é um curso extremamente marxista e a lógica é a mesma, é recorte, vamos trazer o sofrimento, vamos trazer um dia que você fala isso... se for falar de gênero, é gênero e mulher preta é à parte... então, assim, eu tive um amadurecimento... o IFEP me proporcionou um amadurecimento muito importante, não só da universidade, que eu percebo lá, tudo bem, que a galera branca lá eu tenho um pouco de dificuldade, mas de como que eu sou muito mais madura do que a galera que tá chegando agora na universidade, por exemplo, e de como isso é fruto do IFEP porque, pra além de me ajudar no sentido de fazer uma prova, me deu noção de várias paradas...o pessoal chegou na universidade era tudo muito novo... era muito Parte II... era muito parecido... então eu acho que nenhuma experiência que eu tiver agora vai me trazer esse grau de intensidade das coisas, de perceber... sem contar que os tentáculos, de perceber... porque eu quase morava aqui... minha mãe até brincava “arruma uma barraca do outro lado da rua e fica lá”... eu participava de várias coisas com a Marina da mobilização sobre a juventude e movimento de favela... então eu saí muito pra fora, conheci muita gente... conheci muitos grupos de mulheres, brancas, negras, misturadas...

**Áudio nº3:**

**Jorge: Vocês se veem como duas militantes de combate ao racismo?**

**Larissa:** O que você entende por militante?

**Jorge: na verdade, o seguinte: se, de alguma forma, nas pesquisas de vocês ou na relação que vocês travam hoje, na academia ou em qualquer outro lugar, o racismo tá na perspectiva de vocês? Eu já entendo vocês como militantes... por exemplo, Gabriel... só o fato dele estar numa mesa que vai falar sobre masculinidade negra eu já percebo o Gabriel como militante de combate ao racismo... essa é a questão... ser militante, nesse sentido, não necessariamente, precisa estar em organizações.**

**Larissa:** Sim... porque eu acho que a questão racial tomou uma centralidade na minha vida... e aí minha lente é outra... eu vejo as coisas de outras formas, minhas atitudes com relação a pessoas negras e brancas é completamente diferente...

**Fernanda:** É isso... se for nesse sentido, com certeza... acho que a gente não vai na padaria meio que sem ter as questões raciais na cabeça... a gente não estabelece uma relação com pessoas, seja pessoa preta, seja pessoa branca, sem se dar conta, sem perceber as questões raciais que estão envolvidas ali... é a centralidade, como a Larissa falou... e é pra absolutamente tudo, tudo, tudo na nossa vida... na minha vida, pelo menos, e acho que da Larissa também... então eu acho que se eu vou procurar... se eu piso na universidade, vou fazer uma pesquisa, vou fazer um trabalho, a questão racial vai ser o centro, mesmo eu sendo de agronomia... e aí tem também as nuances do que significa ser estudante de agronomia num país que é escravocrata, né? Então, se for nesse sentido que você colocou, com certeza... não tenho a menor dúvida...

porque, para além de a gente trazer essa centralidade pra nossa vida, a gente ainda tem essas coisas que a gente faz por fora... de onde puder estar, a gente vai estar, trocando ideia, ajudando no que for possível e é isso... ajudar no que for possível, não necessariamente vai trazer essa visibilidade de militância de movimento negro, não sei o quê... mas que pra gente é significativo... se ajuda as pessoas pretas de alguma maneira e a gente pode tá junto, é lá que a gente tá...

**Jorge: Vocês conseguem ver alguma aliança possível nas questões de classe e nas questões de raça?**

**Larissa:** Acho que sim... mas acho que não da forma que tá dada... porque é isso, né? Talvez porque, pra mim... eu tenho um posicionamento muito que eu não sei se é um posicionamento que vai levar um futuro, uma revolução bacana, bonita... não sei... eu penso que com determinado grupo, com determinado povo, com determinada galera, a forma que tá dada é bacana...favorece, tá tranquilo, mas pra outras não tá... então, assim... pra mim, uma mulher preta e tal, não tem como relacionar, pegar classe e botar raça... pra mim tem que ser o contrário... tem que ser raça e você fala de classe dentro de raça...entendeu? Até porque eu acho que tem uma dificuldade de... uma dificuldade sistêmica... da galera preta que coloca raça como centralidade dialogar com a galera preta que relaciona com classe, exatamente por isso... a questão não é você falar de classe... até porque é uma coisa que tá aí... não tem como eu falar que agora não existe, vamos parar com isso...mas como que você faz essa ligação... então, o fato de você colocar a raça como centralidade, você não tá excluindo classe... entendeu? É porque a raça é centralidade... eu acho que tem uma galera preta que tem dificuldade de enxergar isso por conta da vida, por conta de onde percorreu, enfim... e eu acho que a galera branca se aproveita disso, na verdade... eu não acho que eles não sabem disso... eu acho que pra eles é cabível, é bacana, é legal... mas eu acho que é super possível... que inclusive é indispensável pra mim... falar de classe e não falar de raça...

**Fernanda:** Eu concordo com o que a Larissa falou... dá pra associar essas duas coisas... eu não sei se a proposta em algum momento foi desassociar essas duas coisas... a questão é: a gente precisa prestar um pouco mais de atenção de onde a gente tá partindo e onde a gente quer chegar... e aí tem dois pontos: prestar atenção de onde a gente tá partindo... e aí tem a galera que tá partindo desse lugar, da esquerda mesmo... e que acha que tá de boaça e que vai dar a mão pra galera branca que é bem intencionada e que tá tudo certo... que em algum momento as coisas vão se resolver... e a galera preta que fala “ó, a história mostrou pra gente que deu caô”... que em nenhum momento a branquitude teve essa preocupação com a gente... e a gente parte então pra uma outra narrativa que é de se colocar no centro, de recuperar nossa agência, de falar por nós... de não adaptar teorias e de buscar caminhos... se não tiver resposta já pronta a gente procura criar... porque a gente já observou que a esquerda na história a gelara branca nunca esteve nesse papel...

**Larissa:** inclusive hoje eu tenho uma preocupação muito grande em pensar o que que tá por trás de tudo... por exemplo, das pautas da esquerda... com relação à negritude... eu fico muito “gente o que que de fato tá por trás disso?”... então, por exemplo... eu comparo com pacote... chega um monte de pacotinho de esquerda... legalização disso, disso, disso... pô, legal, mas vamos ver... destroçar isso daí e trazer pra gente... vamos ver pros nossos... se é aquilo mesmo... eu tenho uma desconfiança muito grande... é uma desconfiança que a gente tem que ter mesmo, não é uma desconfiança boba... porque, assim...a galera não tá de brincadeira e a gente tem que ficar ligado porque a branquitude tem um histórico de sempre usar a gente de alguma

forma... então eu tenho muito receio de pra onde as coisas tão indo, pra onde as coisas tão caminhando...então, por exemplo, como meu curso é extremamente marxista e tem isso de sociedade socialista, comunista... eu converso muito com os meus professores... tá, mas chega lá, como é que é isso? O que vocês querem? Porque a gente precisa ver se o que eles querem é realmente o que a gente quer... foi o que a Fernanda falou... a gente vai nessa linha porque acha que só tem isso, né? Tipo, não é um problema a gente percorrer esse caminho, mas a gente tem que ver se isso é pra gente mesmo, se tá falando da gente... se tá tendo uma preocupação com a gente, como que é isso... o que que eles querem? Eles querem ir pra onde? Como que a gente vai atrás deles assim? Eu acho muito...tenho uma angústia de como tá indo isso... vamos pensar melhor pra onde tá indo isso, o que tão fazendo... o que vocês querem com a gente? A gente tá se aliando pra quê? Isso é fundamental...

**Fernanda:** isso é fundamental... a gente tá se aliando pra quê? Porque, se a ideia, de início, é trazer esse outro contexto social onde não fica estabelecido opressor e oprimido a gente tá se aliando basicamente ao opressor... a gente tá se aliando... é isso... conforme lá no início, que tem esse outro ponto aí que é de trazer as coisas pro palpável, né? Porque a gente é esse nucleozinho, que vive essa bolha da academia e da militância...então, às vezes, a gente gosta muito de ficar nessas discussões teóricas e não olha muito pra margem... que onde o racismo vai cantar mesmo, bonito... e que aí não tem proteção certa... que a gente, bem ou mal, aconteceu qualquer caô, minimamente, a gente vai dar conta porque a gente tá nesse lugar de ter artimanhas pra dar conta... e aí essa é a questão... olhar pra margem, olhar pra galera que não teve acesso às coisas que a gente tem... e outro ponto é ser realista, né? Porque a militância, se você não tiver ligado, ela vai te adoecer, né? Sobretudo, as pessoas pretas... e esse adoecimento vai ser fruto de uma espiritualidade que não foi trabalhada... dessa ausência de autocuidado... e aí, claro que a gente pode ter visões diferentes, mas a espiritualidade é central pro povo africano... e aí eu tô falando, ousadamente, do povo africano em diferentes locais do continente... vai ser essencial pra gente, porque a gente se originou lá... é central que a gente cuide da nossa espiritualidade, da nossa alimentação, pra que a gente consiga guerrear direito, pra que a gente consiga dar passos firmes... quando a gente olha pra teoria é legal a gente não ficar nessa de “ah, então a gente vai fazer aqui um núcleo afro- qualquer coisa pra articular a revolução do século xxi”... não, beleza... interessante... bacana a gente fazer os grupos de estudos, né? Mas o que a gente consegue trazer de mais concreto, quais são as coisas mais palpáveis... é lindo a gente falar sobre um projeto de emenda constitucional, mas vai ser massa pra caramba também se a gente conseguir falar de articular lazer pras crianças do nosso bairro...

**Áudio 4:**

**Jorge: Dentro da fala de vocês, me pareceu, em algum momento, que vocês superaram o IFEP como ferramenta... pra vocês, ele não dá conta mais do que vocês precisam como ferramenta antirracista. Por que o IFEP não dá mais conta e o que vocês pensam hoje? Um organismo como o IFEP não dá mais conta, as relações que vocês estabelecem hoje em outros lugares, o que daria conta?**

**Larissa:** Por que que não dá conta? A forma como a questão racial é conduzida... o que que, digamos assim, a gente superou o IFEP? Porque a questão racial tem uma centralidade na nossa vida e no IFEP não tem uma centralidade, porque a centralidade do IFEP é social... é o capitalismo, é Marx... Agora, pra mim, o que que daria conta... ainda tô descobrindo, mas a gente tá num lugar que eu tinha muito essa

necessidade de resposta imediata... não tá bom pra mim, mas vou fazer o quê? Entendeu? Mas hoje eu tenho uma tranquilidade nesse sentido... eu sei que ali não serve pra mim, a dinâmica dali, na qual o povo preto está inserido é extremamente problemática pra mim... mas, tem várias coisas que pra mim é bacana... primeiro é estar com pessoas pretas... a sociabilidade das pessoas pretas ali é quase escassa...no sentido pessoas pretas falando a partir da cabeça dela, com as experiências dela, de onde ela vem... isso pra mim é quase que apagado ou silenciado ali... pra começo de conversa, eu diria que, pra mim, agora, nesse momento da minha vida, eu diria que é muito importante tá com pessoas negras e num lugar misto, com homens e mulheres negras... então é importante dizer que o movimento de mulheres negras não mais me contempla nesse sentido... igual ao IFEP foi muito importante, muitas coisas eu passei a refletir a partir desse contato, foi muito importante a relação, pra além da crítica, a relação de afeto, de troca que eu estabeleci ali, tenho muito carinho por todos lugares que passei, as mulheres negras que convivi, mas, agora, pra mim, tá sendo muito importante... eu entendo o que eu vivi até agora como um processo... então agora eu tô sentindo a necessidade de tá em lugares mistos, de homem e mulher, diferentes mulheres, diferentes homens, mas pretos... todo mundo... no IFEP não tem isso...eu tô com muita sede de estar em lugares que a gente esteja falando da gente numa perspectiva que foi pensada pra gente de fato...com olhares voltados pra gente... tudo pra gente... eu não quero estar em lugar e ter que esperar terminar a fala pra dizer que toda aquela desgraça era preta... e também não quero estar em lugar que o tempo todo falando de sofrimento, de dor... que a gente não é só isso...

**Fernanda:** o porquê a Larissa já deixou bastante explícito... é um lugar que a questão central vai ser a questão social... a questão vai ser abordada... vai ter oficina de turbante, vai ser bacana, vai ser importante tudo isso, mas não é o centro da questão... não é o que rege toda a dinâmica da discussão... por exemplo, se for falar da questão econômica, a questão racial entraria ali como nota de rodapé e provavelmente não entraria... entraria mais uma questão de gênero... e o que que a gente acha? Um lugar que é bacana... eu não tenho as respostas pra tudo não, né? Eu tô em processo, tô descobrindo coisas, mas tem tópicos que já são bastante explícitos... por exemplo, eu não quero estar em um lugar que falar de povo preto vai ser falar de dor e escravidão como se isso fosse o centro, né? Inclusive eu sinto muito isso na esquerda... pra eles é fundamental falar... “vem cá, traz a sua tragédia, compartilha com a gente”... você não volta na história nem pra relembrar a realeza dessas pessoas, a riqueza dessas pessoas... não passa na história pra falar de coisas básicas, por exemplo de como o continente africano contribuiu pro conhecimento de matemática, de medicina... isso é básico do básico... eu não quero estar em espaços onde eu não consiga estabelecer diálogo com os meus irmãos, os homens pretos... estar em lugares que vão funcionar a partir de uma lógca que não serve ao corpo preto porque é isso... quando a gente tá num espaço branco a gente tá num lugar e tá numa lógica que não é pro seu corpo... é uma narrativa que não te contempla... e uma preocupação pra mim, isso tem sido uma preocupação cada vez maior até mesmo pela capoeira, que eu tenho feito há um tempinho, é olhar “tá muito massa essa teoria aqui, mas tá chegando na margem? Tá chegando em Cosmos, tá chegando... tá chegando lá onde o serviço público não chega?”... o que que cê tá fazendo com esse conhecimento teórico? O que que a gente fez a partir dessa roda de conversa? Quando é que a gente fala de fato com os nossos... porque tá na bolha é massa, tranquilão... é confortável... agora, chegar na margem, sem ajuda de edital, sabendo que isso não vai ser das maiores visibilidades do mundo é que é o desafio... e que se você tem amor ao seu povo, você vai entender que é uma necessidade, uma

demanda... então a minha preocupação é essa... buscar a centralidade e de estabelecer diálogo com os meus.